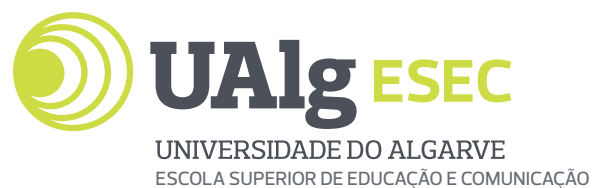


**Ana Isabel Rodrigues da Conceição**

**O contributo da técnica da tecelagem na inclusão  
de pessoas com NEE no meio profissional na  
região do Algarve**



Faro  
2020

**Ana Isabel Rodrigues da Conceição**

**O contributo da técnica da tecelagem na inclusão  
de pessoas com NEE no meio profissional na  
região do Algarve**

Mestrado Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor

Dissertação orientada por

Professora Doutora Maria Caeiro Martins □uerreiro



Faro  
2020

# O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve

## **Declaração de Autoria de Trabalho**

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Copyright © Ana Isabel Conceição

“O maior pecado capital que os educadores podem cometer é destruir a esperança e os sonhos [...] Sem esperança não há estrada, sem sonhos não há motivação para caminhar [...] se tem esperança e sonhos, ela tem brilho nos olhos e alegria na alma. [...] Não importa o tamanho dos nossos obstáculos, mas o tamanho da motivação que temos para superá-los.” (Cury, 2003)



Frase: Chaplin, C.  
Imagem filme: Tempos modernos (1936).  
Produção e direção: Charlie Chaplin - Produtora United Artists

## **Dedicatória**

Dedico a minha dissertação, ao meu esposo e ao meu filho pelo apoio, carinho e incentivo prestados ao longo desta fase.

Dedico-a ainda aos meus entes queridos que infelizmente já não se encontram comigo, mas sempre me deram força e acreditaram mim.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Doutora Maria Caeiro pelo apoio, pela força que me deu para que nunca desistisse, por me fazer acreditar que iá chegar ao fim, pela compreensão prestada no decurso da elaboração desta dissertação e pela partilha de experiências. UM MUITO OBRIGADA.

Ao meu esposo José Afonso pela paciência compreensão e força que me deu sempre durante a elaboração deste trabalho e que sempre acreditou que eu era capaz.

Ao meu filho Ricardo pela sua compreensão, incentivo e apoio nesta tarefa.

Aos utentes da instituição onde foi realizado o *workshop* e aos participantes deste evento.

E a todas as pessoas que, colaboraram e contribuíram para que eu chegasse até ao fim desta importante etapa.

**A TODOS, MUITO OBRIGADA!**

## **Resumo**

A atividade artesanal tecelagem está a desaparecer de forma rápida na região do Algarve, contudo, atualmente ainda é utilizada por alguns artesãos e pessoas com deficiência. Residindo nós, numa sociedade que tende a investir num futuro cada vez mais globalizado, por que não, no âmbito da inovação, apostar-se no desenvolvimento do artesanato, na revitalização desta cultura e nos indivíduos com deficiência. O presente trabalho de investigação tem como objetivo reconhecer a importância da atividade artesanal tecelagem, efetuada por pessoas com deficiência, no desenvolvimento da região e, identificar em que medida esta técnica pode contribuir para a inclusão destes indivíduos no meio profissional, na zona do Algarve.

Este estudo assume a forma de uma pesquisa de natureza qualitativa, com um conhecimento mais aprofundado do objeto de estudo, na medida em que a recolha dos dados, predominantemente descritivos, é feita mediante o contacto direto com os sujeitos no seu contexto natural.

A partir desta recolha, junto de vários participantes, especialistas de áreas diferentes embora complementares ao estudo, conseguimos perceber melhor, que o trabalho elaborado por estas pessoas pode proporcionar o desenvolvimento da nossa região. Sabendo que o grau de empregabilidade nestes casos é menor, aferimos com este estudo que a tecelagem, como processo produtivo, impulsiona a inclusão na sociedade, no mercado de trabalho e promove uma fonte de rendimento.

**Palavras-chaves:** Pessoas com deficiência; Artesanato/ Tecelagem; Ensino/Aprendizagem; Inclusão profissional

## **Abstract**

Artisanal weaving activity is rapidly disappearing in the Algarve region, but it is currently still developed by some artisans and People with disabilities. Since we live in a society that tends to invest in an increasingly globalized future, why not, in the context of innovation, to believe on the development of craft, the revitalization of this culture and People with disabilities. This research project aims to recognize the importance of artisanal activities in particular weaving, carried out by People with disabilities in the development of the region and to identify how the weaving technique can contribute to their professional inclusion in the Algarve region.

This study takes the form of a qualitative research, with a deeper knowledge of the object of study, to the extent that the collection of data, predominantly descriptive, is done through direct contact with people in their natural context.

From this collection, together with several participants, specialists from different areas although complementary to the study, we can better understand that the work done by these people can provide the development of our region. Knowing that the degree of employability in these cases is lower, we measured with this study that weaving, as a production process, drives inclusion in society, in the labor market and promotes a source of income.

**Keywords:** People with Disabilities; Crafts/Weaving; Teaching/Learning; Professional Guidance

## Índice Geral

Dedicatória.....	II
Agradecimentos .....	III
Resumo e palavras - chave .....	IV
Abstract and keywords.....	V
Índice de geral .....	VI
Lista de abreviaturas.....	IX
Índice dos quadros .....	X

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### **PARTE I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

#### **Capítulo I- A Educação Especial**

1.1- A educação especial ao longo dos tempos .....	4
1.2 - Evolução do conceito – Educação especial .....	6
1.3- Pessoas com deficiência.....	9
1.3.1- Deficiência intelectual, síndrome X frágil e paralisia cerebral .....	9
1.4- A inclusão .....	14
1.4.1- Da integração à inclusão e à educação especial.....	14
1.4.2- Orientação profissional nas escolas .....	18
1.4.3- A integração no mercado de trabalho e na sociedade .....	20

## **Capítulo II- A técnica artesanal- Tecelagem**

2.1- O artesanato.....	24
2.2- Atividade artesanal- Tecelagem.....	27
2.3- A tecelagem e o desenvolvimento económico e social .....	28
2.4- A ligação da técnica da tecelagem com outras áreas.....	31
2.4.1- Tecelagem, design, artes.....	31
2.5- Entidades e projetos na região do Algarve.....	34
2.5.1- Entidades na região do Algarve.....	34
2.5.1.1- Centro de atividades ocupacionais.....	36
2.5.1.2- Santa Casa da Misericórdia – Caso de Albufeira .....	37
2.5.1.3- Associação para a intervenção e reabilitação de populações deficientes e desfavorecidas (Existir) .....	39
2.5.1.4- Fundação Irene Rolo.....	40
2.5.1.4.1- Recursos e valências existentes na Fundação Irene Rolo.....	41
2.6 - Projetos na área do artesanato na região do Algarve.....	43

## **PARTE II- DIMENSÃO EMPÍRICA**

### **Capítulo III- Metodologia de Investigação**

3.1- Tipo de estudo e metodologia.....	46
3.2 - Justificativa do estudo.....	48
3.3 - Questão da investigação.....	49
3.4 – Objetivos .....	49
3.4.1-Objetivo geral .....	50

3.4.2- Objetivos específicos .....	50
3.5 - Amostra.....	50
3.5.1- Caracterização da amostra.....	51
3.6- Técnica e instrumentos de recolha de dados .....	52
3.6.2- Entrevistas.....	53
3.6.3 - Inquérito por questionário.....	55
3.6.4- <i>Workshop</i> .....	57
3.6.5 - Observação direta não participativa.....	62
3.7 – Técnicas de análise dos dados .....	63
 <b>Capítulo IV – Análise e interpretação de dados</b>	
4.1- A inclusão de pessoas com deficiência no meio profissional, com conhecimentos na área da tecelagem .....	63
4.2 – A técnica da tecelagem realizada por indivíduos com deficiência no desenvolvimento da região do Algarve.....	67
<b>Conclusão</b> .....	72
<b>Disseminação</b> .....	75
<b>Referências bibliográficas</b> .....	76
<b>Legislação</b> .....	88
<b>Sites consultados</b> .....	90
<b>Apêndices</b> .....	92
<b>Anexos</b> .....	119

## **Lista de abreviaturas**

ACV (Amorim Cork ventures);  
AVD (Atividades da Vida Diária);  
APA (Associação Americana de Psicologia);  
CAO (Centro de Atividades Ocupacionais);  
CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional)  
CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde);  
DGI (Design e Cálculo dos Tecidos);  
DL (Decreto-lei);  
DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística das perturbações Mentais);  
EE (Educação Especial);  
FIR (Fundação Irene Rolo);  
IC (Idade Cronológica);  
IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);  
IM (Idade Mental);  
IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social);  
LDL (Loulé Designe Lab.)  
NEE (Necessidades Educativas Especiais);  
NE (Necessidades Específicas);  
OMS (Organização Mundial de Saúde);  
ONU (Organização das Nações Unidas);  
PCUPA (Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa);  
PIT (Plano Individual de Transição);  
QI (Quociente de Inteligência);  
SNS (Sistema Nervoso Central);  
SCMA (Santa Casa da Misericórdia de Albufeira );  
TASA (Técnicas Ancestrais Soluções Atuais);

## **Indicie de quadros**

**Quadro nº 1-** Participantes no estudo caracterização segundo género, grupo etário e patologia (fonte de dados: Fundação Irene Rolo);

**Quadro nº 2 –** Entidades/ profissionais convidados a participar no *workshop*;

**Quadro nº 3-** Convidados do *Workshop* caracterização segundo género, grupo etário e formação académica;

**Quadro nº 4-** Opinião dos convidados para o *workshop* sobre a hipótese de inserção de indivíduos com deficiência no meio profissional. (fonte de dados: inquérito por questionário patente no projeto).

## **Introdução**

Para a elaboração da presente dissertação de mestrado em Educação Especial – Domínio cognitivo e motor, lecionado na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, decidimos escolher um tema pouco abordado em Portugal, o contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com deficiência no meio profissional, em específico no Algarve.

A escolha deste tema, surgiu de conversas diversas que tive no presente curso e da experiência de trabalho que obtive no centro de atividades ocupacionais, da Fundação Irene Rolo em Tavira, local onde realizei atividades de tecelagem com e por pessoas com deficiência, tendo sido assim possível constatar a sua capacidade de trabalho.

No desenvolvimento do estudo, proporcionámos a participação de diversas entidades, tais como: artesãs, Câmara Municipal de Tavira, União das Freguesias de Tavira, Empresários / Designer, Direção Regional da Cultura do Algarve, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Associação Cultural Artística de Tavira e Universidade do Algarve e os Diretores da valência do Centro de Atividades Ocupacionais da Instituição, através da participação num *workshop*, no qual o tema em estudo foi exposto e vivenciado por todos os presentes. Com este tipo de recolha de dados, por via do *workshop*, foi possível obtermos informação relevante para a investigação e os participantes/ convidados passaram a ter mais conhecimento sobre a técnica da tecelagem e sobre as capacidades que este grupo específico de pessoas com deficiência possuem.

Para além dos factos referidos anteriormente, outro ponto pertinente do presente estudo foi a ligação entre áreas como o artesanato, mais especificamente a tecelagem, o design e a educação especial.

Em termos dos objetivos do presente estudo, um dos propósitos que tivemos foi atribuir maior visibilidade dos problemas que os cidadãos com deficiência se debatem no dia-a-dia, bem como dar a conhecer as dificuldades com que estes se deparam no que se refere à integração no mercado de trabalho. Infelizmente, as mentalidades são, ainda, a principal barreira com que as pessoas com deficiência se debatem. Não obstante, verifica-se atualmente, alguma mudança na forma de pensar dos indivíduos, perante as ideias que existiram há décadas, onde as pessoas com deficiência eram maltratadas,

vítimas de segregação ou exterminadas, por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pela sociedade.

Embora atualmente, já não se verifica de forma tão acentuada o cenário acima exposto, o cidadão com deficiência ainda sofre alguma exclusão por parte da sociedade que compra e vende a perfeição, basta estarmos atentos à publicidade. No entanto, e apesar de serem promovidos programas e políticas para a inclusão destas pessoas, o grau de empregabilidade ainda continua a ser inferior ao que seria necessário para minimizar esta problemática.

Outra das razões para realizarmos o presente estudo deve-se ao facto de se verificar o constante desaparecimento da atividade artesanal tecelagem, principalmente na região do Algarve, talvez porque a forma como a área é vista por certos dirigentes e públicos não ser a mais adequada. Pretendemos assim, demonstrar que alguns grupos de pessoas com deficiência e, a área do artesanato, em específico a técnica artesanal de tecelagem, são dois elementos que se podem unir, contribuindo simultaneamente para a criação de postos de trabalho e recuperação de uma área profissional que pode proporcionar um forte desenvolvimento de uma região.

Em termos da metodologia de trabalho, optámos por uma investigação de cariz qualitativo, no qual o investigador participa na vida dos sujeitos que investiga, não sendo assim, um mero relator passivo e distante do problema em questão. Valorizámos assim as práticas de recolha de informação, segundo diferentes técnicas, e os modos de construção subjetiva da realidade (Ludke & André, 1986), como forma de validar e credibilizar os resultados.

Com base numa vasta recolha de referências bibliográficas, tentámos perceber melhor o valor que o artesanato/ tecelagem possui e o que é possível fazer com base nela, como por exemplo ser um meio de apoio de uma pessoa com deficiência entrar no mercado de trabalho. De acordo com algumas investigações realizadas, verificou-se que a produção manual tem um papel fundamental no bem-estar destas pessoas, proporcionando assim resultados positivos relativamente ao aumento da sua capacidade de concentração, assim como de memorização do processo de realização (Teixeira, 2012). Relativamente à inclusão de pessoas com deficiência é importante recordar que o princípio fundamental de uma sociedade inclusiva de todas as pessoas com deficiência, é que deve ter as suas necessidades especiais atendidas. (Maciel, 2000)

Em termos da estrutura da presente dissertação, o trabalho está dividido em duas partes. Na parte refere-se ao enquadramento teórico sendo que o primeiro capítulo é referido a história das pessoas com deficiência ao longo dos tempos e as patologias dos formadores que realizaram o *workshop* sobre a técnica da tecelagem.

O segundo capítulo diz respeito à técnica artesanal-tecelagem, ou seja, é abordada a temática do artesanato, em particular a tecelagem. Neste contexto, é sublinhada a importância destes para o aumento da autoestima das pessoas com deficiência, bem com a sua importância no desenvolvimento económico e social. Ainda neste capítulo é referida a ligação da tecelagem com outras técnicas artesanais e a sua dinamização/ inovação pelas ideias dos designers.

Ainda neste capítulo é tratado o tema da integração à inclusão. Procura-se compreender o processo para a inclusão, orientação profissional e integração no mercado de trabalho, na sociedade bem como a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Este capítulo procura também aflorar as competências do Estado, designadamente através da legislação e das medidas desenvolvidas pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) neste contexto.

Neste capítulo ainda é dedicado às instituições com valência de Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) dirigidos a pessoas com deficiência na região do Algarve, como a Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, a Existir e a Fundação Irene Rolo. Nesta última instituição foi onde se realizou o nosso estudo e o nosso *workshop*. É também feita referência às Entidades / Projetos a desenvolver na área do artesanato na região do Algarve.

Na segunda parte deste estudo, no terceiro capítulo, são apresentadas as opções metodológicas do estudo e as razões pelas quais os métodos e as técnicas utilizadas satisfizeram o nosso objetivo.

No quarto capítulo é feita a recolha de dados, a contextualização da investigação e o tratamento dos dados. Na última parte, no último capítulo, procede-se à análise e interpretação de dados, assim como à interpretação dos resultados mais significativos para os objetivos do estudo. Por fim, são apresentadas as conclusões gerais do estudo realizado.

## Parte I- Enquadramento Teórico

### Capítulo I – A Educação Especial

#### 1.1- A Educação Especial ao longo dos tempos

Durante a maior parte da História da Humanidade, as pessoas com deficiência foram vítimas de segregação. Na Antiguidade Clássica, época caracterizada pela ignorância e rejeição em relação às pessoas com deficiência, estes eram exterminados, por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pela sociedade. Em Esparta, na Antiga Grécia, crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e, em Roma eram atiradas aos rios. Na Idade Média, a Igreja alimentou a ideia de atribuir a deficiência a causas sobrenaturais. É sabido que os deficientes eram considerados seres possuídos pelo demónio e espíritos maléficos, por isso, submetidos à prática do exorcismo e muitas das vezes eram abandonados em matas e florestas. De acordo com Correia (1997) “ao longo de toda a idade média, muitos seres humanos físicos e mentalmente diferentes, e por isso associados à imagem do diabo e actos de feitiçaria e bruxaria, foram vítimas de perseguição, julgamentos e execuções” (p.13).

Nos séculos XVII e XVIII, os indivíduos com deficiência eram internados em orfanatos, manicómios, asilos e prisões. Ali ficavam junto de delinquentes, idosos e pobres, indiscriminadamente. No século XIX, a sociedade começou a tomar consciência da necessidade de prestar apoio a pessoas com deficiência, embora esse apoio fosse apenas de carácter assistencial. Os deficientes eram tidos como sendo um perigo para a sociedade. Segundo Shimazaki e Pacheco (2001) “considera-se também que era necessário proteger o deficiente dessa sociedade, a qual só lhe poderia trazer danos e prejuízos” (pp.63-73).

Nas décadas de 30/40 do século XX, surgiram escolas para indivíduos com deficiência, fora das povoações e afastadas do meio familiar e social, pois alegavam que o meio rural proporcionava uma vida mais saudável. Segundo (Sasaki,1997) “a ideia era a de prover, dentro das instituições, todos os serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber deficientes nos serviços existentes na comunidade” (p.31). Foi nesta altura que começaram a surgir mais estudos e soluções adequadas para estas pessoas (Madureira & Leite 2003).

Na década de 90 do século XX em Portugal, com a promulgação da Lei nº2120 de 19 de julho de 1963, foram criadas as Instituições Particulares de Assistência, consideradas Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa (PCUPA) e, assumiam as formas de Associações de Beneficentes, Institutos de Assistência (religiosos ou não) ou Institutos de Utilidade Local (Fundações). Com a Constituição da República, em 1976, no artigo n.º 63 da presente Constituição, surgiu pela primeira vez as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

As Associações de Solidariedade Social de iniciativa privada ou associativa resultaram de um impulso de participação na democratização da sociedade portuguesa. As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições bem preparadas e vocacionadas para lidar com os novos problemas sociais. São instituições que apoiam a toxicodependência, os sem-abrigo e outras pessoas afetadas pela exclusão social, tais como as pessoas com deficiência beneficiando, nomeadamente em Lares e Centros de Atividades Ocupacionais. A maioria destas instituições é frequentada por indivíduos portadores de deficiência que não frequentam o meio escolar e por outros que não tiveram oportunidade de frequentar uma escola. (J, Luís, 2007, para.44).

Atualmente continuam a existir as IPSS, instituições subsidiadas pelo estado, com valências de reabilitação, intervenção precoce e formação profissional. A maioria destas valências possui cursos adaptados, como, por exemplo: cozinheiro/a, empregado/a de andares, operador/a de jardinagem, pasteleiro/a, padeiro/a, entre outros. Estes cursos conferem a certificação escolar e profissional de nível 2, equivalência ao 9º ano de escolaridade e apoiam os indivíduos ao nível da inserção social, com vista à promoção de uma maior qualidade de vida. Nestes casos o mais frequente é o do trabalho em regime de emprego protegido, prestando serviço em meio regular de produção e proporcionando às pessoas com deficiência o exercício de uma atividade remunerada, correspondente à sua valorização pessoal e profissional. Para além da formação profissional, continuam a existir também outros espaços, nomeadamente os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO). Neste contexto, conforme está descrito no Manual da segurança social – Manual de processo chave- Centro de atividades Ocupacionais (s.d.)

A preocupação das políticas sociais na área das pessoas com deficiências e incapacidades, [...] enquanto membros de pleno direito da sociedade que integram – tem conhecido uma evolução substancial nas últimas décadas, com novas perspetivas conceptuais, com novas filosofias de abordagem e de enquadramento, assistindo-se assim a uma mudança de paradigmas ao nível das políticas e das práticas de trabalho,

cada vez mais orientadas para a promoção da cidadania e da qualidade de vida, [...] a oferta de serviços de apoio que viabilizam a sua integração social e profissional, bem como a criação de soluções de complementaridade ou de alternativa à situação familiar que contribuam efectivamente para a sua autonomia, valorização pessoal e desenvolvimento das suas capacidades e potenciais. Desta forma, considera-se que a qualidade e a segurança das respostas sociais [...] são um passo fundamental para a promoção de uma sociedade justa, desenvolvida e incluída. (p. 1).

No entanto, e apesar de serem promovidos programas e políticas para a inclusão de pessoas com deficiência, o grau de empregabilidade ainda é inferior ao que se espera e se precisa. Para esta “luta”, a sociedade tem o “dever” de assegurar que as pessoas com deficiências ou incapacidades possam usufruir de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais na mesma medida que qualquer outro cidadão.

## **1.2- Evolução do conceito - Educação especial**

Segundo Teixeira (2012), na dissertação que realizou sobre “Estudo de caso sobre um aluno com instabilidade emocional/défice de aprendizagem e as implicações do uso das actividades de grupo com a restante turma”, a Educação Especial teve início na segunda metade do século XVIII, com a integração de crianças em instituições próprias e esteve desde sempre relacionada com a noção de diferença. No século XX, dado às várias transformações sociais pelas quais a sociedade passou, no final dos anos setenta, a “diferença” deixou de ser indiferente para muitas pessoas, a sociedade passou a tomar consciência da necessidade de prestar apoio a este grupo de pessoas e, alguns investigadores, tais como Jiménez (1997), afirmam que Educação Especial iniciou apenas nesta época.

O conceito de “educação especial” reportava para a classificação dos alunos em categorias, fundamentada em decisões médicas. De acordo com esta perspectiva, as crianças com deficiência eram colocadas numa turma de educação especial, que funcionava dentro da escola regular, mas numa sala à parte das outras crianças. Os (as) alunos (as) ficavam assim num espaço próprio, durante períodos determinados, a cargo de um especialista que os apoiava (Bernard da Costa, 1996).

Segundo Bautista (1997), a partir do surgimento, em 1978 no Reino Unido, o relatório de Warnock Report, a forma como os alunos eram classificados mudou, ou seja, estes deixaram de ser classificados em categorias fundamentadas em decisões médicas, e passaram a ser aplicados critérios essencialmente pedagógicos na

identificação dos problemas e construção de respostas educativas. Neste momento, o conceito de “educação especial” foi substituído por “Necessidades Educativas Especiais” (NEE).

De acordo com o relatório Warnok Report (1978) o conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE), engloba todas as crianças que, ao longo do seu percurso escolar, apresentem dificuldades de aprendizagem permanentes ou temporárias, exigindo apoios e recursos educativos especializados em contexto escolar.

O conceito de educação especial “[...] está ancorado em noções de diferença, dependência e proteção, daí que os alunos com características diferentes passassem a ser ensinados em escolas especiais e com «métodos especiais»” (Bairrão, 1998, p.21). Atualmente a Educação Especial é definida como uma modalidade da educação que dá apoio especializado aos educandos que apresentem necessidades educativas. É definida como uma proposta pedagógica que certifica a conceção de recursos materiais/humanos e serviços especializados para apoiar no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo como o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro “A educação especial diz respeito à mobilização de apoios especializados para responder a necessidades com características muito específicas e pode implicar a adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, procedimentos e instrumentos, bem como a utilização de tecnologias de apoio.” (p.155)

Relativamente à mobilização de apoios especializados para responder às necessidades especiais, no atual Decreto-Lei n.º 54/2018 6 de julho, capítulo III, Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, artigo 11.º Identificação dos recursos específicos:

4- O docente de educação especial, no âmbito da sua especialidade, apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno na definição de estratégias de diferenciação pedagógica, no reforço das aprendizagens e na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão.

5 - Para cumprir os objetivos da inclusão, cooperam, de forma complementar e sempre que necessário, os recursos da comunidade, nomeadamente da educação, da formação profissional, do emprego, da segurança social, da saúde e da cultura. (p.2922)

Com este novo modelo, verificou-se que existe um reconhecimento por parte das escolas sobre as necessidades, as características e as condições individuais de cada

aluno, para que sejam implementadas formas de lidar com as diferenças, tais como adequando os processos de ensino, para que seja cumprida a inclusão.

Em Portugal, o conceito de necessidades educativas especiais foi impelido através do Decreto-lei 319/91 de 23 de agosto, que veio definir medidas de procedimento educativo especial, com o objetivo da inclusão, com a premissa de garantir que todas as crianças e jovens com NEE frequentassem o ensino regular.

Segundo Nielsen (1999), denominam-se “crianças com NEE” qualquer criança que apresente diferenças significativas em relação às suas capacidades de desempenho e resultados obtidos, e, por essa razão, precise de receber apoios educativos especiais. De acordo com Bairrão (1998), o conceito de necessidades educativas especiais diz respeito aos alunos que exigem recursos ou adaptações especiais no processo de ensino-aprendizagem, isto quer dizer que necessitam de medidas de educação especial, por manifestarem dificuldades ou incapacidades que se refletem numa ou mais áreas de aprendizagem.

Segundo Fonseca (1984) e Correia (1997), as crianças com necessidades especiais necessitam de uma educação especializada, nomeadamente de serviços de apoio personalizados, durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socio-emocional.

Ter necessidades educativas especiais é, então, precisar de um complemento educativo adicional e/ou diferente [...]. Esse complemento será a resposta a dar a cada caso e terá de ser específica e baseada em critérios educativos/pedagógicos, tendo como objectivo promover o desenvolvimento e educação do aluno utilizando todo o seu potencial – físico, intelectual, estético, criativo, emocional, espiritual e social - para que ele possa viver como cidadão válido, autónomo e ajustado. (Sanches 1996, p.11).

No âmbito da educação especial, a primeira medida da reorganização deste setor e, de acordo com o Decreto-lei 3/2008, 7 de janeiro Diário da República n.º 4/2008, Série I. Ministério da Educação, veio esclarecer muitas dúvidas, como:

[...] promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das

crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos. (p. 154)

O princípio inclusivo que atua neste domínio é o da conjugação do desenvolvimento das capacidades dos alunos para a participação social, cultural, política e económica, com a melhoria do desenvolvimento das organizações, de modo a oferecerem as oportunidades de que os alunos necessitam. Continuando ainda com o mesmo princípio inclusivo, surge o Decreto Lei n.º 54/2018 de 6 de julho, o qual:

[...] “estabelece como uma das prioridades da ação governativa, a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social. [...] E reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.”(p. 2918)

### **1.3- Pessoas com deficiência**

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS), define indivíduos com deficiência como aqueles que por alguma condição motora, sensorial ou mental, se veem limitados a viver plenamente. Contudo, segundo Casanova (2008), citado por Figueira (2012), tendo em conta os paradigmas teóricos do modelo social e da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, quando nos referimos a deficiências, acabamos por falar em deficiências e incapacidades. Entre os indivíduos com deficiência, no nosso estudo, definimos que iremos apenas englobar os indivíduos com deficiência intelectual, síndrome x- frágil e paralisia cerebral.

#### **1.3.1- Deficiência intelectual, síndrome x- frágil e paralisia cerebral**

O conceito de deficiência mental em si, tem sofrido diversas alterações, destacando-se a substituição do termo “deficiência mental” por “deficiência intelectual”. A deficiência intelectual, nas últimas décadas, tem vindo a ser melhor compreendida, contudo, apesar de existirem alguns avanços relativamente à conceptualização das

limitações que as pessoas com deficiência intelectual apresentam, esta evolução tem-se mostrado lenta (Silva & Coelho, 2014). Atualmente, neste século XXI, assiste-se ao desenvolvimento de ideais de aceitação e de igualdade relativamente a pessoas com deficiência intelectual (Wilkinson & McGill, 2009).

A deficiência intelectual caracteriza-se por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com início antes dos 18 anos e, com prejuízo na função adaptativa diária, por comparação com indivíduos da mesma faixa etária, género e cultura. Esta deficiência pode ter etiologias diferentes e pode ser considerada como resultado de vários processos patológicos que afetam o funcionamento do sistema nervoso central (DSM V). A deficiência intelectual pode estar presente no momento de nascimento, ou ser consequência de uma lesão adquirida no parto ou no subsequente período de desenvolvimento infantil, por exemplo, decorrente de um traumatismo craniano grave. Na escola, o deficiente intelectual é um indivíduo que tem, uma maior ou menor, dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem, possuindo necessidades educativas especiais, ou seja, carecendo de apoios e adaptações.

O diagnóstico de deficiência intelectual baseia-se na avaliação clínica e em testes padronizados das funções adaptativa e intelectual. A forma mais usual de avaliar o funcionamento intelectual costuma ser recorrer a testes de inteligência administrados individualmente, com validade psicométrica, abrangente em diversidade de tarefas e culturalmente adequados. Por seu lado, o funcionamento adaptativo é investigado recorrendo à avaliação clínica de medidas individuais, obtidas através do indivíduo ou de outros informantes (familiares, professores, médico). Medidas psicométricas são instrumentos padronizados, tais como escalas, questionários, testes e avaliações, que são concebidos para medir o conhecimento humano, habilidades, atitudes ou traços de personalidade. Existindo portanto medidas psicométricas para avaliar os desempenhos ao nível intelectual e adaptativo e o Quociente de Inteligência (QI). O conceito de QI foi introduzido por Stern e, resulta da multiplicação por cem do quociente obtido pela divisão da IM (Idade Mental) pela IC (Idade Cronológica):  $Q.I. = I.M. / I.C. = 1 \times 100 = 100$ . De acordo com a Associação Americana para a Deficiência Intelectual e a Organização Mundial de Saúde, este teste, apresenta o resultado do grau de deficiência intelectual (Bautista, 1997)

Segundo Calhoa (2017) e Febra (2009), podem definir-se quatro níveis de deficiência intelectual, a saber: profundo; grave/severa; moderado/média; leve/ligeiro.

No nível profundo, a deficiência é muito grave, pois o desempenho das funções básicas encontra-se comprometido. Estes indivíduos apresentam grandes problemas sensoriomotores e de comunicação com o meio. São dependentes de outros em quase todas as funções e atividades, pois os seus *handicaps* físicos e intelectuais são gravíssimos.

No nível grave/severa, os indivíduos necessitam de proteção e ajuda, pois o seu nível de autonomia é muito pobre, apresentam muitos problemas psicomotores, a sua linguagem verbal é muito deficitária e a comunicação primária, no entanto, podem ser treinados em algumas Atividades da Vida Diária básica (AVD).

No nível moderado/média, os indivíduos são capazes de adquirir hábitos de autonomia pessoal e social, podem aprender a comunicar pela linguagem oral, mas apresentam dificuldades na expressão e compreensão oral, revelam um desenvolvimento motor aceitável e têm capacidade de adquirir alguns conhecimentos, mas dificilmente chegam a dominar as técnicas de leitura, escrita e cálculo.

No nível leve/ligeiro, os indivíduos são educáveis e podem chegar a realizar tarefas mais complexas. Durante os anos pré-escolares (dos 0 aos 5 anos de idade), têm deficiências mínimas nas áreas sensoriomotoras, e, muitas vezes, não se distinguem das crianças “ditas normais”. Durante os últimos anos da sua adolescência, podem adquirir conhecimentos académicos ao permanecer em turmas normais, no entanto a sua aprendizagem é mais lenta, uma vez que necessitam de um acompanhamento especial. Durante a vida adulta poderão adquirir competências sociais e vocacionais adequadas a uma autonomia mínima, mas podem necessitar de apoio, orientação e assistência quando estão sob stress social e económico fora do habitual.

Os indivíduos com deficiência intelectual, se tiverem apoios adequados, podem viver normalmente na comunidade, quer de modo independente, quer em lares protegidos. Geralmente não apresentam problemas de adaptação ao ambiente familiar e social e podem desenvolver diversas aprendizagens, pois têm capacidade para se adaptar e integrar no mundo laboral, pois depende do grau.

A deficiência intelectual pode ter diversas etiologias, no entanto, na maioria dos casos a identificação destas não é possível. Segundo Febra (2009), “a deficiência mental pode ser causada por fatores genéticos ou ambientais. Os fatores genéticos atuam antes da gestação ou no momento da concepção, devido a um défice ou problema genético. Os

fatores ambientais tratam-se de fatores externos ao indivíduo, como infeções, agentes tóxicos e traumatismos”. (p.8)

Uma das perturbações associadas ao grande grupo das patologias englobadas na deficiência intelectual é o Síndrome do X Frágil, (DSM-IV-TR, 2002).

Azevedo (2011) define na sua dissertação, que a Síndrome do X Frágil é de origem hereditária e é causada por anomalias cromossómicas, neste caso no cromossoma X. Esta síndrome tem vários pontos em comum com a deficiência mental, entre os quais alguns dizem respeito às capacidades cognitivas, às competências comportamentais / emocionais e ao comportamento adaptativo. A autora releva ainda, após números recolhidos por vários investigadores, que esta patologia afeta mais indivíduos do sexo masculino (cerca de 80%), na gravidade do défice cognitivo, estando tal facto relacionado com a distribuição dos cromossomas X.

Um indivíduo com Síndrome do X Frágil manifesta dificuldades a vários níveis do desenvolvimento cognitivo, centralizando nalgumas áreas, como a fala e a linguagem e outras nos processamentos e habilidades mentais. Estes indivíduos manifestam também dificuldades de comunicação e atraso no aparecimento das primeiras palavras (linguagem expressiva), as quais, em muitos casos surgem só por volta dos 5 anos de idade. Alterações, essas na programação e execução do ato movimentador da fala, ou seja, dispraxias verbais, bem como na perceção e articulação dos sons; alterações no ritmo e velocidade da fala, registando-se esta de forma rápida e confusa. (Azevedo, 2011). No que respeita à área de processos e habilidades mentais, o indivíduo com Síndrome do X Frágil revela facilidade em tudo o que tenha a ver com a memória visual, obtendo informação visual de fácil interpretação, fixar-se em detalhes visuais irrelevantes e também aprender por imitação visual.

Se por um lado podemos considerar a memória e a perceção visual como potencialidades, por outro lado estes indivíduos demonstram dificuldades na memória auditiva. Eles têm também dificuldades em assimilar noções e conceitos abstratos, nos quais podemos integrar os processos de leitura e de escrita, como também em situações novas, assim como na resolução de situações problemáticas, abstratas e complexas.

A paralisia cerebral engloba um conjunto de desordens caracterizadas por disfunções de carácter neurológico e muscular que afetam a mobilidade e o controlo muscular. O termo cerebral reporta-se às funções do cérebro e o termo paralisia às desordens de movimento ou de postura (Correia 1998). Segundo Dodd, Taylor e

Damiano (2002), a paralisia cerebral é considerada uma doença neurológica crónica, é uma lesão estática ocorrida no cérebro imaturo, e, é caracterizada pelo défice de movimento e controlo postural.

Segundo Bautista (1997), o termo paralisia cerebral “emprega-se geralmente para definir um grupo de afeções caracterizadas pela disfunção motora, cuja principal causa é uma lesão encefálica não progressiva, acontecida antes, durante, ou pouco depois do parto” (p.293)

A paralisia cerebral foi definida em 1861 pelo médico inglês, William Little. O termo *Cerebral Palsy* foi também usado em 1889 por William Osler, no título do seu livro “*The Cerebral Palsies of Children*” (Osler, 1987). A paralisia cerebral é uma condição heterogénea com múltiplas causas, múltiplos tipos clínicos, vários padrões neuropatológicos da imagem do cérebro, múltiplas patologias de desenvolvimento associadas, como, por exemplo a deficiência mental, autismo, epilepsia, deficiência visual e recentemente múltiplas variações genéticas patogénicas (MacLennan, Thompson, & Gecz, 2015). Geralmente são os indivíduos do género masculino que apresentam maior risco de paralisia cerebral, devido a vulnerabilidades neurais específicas do género (Johnston & Hagberg, 2007).

De acordo com a Associação Médica Americana, 90% dos casos de paralisia cerebral ocorrem antes do parto ou durante o mesmo. Qualquer lesão provocada no cérebro pode resultar em paralisia cerebral. Alguns dos fatores de risco materno incluem as infeções virais, infeção materna com rubéola, infeções do trato urinário no final da gravidez, deficiência alimentar, prescrição de algum medicamento, abuso de drogas e bebidas alcoólicas, epilepsia materna, atraso mental, hipotiroidismo, pré-eclâmpsia, incompatibilidade cervical sangramento no terceiro trimestre parto prematuro ou tardio, alteração na circulação cerebral, traumatismo, falta de oxigenação da criança, deficiência na formação do sistema nervoso central, reação a medicamentos, entre outros (Graham, Thomason, & Novacheck, 2014).

Segundo Colledge (2006), as lesões causadas no cérebro interferem com as mensagens do cérebro para o corpo, afetando o movimento do corpo e a coordenação dos músculos. A paralisia cerebral não danifica os músculos ou os nervos ligados ao Sistema Nervoso Central (SNC), apenas afeta a capacidade do cérebro a controlar os músculos.

Dependendo da área do cérebro que sofre a lesão e da extensão das lesões do sistema central, podem verificar-se uma ou mais das características e disfuncionalidades associadas num grau variável como, exemplo espasmos, problemas a nível de tonicidade muscular, movimentos involuntários, problemas de postura e de movimento, convulsões, anomalias no campo das sensações e da perceção, problemas de visão, problemas de audição, problemas de fala e deficiência mental. Estas características não estão necessariamente presentes na sua totalidade em todos os casos de paralisia cerebral.

Nalguns casos, pode verificar-se unicamente uma desordem ligeira que poderá não ser detetada (Correia,1998). A pessoa com paralisia tem algumas limitações ao explorar e manipular o meio para falar e escrever, o que a impede, por vezes, de pôr em prática as suas capacidades intelectuais. Ainda que possa ter um atraso intelectual devido às lesões cerebrais, pode também ter uma inteligência normal ou até acima do normal.

Todavia, a pessoa com paralisia deve conseguir a sua inserção social, fomentando as relações interpessoais. A sociedade deve conhecer a pessoa que ela é, e criar as condições necessárias para lhe proporcionar acessos apropriados e possibilidade de trabalho.

## **1.4. A inclusão**

### **1.4.1- Da integração à inclusão**

Ao longo da História da Humanidade as pessoas com deficiência tiveram diversos tipos de tratamentos, como serem simplesmente exterminadas em alguns povos, enquanto noutros eram excluídas da sociedade, devido às suas condições diferenciadas que não correspondiam ao padrão de normalidade da época; em seguida eram segregadas para instituições, surgindo depois a prática da integração. Recentemente é adotada a filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais gerais (Sasaki, 1997).

Ainda segundo o mesmo autor, o termo “integração” tinha como princípios atribuir às pessoas consideradas deficientes o direito à vivência de padrões comuns e à cultura dos grupos majoritários. Esse movimento procurou inserir tais pessoas nos sistemas sociais gerais: educação, trabalho, família, lazer (Sasaki,1997). Neste caso, seguindo a ideia de Sasaki, a responsabilidade da “sua integração” é colocada sobre as

peças com deficiência no sentido de se prepararem para serem integradas na sociedade, e assim a sociedade é chamada a deixar de lado o preconceito e aceitar as pessoas com deficiência que realmente estejam preparadas a aceitar essa integração.

Em suma, as pessoas com deficiência passaram a ser recebidas como sujeitos de direitos, e a sociedade começou a aplicar o termo integração para indicar que estas pessoas podiam participar em todos os atos da vida civil, desde que se esforçassem.

Atualmente, vive-se o processo de transição da prática de “integração” para a pretendida “inclusão”, e, como refere Sasaki (1997), “a inclusão social é entendida como um processo pelo qual a sociedade adapta-se para poder incluir, nos seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas preparam-se para assumir os seus papéis na sociedade” (p.3). Assim sendo, este conceito pressupõe a participação de todos, através de uma verdadeira igualdade de oportunidades, sejam quais forem as características e necessidades de cada um. No entanto, para que seja adquirida a “inclusão” e não apenas integração, ainda existem barreiras na sociedade que precisam de ser excluídas e que impedem o desenvolvimento das pessoas com deficiência na sua inserção social, (como inclusões escolares e profissionais, por exemplo).

Os dois termos “integração” e “inclusão” definem situações de inserção diferentes, a inclusão concilia-se com uma educação para todos, independentemente das suas condições sociais e deficiências. Assim, o ensino especializado passou a dar lugar a uma cultura integradora, progredindo para uma escola onde a inclusão é um fator preponderante para o desenvolvimento das pessoas. Como refere (Sola. Lopez & Càceres, 2006), “Independentemente da diversidade de abordagens e experiências, os princípios em que se baseia a educação especial e/ou atenção à diversidade são sempre os mesmos: integração, normalização, sectorização e individualização”. Deste modo, a educação especial deve ser encarada como um campo do conhecimento e ser adaptada a todos os indivíduos, tendo em conta todas as suas necessidades específicas.

Segundo Bueno (1993), o papel da educação especial é importante na perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e, que só será alcançada quando todas as pessoas tiverem acesso à informação, ao conhecimento e aos meios necessários para a formação de sua plena cidadania. Ainda neste contexto, a educação especial e a integração e inclusão, são práticas sociais para a

inserção das pessoas com deficiência. Como é referido no Decreto-lei nº3/2008, no artº1, nº 2,

a educação especial tem por objectivo a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas. (p.155)

Também como é referido no novo Decreto-Lei nº 54/ 2018, de 6 de julho, que o Governo Português:

Estabelece como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social. (p.2918)

As pessoas com deficiência fazem parte da sociedade e esta deve-lhes facultar estímulos e apoios, como, por exemplo, colocando-os em situações idênticas aos restantes cidadãos (Louro 2001).

Com a inclusão, pretende-se a construção de uma nova sociedade, propondo mudanças nas consciências de todos. Sasaki (1997) salienta que “o movimento de inclusão social tem por objetivo uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios” (p.43). Este mesmo autor cita princípios como “celebração das diferenças, direito de pertencer, valorização da diversidade humana, solidariedade humanitária, igual importância das minorias, cidadania com qualidade de vida” (p.17) Se até agora mantinha o modelo de adaptação do indivíduo à sociedade, como inverter essa proposição, definindo que a sociedade também se adapte aos sujeitos. Pode-se recorrer aqui ao que Sasaki (1997) sugere:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, do próprio portador de necessidades especiais. (p.42)

Neste sentido, o desenvolvimento das pessoas com deficiência nos diversos espaços da vida social deve ocorrer enquanto resultado da implementação e efetivação do processo de inclusão, e não como um pré-requisito para que elas possam fazer parte da sociedade.

Assim sendo, a prática da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais baseia-se no modelo social de deficiência, modelo este que afirma que o maior problema destas pessoas não está nelas próprias, mas sim na sociedade em que vivemos.

Conforme Nogueira e Andrade (2007), a inclusão social é um grande desafio da sociedade em geral, na esperança de um rumo que valorize uma sociedade mais solidária e justa, que garanta os direitos de todos que dela fazem parte, e onde todos possam viver e conviver independentemente das características pessoais de cada um.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>1</sup> (2006) é uma garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência, de acordo com a convenção nos:

#### Artigo 24.º Educação

1 - Os Estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Com vista ao exercício deste direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, [...] e uma aprendizagem ao longo da vida, direcionados para:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e sentido de dignidade e autoestima e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, liberdades fundamentais e diversidade humana;
- b) O desenvolvimento pelas pessoas com deficiência da sua personalidade, talentos e criatividade, assim como das suas aptidões mentais e físicas, até ao seu potencial máximo;
- c). Permitir às pessoas com deficiência participarem efetivamente numa sociedade livre.

#### Artigo 26.º Habilitação e reabilitação

1. Os Estados Partes tomam as medidas efetivas e apropriadas, incluindo através do apoio entre pares, para permitir às pessoas com deficiência atingirem e manterem um grau de independência máximo, plena aptidão física, mental, social e vocacional e plena inclusão e participação em todos os aspetos da vida. Para esse efeito, os Estados Partes organizam, reforçam e desenvolvem serviços e programas de habilitação e reabilitação

---

<sup>1</sup> A adoção de uma Convenção sobre direitos humanos no início deste século resultou do consenso generalizado da comunidade internacional (Governos, ONG e cidadãos) sobre a necessidade de garantir efetivamente o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e de reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade. <http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> Retirado em 10/11/2016

diversificados, nomeadamente nas áreas da saúde, emprego, educação e serviços sociais, de forma que estes serviços e programas:

- a) Tenham início o mais cedo possível e se baseiem numa avaliação multidisciplinar das necessidades e potencialidades de cada indivíduo;
- b) Apoiem a participação e inclusão na comunidade e em todos os aspetos da sociedade, sejam voluntários e sejam disponibilizados às pessoas com deficiência tão próximo quanto possível das suas comunidades. (p.11-13)

Aferimos que um cidadão deve ter dignidade, honra e ser respeitado por qualquer outro, ou seja, todas as pessoas com deficiência têm direito a ser respeitados, pois também são cidadãos.

#### **1.4.2- A orientação profissional nas escolas**

Com a publicação do Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro, a transição para a vida adulta começou a ser considerada mais seriamente nas escolas e no meio envolvente. O decreto prevê a implementação de um Plano Individual de Transição (PIT) para jovens, entre os 15 e os 18 anos, cujas necessidades educativas especiais os impeçam de obter as competências e aprendizagens definidas no currículo comum. Como é referido no Decreto Lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro:

Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional (pp. 157-158).

Assim como no Decreto-Lei nº 54/ 2018, de 6 de julho, artigo 25º:

- 1 - Sempre que o aluno tenha um programa educativo individual deve este ser complementado por um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional.
- 2 - O plano individual de transição deve orientar-se pelos princípios da educabilidade universal, da equidade, da inclusão, da flexibilidade e da autodeterminação.
- 3 - A implementação do plano individual de transição inicia-se três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória.
- 4 - O plano individual de transição deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, pelos pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno. (p. 2926)

A obrigação de se desenvolver um Plano Individual de Transição (PIT) para alunos com Necessidades Especiais (NE) de carácter permanente nos últimos anos de escolaridade, a qualidade de vida e a inclusão dos alunos no processo de transição para a vida pós-escolar são aspetos importantes para o desenvolvimento dos currículos funcionais, numa perspetiva inclusiva de educação.

Os currículos funcionais, no contexto de uma educação inclusiva, realçam a importância da integração do aluno na sociedade visando a sua máxima autonomia. O cumprimento deste objetivo encontra na escola regular e em instituições profissionalizantes as condições mais favoráveis para ser alcançado, pois o aluno tem um confronto diário com modelos de normalidade, através do convívio com colegas não deficientes e da participação nas atividades da turma. Outro benefício é a proximidade entre a escola e a casa do aluno, o que facilita a comunicação com a família e a comunidade, permitindo uma maior fidelidade ao fornecimento de dados essenciais à elaboração personalizada do seu programa educativo.

O sucesso dos objetivos da escola inclusiva e do processo de transição para a vida pós-escolar necessita do envolvimento de todos os intervenientes (profissionais de educação, técnicos, pais, comunidade), da comunicação entre todos e da partilha de recursos, decisões e apoios, ou seja, de trabalho feito em colaboração. Esta abordagem da escola inclusiva e do processo de transição para a vida abre um novo campo de ação, o seu papel deixa de ser apenas o de ensinar e passa a ter a possibilidade de agir sobre todos os elementos que condicionam a vida do aluno.

É indispensável para este projeto, centrado na pessoa com deficiência que ela tenha oportunidade de expressar os seus sonhos e escolhas, de participar na definição do seu percurso de vida, de aprender nos contextos, e de participar na resolução dos seus problemas. Este planeamento, assim concebido, tem na sua base os princípios fundamentais do respeito pelos direitos humanos e a compreensão de que todo o ser humano só consegue realizar-se vivendo em comunidade. Para além disso, independentemente da sua condição, todas as pessoas têm necessidade de aceitação, de amor, de desenvolvimento e de aprendizagem contínua; de autonomia, segurança financeira, proteção legal, respeito pelos seus direitos, e direito à sua individualidade.

Nesta perspetiva, a existência de atividades artesanais nas escolas, inseridas no planeamento do aluno, é algo muito pertinente, não só como meio para atingir as competências escolares tradicionais, mas também para formar profissionalmente estes

jovens, fazendo a ligação entre a escola e a vida pós-escolar, visto que todas as atividades profissionais que lhes são oferecidas têm caráter prático.

Ainda neste âmbito, a preparação e adaptação a uma atividade profissional, a “profissionalização”, por parte de pessoas com deficiência é um assunto que tem vindo a ser discutido, pois como alguns investigadores afirmam, o trabalho é uma das principais vias de inclusão social, e é fundamental para minimizar a estigmatização sofrida por pessoas com deficiência. Assim, uma das tarefas ou metas básicas da educação de jovens e adultos com deficiências é capacitá-los para exercer uma atividade profissional e auxiliá-los a inserirem-se no mercado de trabalho, formal ou informal.

#### **1.4.3. - A integração no mercado de trabalho e na sociedade.**

Através do trabalho, uma pessoa com necessidades especiais pode demonstrar as suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independente e autónoma. Naturalmente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da sua autoestima. Como refere Jannuzzi (1992), “a ausência da possibilidade de trabalho para o deficiente aumenta sua exclusão, acentuando, então, sua subordinação aos outros, esmaecendo a própria identidade, tornando-o aquele que precisa emprestar a voz de outrem para se fazer ouvir” (p.52).

As pessoas com deficiência que estão inseridas no mercado de trabalho atuam de igual forma nas atividades como os outros cidadãos, têm mais possibilidades de expandir as suas perspetivas de vida, inclusivé os relacionamentos a nível social. Por outras palavras, estes programas não visam unicamente “profissionalizar”, mas também favorecer a inserção social pelo emprego.

Exposto isto, a variedade de atividades artesanais possíveis de se realizar numa escola vem ao encontro destes princípios, facilitando a inclusão, o desenvolvimento, a orientação profissional e posteriormente a integração profissional dos alunos com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade.

Segundo Casal et al. (1991) e Martins (1999), as pessoas com deficiência deverão tentar equipar-se e munir-se de todo um conjunto de meios possíveis, que possibilitem o seu êxito profissional, bem como o sentimento da sua realização pessoal e social no trabalho que executam.

Em Portugal, as medidas direccionadas para a promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência eram da responsabilidade do Ministério do Emprego e da Segurança Social, contudo, hoje estão inseridas no âmbito das diretrizes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O IEFP foi criado em 1979 pelo Decreto de Lei nº 519-A2/79, de 29 de dezembro, como um serviço público com o objetivo de tratar de todos os assuntos sobre o emprego nacional, ou seja, a principal incumbência do IEFP é a criação de emprego através do desenvolvimento de políticas ativas no combate ao desemprego e exclusão social, e desenvolver ações de formação profissional adequadas às necessidades com vista à modernização e desenvolvimento económico.

Em 1989, com a criação do Decreto-lei nº 247/89 de 5 de agosto, foi aprovado o regime de apoio técnico e financeiro a programas de reabilitação profissional de pessoas deficientes. Ainda de acordo com este Decreto-lei nº 247/89, artigo 71º

o direito das pessoas deficientes à plena participação na vida social e à igualdade de direitos e deveres com os demais cidadãos, sem quaisquer limites que não sejam os decorrentes da natureza e extensão da deficiência. A efectivação deste direito constitui o Estado na obrigação de definir as medidas de política e de promover os programas que permitam concretizar o objectivo primordial da reabilitação, que é a integração socioprofissional da pessoa deficiente (p.3143).

Perante estes princípios orientadores, a Constituição da República, através do Decreto-lei 40/ 83 de 25 de Janeiro 1983, estabelece o regime de emprego protegido, lei esta que obriga o Estado “à realização de uma política nacional de prevenção e tratamento, reabilitação e integração social dos deficientes, devendo, pois, ser-lhes assegurado o exercício efetivo dos direitos reconhecidos e atribuídos aos cidadãos em geral, nomeadamente o direito ao trabalho” (p.171)

Entende-se por emprego protegido, segundo o artigo 1º, do decreto-lei 40/83 “toda a actividade útil e remunerada que, integrada no conjunto da actividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional das pessoas deficientes, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido”. (p.171)

Outra medida também importante foi o Decreto-Lei n.º 38/2004 de 18 de agosto, que define as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, pois veio facultar a obrigatoriedade da

integração das pessoas com deficiência. No artigo 28.º - Quotas de emprego, do referido normativo

- 1 - As empresas devem, tendo em conta a sua dimensão, contratar pessoas com deficiência, mediante contrato de trabalho ou de prestação de serviço, em número até 2% do total de trabalhadores.
- 2 - O disposto no número anterior pode ser aplicável a outras entidades empregadoras nos termos a regulamentar.
- 3 - A Administração Pública deve proceder à contratação de pessoas com deficiência em percentagem igual ou superior a 5%. (P.5234)

Com esta medida de “Quotas de emprego”, cabe ao Estado “a responsabilidade de criar e coordenar, regras e condições que permitam dar cumprimento àquelas atribuições e sensibilizar toda a sociedade para a sua efetivação.” (Decreto-Lei nº 29/2001 de 3 de fevereiro, artigo 71º). Posteriormente, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através do Decreto-Lei nº 290/2009 de 12 de outubro, aprovou “o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades”. Decreto este, circunscrito por outros, tais como Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, a qual refere nos

Artigo 5.º Princípio da cidadania

A pessoa com deficiência tem direito ao acesso a todos os bens e serviços da sociedade, bem como o direito e o dever de desempenhar um papel activo no desenvolvimento da sociedade.

Artigo 6.º Princípio da não discriminação

- 1 - A pessoa não pode ser discriminada, directa ou indirectamente, por acção ou omissão, com base na deficiência.
- 2 - A pessoa com deficiência deve beneficiar de medidas de acção positiva com o objectivo de garantir o exercício dos seus direitos e deveres corrigindo uma situação factual de desigualdade que persista na vida social. (p.5232)

Ainda na referida Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, e no direito ao emprego, trabalho e formação, compete ao Estado “adotar medidas específicas necessárias para assegurar o direito de acesso ao emprego, ao trabalho, à orientação, formação, habilitação e reabilitação profissional e adequação das condições de trabalho das pessoas com deficiência.” (p.7483).

A integração das pessoas com deficiência faz parte da responsabilidade social do Estado, e do meio empresarial. Por isso, as empresas e organizações têm um papel de

relevo no combate ao preconceito e ao reconhecimento da igualdade entre as pessoas, na medida em que podem ser elas a dar o primeiro passo para uma sociedade mais justa, a nível profissional. Segundo a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 23º (2009),

Todo o ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo o ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo o ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Todo o ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses. (p. 13)

No entanto, apesar de todas as medidas e esforços do Governo Português, a taxa de desemprego entre as pessoas com deficiência é, segundo dados oficiais, cerca de duas a três vezes superior à dos restantes cidadãos. A crescente tomada de consciência das discriminações de que ainda são alvo as pessoas com deficiência, em matéria de emprego, mas também noutras áreas, tem conduzido à tomada de medidas na Europa para inverter esta tendência.

Portugal, em 2009 ratificou a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, artigo 27º e, de acordo com o editado no Expresso Emprego (2012) as pessoas com deficiência devem ter “a oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite, num mercado e ambiente de trabalho aberto” (para.2). Mas para alcançar esta realidade, o país ainda tem muito que fazer e, os portadores de deficiência continuam a ser discriminados no mercado laboral.

Através do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP IEFP, as pessoas com deficiência, recebem apoio ao nível da oferta de emprego e de formação, adquirindo assim um grupo de competências profissionais orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho. Segundo a informação patente no Portal do IEFP-Qualificação de pessoas com deficiência e incapacidade, quem pode realizar esta formação são:

- Entidades formadoras de direito privado e de direito público, que não façam parte da administração direta do Estado, e que detenham estruturas especificamente vocacionadas para a área da deficiência;
- Entidades empregadoras que realizem cursos de formação profissional para os seus trabalhadores com deficiência e incapacidade. (pp. 2-3)

Para a realização das medidas de melhoria de qualificação, existe um processo de candidatura, definidos anualmente e divulgados no portal do IEFP. Na região do Algarve, os projetos têm a duração máxima de 36 meses. Toda a informação necessária para se candidatarem aos respetivos projetos, tais como os avisos de abertura de candidatura, a legislação de suporte, os formulários de candidatura e respetivas orientações para elaboração das candidaturas encontram-se disponíveis no portal do IEFP. A entrega de candidaturas é efetuada diretamente nos respetivos Serviços Regionais do IEFP, I.P.

## Capítulo II – A técnica artesanal- Tecelagem

### 2.1-O artesanato

O termo “Artesanato” deriva do latim *ars*, que significava “capacidade de fazer alguma coisa”. A palavra *ars* passou mais tarde a “arte”. A palavra arte deriva do latim “ars”, que por sua vez corresponde ao termo grego “tékne”. Ambas as definições podem ser traduzidas como as técnicas, os meios para se criar, fabricar ou produzir algo<sup>2</sup>.

O conceito de artesanato foi durante muito tempo pouco preciso e, a sua definição também foi bastante ambígua devido à marginalização que este setor conheceu, sendo o seu reconhecimento um processo muito recente, apesar de ser uma atividade bastante antiga.<sup>3</sup>

O artesanato é uma atividade tão antiga como o Homem. Esta atividade caracteriza-se como uma invenção e produção de artefactos, realizados pelo homem, com vista a satisfazer as necessidades específicas, utilitárias e estéticas da sociedade ou do grupo em que se insere.

Fazendo um olhar retrospectivo pelas etapas de evolução da humanidade, o artesanato representou uma das primeiras formas de expressão identitária da cultura dos diversos povos, nas diferentes sociedades e épocas da história, segundo Castro (1999) e Santos (1998). De acordo com Castro (1999), o artesanato é:

---

<sup>2</sup> O termo artesanato pode ser encontrado no dicionário de língua portuguesa da Porto Editora (2003)

<sup>3</sup> Jovens e Artesanato Têxtil: que Futuro em Comum? Artigo apresentado na conferência: “Engenharias’09: Inovação & desenvolvimento”, 25 a 27 novembro 2009, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Proceedings publicados em CD-ROM.

[...] um conjunto de atividades que se identificam na ligação entre o processo de produção e intervenção direta do homem em todas as fases, desde a transformação, a utilização dos meios ao produto final. Este produto é a comunhão entre a imaginação, o talento, a inspiração e a experiência pessoal e uma estreita ligação com as comunidades em que está inserido (p.19)

O fabrico de artefactos, a partir de artes artesanais, tais como a cerâmica, a cestaria, entre outras até mais complexas, proporciona a que ocorra um forte desenvolvimento das capacidades intelectuais e criativas do homem, assim como uma a uma forte destreza manual. A partir do século X, o artesanato estava centralizado em oficinas, nas quais os aprendizes trabalhavam com o mestre-artesão, que detinha todos os conhecimentos técnicos e ensinava os empregados em troca de mão-de-obra barata e fiel.

A grandeza de uma civilização media-se, até ao século XIX, pelo desenvolvimento da área do artesanato e das artes. Os artigos produzidos tinham intervenção na vida quotidiana de cada pessoa, pelo que o artesanato, antes de ser cultural, era útil e funcional. Existia uma correspondência entre as características do artesanato e a organização económica de cada comunidade ou região.

Numa economia rural, o artesanato foi um complemento desta, durante muitos séculos e teve o seu auge no período entre a Idade Média e a Revolução Industrial.

A industrialização, caracterizada pelo recurso a novas formas de energia, à utilização da máquina, à produção em série e ao consumo em massa, provocou diversas mudanças económicas, sociais e culturais e também ao nível da produção artesanal.

Após a industrialização, os objetos produzidos nas fábricas substituíram quase todos os produtos artesanais, sentindo-se assim, uma crise no artesanato.

Contudo, têm vindo a ser tomadas algumas medidas e apoios por parte do Estado Português e da União Europeia, no sentido de preservar e desenvolver-se o artesanato.

Segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO (2003), artigo 2º

existe uma vontade universal e uma preocupação de salvaguardar o património cultural imaterial da humanidade. O património cultural imaterial é entendido como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades [...] reconhecem como parte integrante do seu património cultural [...] que se transmite de geração em geração e no qual se

incluem as expressões artísticas e as técnicas artesanais tradicionais. Neste sentido, deverá recair sobre estas áreas o investimento das sociedades, promovendo a sua valorização, preservação e proteção, visando conservar a sua presença e possibilitar a continuidade, a transmissão e a revitalização deste património nos seus diversos aspetos. (p.5)

Em resumo, o artesanato era entendido como uma arte antiga, detida apenas por alguns artesãos ou artífices como um ofício manual. Estes artesãos transformavam com as mãos as matérias-primas em diversos utensílios ou objetos que de um modo geral eram bastante úteis para a vida quotidiana.

No entanto, de acordo com Antunes (1999), atualmente o artesanato está a ser perspetivado com um outro olhar:

Faz parte do imaginário coletivo pensar o artesanato como expressão de tradições populares regionais, está a ser visto de uma forma associando-o à arte popular. Esta visão restrita deu lugar a outra, em que o critério de criação artística assume um papel importante, flexibilizando as fronteiras entre artesanato e arte. (p.17)

A nossa sociedade tende a investir num futuro cada vez mais globalizado, e o artesanato é uma das representações das culturas populares que tem lugar na atualidade e é deste modo entendido à luz das teorias sobre o património cultural e imaterial. Isto significa que, se por um lado, permite a representação das formas passadas, por outro lado, expressa a reformulação dessas mesmas formas, valores e identidades, através da produção de novas formas (Kellner, 1992).

Como tem sido referido, a reprodução das tradições e das culturas populares não ficam esquecidas pelo tempo, mas sim, modernizam-se. A viragem global da produção cultural veio dar novo significado aos objetos e às ideias que provêm da construção de um sentido de lugar e/ou singularidade cultural (Arantes, 2006).

Atualmente, para além do “Artesanato Tradicional”, existe o “Artesanato Contemporâneo” em alguns casos também denominado de “urbano”, próximo das intervenções das artes plásticas ou do design de autor (Branco, 2005).

Seguindo o que refere Castro (1999), “embora partindo das mesmas raízes comuns do tradicional, através de um percurso paralelo, o artesanato moderno acentua a sua diferença na expressão real dos objetivos dos produtos, também utilitários ou decorativos”. (p.22)

## 2. 2- Atividade artesanal - Tecelagem

No âmbito da atividade artesanal, no presente estudo vamos explorar a técnica da tecelagem, assim passamos a descrever o enquadramento histórico da técnica, assim como a técnica.

No fim do século XIX acreditava-se que a atividade artesanal estaria condenada a desaparecer, face à revolução dos métodos de fabrico e à movimentação dos mercados, que transformaram o que tinha sido uma rede pouco densa de economias locais em economias nacionais. Após a 1ª Guerra Mundial, e para ultrapassar a desorganização da produção industrial, foi de novo reconhecida a importância do setor na economia e na sociedade e, é precisamente nesta época que reaparece o conceito de artesanato (Castro 1999).

Em 2001 é publicado um diploma sobre o Estatuto de Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal (Decreto-Lei nº 41/2001, de 9 de fevereiro), decreto este que no ano seguinte foi revogado pelo Decreto-Lei 110/2002 de 16 de abril. Este decreto modifica a necessidade de introduzir alterações ao diploma, resultantes não da atividade produtiva artesanal, mas dos bens alimentares, que estão sujeitos a regras específicas, designadamente às normas nacionais e comunitárias em vigor no domínio da higiene, segurança e qualidade alimentar. O Decreto-Lei 110/2002, de 16 de abril, altera o Decreto-Lei 41/2001, de 9 de fevereiro e estabelece, no artigo 4º, o conceito de atividade artesanal como uma:

atividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares. (p.3704)

Contudo, Castro (1999) refere que “a atividade artesanal não deve ser considerada como algo estático, mas contendo em si a versatilidade necessária à aceitação e adopção de inovações técnicas que, sem risco de perda das suas identidades e originalidades, assegurem a sua dignificação”. (p.19)

No presente estudo, vamos falar sobre a técnica da tecelagem, segundo o conceito exposto por Pereira (2009), com base na informação patente pela D.G.I. (1989):

A tecelagem é uma arte milenar, praticada em quase todas as regiões do mundo, que nasceu e desenvolveu-se de acordo com as necessidades do homem, tais como obter tecidos para o vestuário, agasalho e proteção. Embora pouco se saiba sobre a sua origem, pode-se dizer que o seu aparecimento representa um estado avançado de inteligência do homem Pré-Histórico, vestígios, embora dispersos em várias regiões do mundo, representando já formas de complexas de tecelagem. (p.35)

Relativamente à origem da tecelagem, de acordo com Pezzolo (2007) pode dizer-se que:

A tecelagem é uma técnica de produção de tecidos, a qual envolve diferentes tipos de fios e uma máquina específica, o tear. A técnica da tecelagem consiste em entrelaçar um conjunto de fios paralelos e de forma ordenada (a teia), com outro móvel, a trama, de modo a constituírem o produto final que se chama tecido. Contudo, antes de se produzir o tecido é necessário elaborar um conjunto de outras tarefas específicas tais como: dobar; urdir; montar a teia; remeter (consta em fazer passar individualmente os fios da teia pelas malhas ou olhal dos liços, com o auxílio de um passa fios pela ordem indicada na remissa); empeirar (é a operação que consiste em passar, individualmente e pela ordem indicada na cruz, os fios da teia pelas puas do pente, logo a seguir ao remeter dos liços; esticar e prender a teia; tecer e por fim produzir o tecido). O tear é uma máquina de tecer, é um instrumento de trabalhar, manual ou mecânico, onde se pratica a tecedura, ou seja, é o aparelho que permite o cruzamento de fios da trama, com os da teia, para execução do tecido. Ao modo como se faz este cruzamento chama-se “ponto” e “o modo de tecer os fios determina a estrutura básica de um tecido, ou seja, seu padrão. (p.153).

Em termos da maquinaria utilizada, no caso da tecelagem empregam-se quase sempre teares de baixo liço, no entanto, também existem teares de alto liço que se aplicam geralmente na realização de tapeçarias. Os teares de baixo liço podem ser de pedais, de manípulo ou de alavancas.

Com a técnica da tecelagem é possível confeccionar diversos tecidos, desde os rústicos a peças mais delicadas e obras de arte.

### **2.3- A tecelagem e o desenvolvimento económico e social**

A tecelagem difundiu-se em quase todo o território do nosso país, mas em diferentes graus de desenvolvimento, consoante as épocas e as regiões. A tecelagem tradicional, apesar de exigir um maior tempo de produção, e de investimento no conhecimento da técnica, sempre foi, maioritariamente, uma atividade caseira e

doméstica, realizada sobretudo pelas mulheres. No Algarve, assim como nas restantes regiões portuguesas, os estudos sobre esta atividade (tecelagem) são escassos, e os testemunhos destes saberes e dos equipamentos a eles associados são raros e em alguns casos inexistentes (Pereira, 2012).

Segundo Vaz (2008), foi com a Revolução Industrial que ocorreu no Reino Unido, no século XVIII, que surgiram diferentes aplicações em teares (precisamente na atividade têxtil), e a passagem de uma produção artesanal para uma mecânica, com fabrico de produtos em grandes séries, proporcionando o alargamento de mercados e a democratização do consumo.

Com o tratado de Methuen<sup>4</sup> que ocorreu em 1703, a arte têxtil em Portugal sofreu um forte desenvolvimento, passando gradualmente a industrializar-se, em paralelo à acentuada mecanização de alguns núcleos. Contudo, apesar das diversas medidas tomadas pelo governo de Marquês de Pombal, no sentido de desenvolver e proteger o têxtil nacional, a tecelagem portuguesa não se desenvolveu da mesma forma, que nos vários países europeus, pois o regime agrário, concentracionário e antiliberal que governou o país limitou o seu desempenho e a sua modernização.

No século XX, mais propriamente nos anos sessenta, existia em Portugal um condicionamento industrial, limitando a expansão da atividade transformadora e conformando-a apenas a alguns setores.

Como forma de um maior desenvolvimento segundo Castro (1999) e:

Tendo em consideração os constrangimentos gerados pela mundialização dos mercados e a racionalização socioeconómica com a União Europeia, surgiu a procura de novos meios de luta contra o desemprego, a fim de criar estratégias flexíveis para o seu alargamento ao século XXI [...] O artesanato passou a ser considerado como uma área potencial de empregabilidade, permitindo a criação de novos postos de trabalho e contribuindo simultaneamente para a recuperação de regiões menos desenvolvidas. (pp.39-41)

As pequenas unidades artesanais, como, por exemplo, a tecelagem, poderão ter fortes possibilidades de desenvolvimento, em função da capacidade de adaptação face à exigência dos vários mercados. Segundo Castro (1999),

---

<sup>4</sup> Segundo Serrão, o Tratado de Methuen, também designado como Tratado dos Panos e Vinhos, foi assinado em 27 de dezembro de 1703, entre a Inglaterra e Portugal. Neste tratado os portugueses comprometiam-se a consumir os têxteis, tecidos britânicos e os britânicos, os vinhos de Portugal. (Veríssimo Serrão. História de Portugal (v. V), p. 229).

É preciso criar medidas, tais como a criação de postos de trabalho em nome individual ou em associação (Inserção social e profissional dos grupos destinatários nas regiões); Ações visando a reabilitação de atividades [...] em vias de extinção; Melhoria das estruturas de produção e comercialização; Formação profissional; [...] Recuperação de postos de trabalho. (p.71)

Apesar de existir a intenção de criar as medidas mencionadas pelo autor Castro, para o desenvolvimento deste ofício, as feiras e os mercados foram e têm sido espaços muito importantes para a contribuição e fixação da produção de têxteis. Segundo Pereira (2012), atualmente as vendas de produtos têxteis (tecelagem) têm sentido o peso da concorrência com os tapetes de trapos industriais, vendidos nas grandes superfícies comerciais.

Os tapetes feitos com base em trapos industriais são produzidos em série e a preços mais baixos. Embora sejam estes os produtos que mais se vendem nas “Feiras de Artesanato”, as tecelagens de linho rematadas com rendas artesanais também passaram a ser outros dos produtos artesanais apelativos e vendidos também nas Casas de Artesanato.

Espaços como, as Casas de Artesanato, são locais visitados por apreciadores nacionais e turistas que compram ou encomendam diversas peças, tais como colchas, tapetes, carpetes, toalhas de mesa, toalhas de mãos e passadeiras dos mais variados tamanhos. Estes clientes, para além das peças, compram também memórias que dão testemunho das vivências de um povo, tradição e património. Estes produtos artesanais fazem a ponte entre a memória e tranquilidade dos tempos longínquos e, a agitação dos dias de hoje.

Pires (2000) defende que uma das mais-valias do artesanato é poder ser classificado como um testemunho das comunidades em que é produzido. Para além da identidade, é de realçar a importância do artesanato quando associado ao turismo, como meio de divulgação do património cultural do país. Esta relação entre o artesanato e o turismo é de interesse mútuo e benéfico para todos. O crescimento destes dois setores implica igualmente o crescimento das economias locais, logo um aumento do emprego.

De acordo com alguns investigadores, tais como Whelan e Speake (1981) e Broomhead (2003), trabalhar faz parte da vida de todo o ser humano, pois os indivíduos são educados / formados para trabalharem, produzirem algo no decorrer das suas vidas.

Um indivíduo que participa e compreende os objetivos que se pretendem atingir, no âmbito do seu processo de aprendizagem, vai sentir-se mais integrado e motivado, e vai

ter maior rentabilidade no trabalho porque os seus esforços não são gastos ao acaso, mas orientados numa determinada direção, (Cortesão e Torres, 1984) proporcionando um desenvolvimento económico, social e até individual no seio de uma sociedade.

De acordo com Santos (2014), a realização de atividades artesanais proporciona uma melhoria da autoestima, mas também promove a autonomia pessoal e social do indivíduo e uma melhor integração social efetiva, como membro ativo da sociedade em que se insere. Tal como referem Whelan e Speake (1981) e Broomhead (2003), um emprego é algo bastante relevante para um ser humano conseguir pertencer mais facilmente a uma determinada sociedade. Martins (2001) apoia a opinião Whelan e Speake (1981) pois também refere que ter emprego contribui para a realização do ser humano assim como para o aumento da sua autoestima.

De acordo com investigações realizadas, a produção manual tem um papel fundamental no bem-estar de pessoas com deficiência, proporcionando assim resultados positivos relativamente ao aumento da sua capacidade de concentração, assim como de memorização do processo de realização (Teixeira, 2014).

As pessoas com deficiência devem considerar-se indivíduos válidos e úteis, perante si próprios e perante os outros, ou seja, cidadãos com limitações, mas também com potencial que pode e deve ser estimulado e aproveitado.

Segundo Ausubel (1980) a problemática da motivação e autonomia pode assumir, o engrandecimento do “EU”, que ocorre sempre que o sujeito em situação de desenvolvimento e aprendizagem apresente uma resposta que envolve competência e sucesso.

## **2.4- A ligação da técnica da tecelagem com outras áreas**

### **2.4.1- Tecelagem, Design, Artes**

A ligação entre a tecelagem e o Design é, para alguns investigadores considerado um ponto bastante discutível, pois receiam que tal parceria possa causar o enfraquecimento da área da tecelagem e posteriormente de outras técnicas artesanais, apenas quando ambos os profissionais das duas áreas não aprofundarem conhecimentos.

As tecelagens manuais, enquadram-se na classificação de tecidos planos, no processo de criação dos tecidos, logo é importante que o designer entenda os princípios

básicos do design têxtil, para conseguir criar e produzir algo que seja viável, apelativo e comerciável.

Segundo Fernandes (2009), as mudanças criam necessidades novas, mas também proporcionam o desenvolvimento de conhecimentos e meios que facilitam e melhoram as respostas para satisfazer o mercado. Como refere Denise (in, Kurin, in Karp 1991), se a cultura é para ser conservada, então tem que sobreviver, e para tal, os seus “portadores” devem ter poder para praticar essa cultura, revê-la, transformá-la e adaptá-la às novas tecnologias e mudanças da sociedade, de forma a serem encontrados novos significados para práticas antigas e antigos significados para práticas novas (Denise in, Kurin in, Karp 1991). Neste sentido, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97 de 14 de agosto, foram alinhadas algumas diretrizes como: “A expansão, a renovação e a valorização dos ofícios e microempresas artesanais devem basear-se numa estratégia que permita cruzar tradição com modernidade e combinar os saberes tradicionais com saberes novos, nomeadamente nos domínios do design, das novas tecnologias.” (p4235)

A união da técnica da tecelagem com a área do Design ocorreu pela primeira vez no início do século XX, mais especificamente no final da 1ª Guerra Mundial, na escola de arte alemã *Bauhaus* (1919-1933). Esta escola teve como objetivo promover a união entre a arte e a técnica. Nesta escola foi criado um *atelier* de tecelagem, frequentado na maioria por mulheres, no qual trabalhavam as técnicas têxteis artesanais de desenho e decoração. Segundo Menegucci, Silva, e Paschoarelli (2011) “desde o princípio, a oficina de tecelagem foi de domínio feminino. Algumas mulheres escolheram a tecelagem com consciência profissional, mas a maioria foi enviada por meio de indicação dos mestres.” (p.37).

Os *ateliers* tinham grande ligação com a indústria, pois produziam tapeçarias e soluções em tecidos, para revestimento de móveis e outros móveis. Na escola *Bauhaus*, para além da oficina de tecelagem, existiam também oficinas de pintura, proporcionando assim uma maior troca de propostas, ideias inovadoras.

Além das oficinas também havia aulas teóricas, como a de História da Arte, a aulas de Johannes Itten, nas quais era estimulado o poder criativo individual de cada aluno. Estas aulas mais teóricas eram consideradas como fontes influenciadoras das ideias que acabavam por ser criadas nas aulas mais práticas, algumas delas até foram determinantes para quase toda a produção têxtil.

As aulas de Paul Klee também eram consideradas aulas bastante importantes para a criação das propostas mais práticas. De tapetes com representações de “histórias” passaram a ser criados outros com formas construtivas, surgindo assim o novo estilo de arte abstrata, (Droste, 2011).

Na escola Bauhaus formaram-se arquitetos, pintores e escultores, como por exemplo Wassily Kandinsky (1866-1944), Lazlo Moholy-Nagy (1895-1946) e Herbert Bayer (1900-1985).

A escola *Bauhaus* tinha com propósito aproximar a arte à tecnologia e defendia a fusão entre a arte e a técnica (artesanato). Este ideal, valorizava a ligação entre vários recursos e novos materiais proporcionando assim a exploração de novas potencialidades dos materiais, das formas, criando formas e funções para produtos comuns.

Apesar da *Bauhaus* ter sido o mais importante centro de criação artística da Europa, em 1933 foi fechado pelos nazis. Com o início da 2ª Guerra Mundial, muitos dos professores da *Bauhaus* foram forçados a abandonar a Alemanha, difundindo os seus ideias pelo mundo.

Em Portugal, segundo Ferreira (2013), “As próprias técnicas tradicionais de tecelagem são aplicadas a produtos atuais, reinventando formas, texturas e padrões” (p.108). Sendo assim, pode-se dizer que o artesanato tradicional está a renascer sobre as mais diversas formas e grafismos da cultura portuguesa, em diversos suportes contemporâneos.

Atualmente, a técnica da tecelagem é utilizada na arte contemporânea por diversos artistas plásticos, como Joana Vasconcelos nas suas esculturas e Clara Fernandes nas suas obras. Segundo informação de Luísa Pinto (Jornal Público, 2017), a empresa Amorim Cork Ventures (ACV) está a lançar tapetes onde liga a técnica da tecelagem com a cortiça, produto este que foi idealizado pela designer Susana Godinho.

Em suma, o futuro das diversas atividades artesanais deverá continuar a passar por uma maior difusão, solicitando a intervenção de designers, com o fim de trabalharem as técnicas e/ou temas, tornando-os mais apelativos ao consumidor.

## **2.5 - Entidades e projetos na região do Algarve**

### **2.5.1- Entidades na região do Algarve**

Nas últimas décadas e durante todo o percurso histórico, a forma de tratamento das pessoas com deficiência mostra-nos como é importante a defesa dos direitos humanos na procura da inclusão social. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) (1948) divulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde veio a reconhecer os direitos a todos os seres humanos. Como é referido no artigo 1º “todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade de direitos” (p.4) ainda nesta forma de pensar no artigo 2º refere que “todo o homem tem capacidades para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nessa declaração sem distinção de qualquer espécie.” (p.4)

Para reforçar esta ideia e, defender os direitos dos cidadãos com deficiências, surge a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A convenção veio garantir o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência e reforçar a proibição da discriminação destes cidadãos através de leis, políticas e programas que acolham especificamente as suas características e promovam a sua participação na sociedade. A convenção ainda garante os princípios universais como a dignidade, igualdade, integralidade e a não discriminação em que se estabelece e define as obrigações gerais dos Governos relativos à integração, bem como as obrigações específicas referentes à sensibilização da sociedade para a deficiência.

Continuando ainda nesta linha de pensamento, as pessoas com deficiência são cidadãs com plenos direitos e é obrigação da comunidade proporcionar-lhes a igualdade de oportunidades e a total integração na sociedade. Segundo o que refere o Decreto-Lei n.º 290/2009 de 12 de outubro de 2009, veio confirmar que:

Aprova o regime jurídico de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e de apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidades e o regime de concessão de apoio técnico e financeiro aos centros de reabilitação profissional de gestão participada, às entidades de reabilitação, bem como a credenciação de centros de recursos do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e a criação do Fórum para a Integração Profissional. (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (pp.7482-7497).

No entanto, continua-se a vivenciar nos dias atuais um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, onde são exigidas qualificações e habilitações. As oportunidades continuam a ser direcionadas a um grupo de indivíduos que se encontrem capazes a atender as diversas exigências que as empresas possam vivenciar. Com este quadro e dadas as limitações e incapacidades dos indivíduos com deficiência, esta situação vem contribuir para a exclusão destes, pois passa a existir um fosso significativo entre aqueles que detêm o saber e aqueles que executam, gerando, desta forma, mais desemprego e marginalização social (Neves, 2001).

Com base no Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2011) é possível concluirmos que a integração destes indivíduos no mercado de trabalho é importante, pois além de promover a sua inclusão na sociedade, desenvolve também competências pessoais na execução de tarefas, cumprimento de horários, no saber procurar ajuda, aceitar críticas e melhorar capacidades relacionadas com aspetos como o lidar com o dinheiro, o fazer um percurso de ida e volta para o trabalho, assim como a interação com os colegas. Segundo Lima (2001)

um processo que objetiva o incremento da participação social e económica na sociedade de pessoas com deficiência. É um trabalho que se centra na Formação Profissional, implicando a intervenção de um leque variado de técnicos especializados, pois o utente pode usufruir de vários tipos de serviços, complementares da oferta principal” (p.73).

Neste sentido, e de acordo com a Direção Geral da Segurança Social em 2008, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm como objetivo o exercício da ação social na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade, carência ou exclusão humana, promovendo, deste modo, a inclusão e a integração social e desenvolvendo, diversas atividades de apoio a crianças e jovens, famílias, terceira idade, invalidez e, em geral, a toda a população necessitada.

Este acordo vem assegurar a promoção da igualdade de oportunidades, no sentido de que o indivíduo portador de deficiência disponha de condições que permitam a participação na sociedade, impulsionando o acesso à igualdade de oportunidades na educação, na formação e no trabalho ao longo da vida.

Pelo referido, na região do Algarve muitas instituições têm vindo a desenvolver projetos e oferecendo formação profissional e centros de atividades ocupacionais a indivíduos portadores de deficiência, como, por exemplo a Santa Casa da Misericórdia

de Albufeira, a Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas (Existir) em Loulé e a Fundação Irene Rolo (FIR) em Tavira.

### **2.5.1.1- Centros de Atividades Ocupacionais**

Os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) são espaços para jovens e adultos com deficiência e incapacidade moderada e grave, de idade igual ou superior a 16 anos. Como é referido no Manual da Segurança Social sobre CAO, têm como principal objetivo promover e disponibilizar condições que contribuam para uma vida com qualidade através do desempenho de atividades socialmente úteis, sempre que possível na comunidade, com vista ao desenvolvimento das suas capacidades, como seres ativos, criativos e criadores.

Nestes centros, que integram pessoas com deficiências, as funções, a integração socioprofissional no mercado regular de emprego ou em centro de emprego protegido encontram-se condicionadas, embora evidenciem potencial para uma integração social ativa.

Como já foi referido, as atividades para os utentes que frequentam CAO, na maioria das vezes, estão ligadas às atividades artesanais.

Segundo Roldão (1999) diferenciar significa definir percursos e opções curriculares diferentes para situações diversas, diferenciar os projetos curriculares, neste caso o grupo de trabalho garante uma aprendizagem bem-sucedida. Diferenciam-se os métodos pedagógicos e as atividades para corresponder aos pontos de partida dos alunos e às diferentes vias de acesso para que, assim, todos eles cheguem a um nível mais elevado de aprendizagem.

De facto, as pessoas com deficiência possuem necessidades diferentes. Como tal, justifica-se que tenham garantido direitos mais específicos para todas, direitos esses que recompensem as suas limitações e impossibilidades a que estão sujeitos. Por existirem necessidades diferentes, em 1994 foram decretados Procedimentos-Padrões pelas Nações Unidas, onde foi efetuado regras e padrões referindo que a reabilitação comunitária deveria ser desenvolvida como estratégia global de apoio e como desenvolvimento da comunidade objetivando a reabilitação, equalização de oportunidades e integração.

Os jovens com necessidades específicas (NE) devem ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição efetiva da escola para o trabalho. Esta transição implica adequações e treinos, incluindo experiências diretas em situações da vida real, fora da escola. Não é tarefa apenas para as escolas, mas também para outras instituições. Como é referido na Declaração de Salamanca (1994), ponto 66-67:

Uma vez que organizações voluntárias e não-governamentais possuem maior liberdade para agir e podem responder mais prontamente às necessidades expressas, elas deveriam ser apoiadas no desenvolvimento de novas ideias e no trabalho pioneiro de inovação de métodos de entrega de serviços. Tais organizações podem desempenhar o papel fundamental de inovadores e catalisadores e expandir a variedade de programas disponíveis à comunidade, [...] pessoas portadoras de deficiências - ou seja, aquelas que possuam influência decisiva deveriam ser convidadas a tomar parte ativa na identificação de necessidades, expressando sua opinião a respeito de prioridades, administrando serviços, avaliando desempenho e defendendo mudanças. (p.39).

Dados todos os entraves e dificuldades que a maioria dos adultos com deficiência tem, é importante para as crianças em idade de escolaridade obrigatória com NE que frequentem escolas com um currículo diferenciado. A diferenciação curricular é um conceito que apresenta, essencialmente, mudanças na metodologia e na avaliação, pressupondo que os alunos têm um mesmo percurso nas suas opções, mas que uns precisam de seguir caminhos diferentes para que todos possam atingir o sucesso educativo.

Desta forma, e com a Declaração de Salamanca (1994), no ponto 56 refere-se que:

Os jovens com necessidades educativas especiais precisam de ser apoiados para fazerem uma transição eficaz da escola para a vida activa, quando adultos. As escolas devem ajudá-los a tornarem-se activos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessárias à vida diária, oferecendo-lhes uma formação nas áreas que correspondem às expectativas da vida adulta... (p.34)

### **2.5.1.2 - Santa Casa da Misericórdia – caso de Albufeira**

A Santa Casa da Misericórdia de Albufeira (SCMA) foi fundada em 1498, sendo uma das primeiras misericórdias a ser criada, depois da Misericórdia de Lisboa. Atualmente é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e Associação Sem Fins Lucrativos, sediada na cidade de Albufeira.

Com mais de 5 séculos, a atividade da Misericórdia de Albufeira apresentou um grande desenvolvimento nas últimas quatro décadas. Durante muitos anos, a atuação da Misericórdia centrou-se no auxílio a pessoas socialmente desfavorecidas, na qual se incluía a prestação de cuidados básicos e de cuidados de saúde, nos antigos Albergue e Hospital de Albufeira. Após a revolução de 1974, o âmbito da sua ação alargou-se substancialmente e passou a incluir outras formas de intervenção, específicas de grupos-alvo, como as pessoas com deficiência e incapacidade, as pessoas com doença mental, os idosos, as crianças, as pessoas seropositivas, as pessoas com toxicod dependência, as mulheres vítimas de violência, as famílias e as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou de outras dificuldades pontuais.

Atualmente a Santa Casa de Albufeira apresenta uma área de atuação alargada, que abrange o Distrito de Faro, recebendo, inclusivamente, pessoas oriundas de todo o país. Contudo, atua com particular incidência no concelho de Albufeira, local onde se encontram os seus estabelecimentos. A Misericórdia de Albufeira dispõe de 24 estruturas ou respostas sociais organizadas em 13 estabelecimentos ou instalações.

A Santa Casa da Misericórdia, mais propriamente o espaço instituído em Albufeira, está a desenvolver o projeto a “Arte pela Inclusão”. Este projeto consiste em apoiar a expressão plástica e artística dos utentes e promove a sua inclusão social. Com as atividades dos *ateliers* ocupacionais produzem os artigos que, por sua vez, são comercializados para o público em geral. Estes artigos possuem uma etiqueta “Arte pela Inclusão”, que foi feita especificamente para o projeto, e são vendidos com a finalidade de apoiar o projeto, ajudar os utentes da instituição e contribuir para a economia social do concelho.

A venda destes produtos contribui concretamente para a melhoria da qualidade de vida dos utentes com deficiência do Lar Residencial São Vicente e para os utentes com doença mental da Casa da Paz.

Para além deste projeto também são desenvolvidos *Ateliers* Ocupacionais São Vicente, que se destinam ao desenvolvimento de atividades para jovens e adultos (idade igual ou superior aos 18 anos) com deficiência, tais como não possuírem capacidades suficientes que os permitam ter acesso ao mundo do trabalho ou ao emprego protegido. Nestes *Ateliers* é assegurado um conjunto de serviços, tais como:

- Atividades ocupacionais (*ateliers* de tapeçaria, de empreita, de trabalhos manuais e de atividades lúdicas);

- Atividades lúdico terapêutico (atividade motora adaptada, hidroterapia, alfabetização, música e a expressão dramática);
- Atividades socioculturais (passeios, saídas ao exterior e comemorações de datas festivas);
- Atividades de desenvolvimento pessoal e social (treino de atividades de vida diária);
- Refeições e cuidados de alimentação e nutrição.

A instituição Santa Casa da Misericórdia também possui uma Unidade de Reabilitação Profissional que se destina à qualificação profissional de pessoas com deficiência e incapacidade e à aquisição e desenvolvimento de competências socioprofissionais orientadas para o exercício de uma atividade profissional e empregabilidade. Esta unidade é destinada a pessoas que possuem alguma deficiência e/ou incapacitadas e estão inscritas nos Centros de Emprego, pois pretendem adquirir ou melhorar as suas qualificações para ingressar, reingressar, manter-se ou progredir no mundo laboral.

Nesta unidade é assegurado um conjunto de serviços que inclui formação profissional inicial, conferente de dupla certificação (certificação profissional de Nível II e certificação escolar ao nível do 9º ano com duração de 3600 horas). Os cursos são: pasteleiro(a) padeiro(a); cozinheiro(a); mecânico(a) de automóveis ligeiros; operador(a) de jardinagem e formação profissional contínua, que decorre em percursos formativos, de 400 horas de duração.

### **2.5.1.3- Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas (Existir)**

A Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas (Existir) foi fundada a 14 de novembro de 1994, em Loulé. É uma instituição de solidariedade social sem fins lucrativos e tem como objetivos desenvolver atividades no âmbito de intervenção de populações deficientes e desfavorecidas. Tem como missão desenvolver respostas ajustadas às populações portadoras de deficiência, cidadãos e famílias em situação de carência económica e social da região do Algarve, elevando o nível de bem-estar físico, mental e social, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida.

Esta instituição desenvolve um projeto de serviços de lavandaria e engomadoria para o exterior da instituição. No espaço é possível lavar, engomar e embalar qualquer tipo de roupa. Em virtude das características dos trabalhadores, foram criadas tabelas de preços e diferentes formatos de pagamento dos serviços, de forma a oferecer aos clientes a melhor qualidade/preço.

Além da lavandaria e engomaria, também existe na instituição o Centro de Atividade Ocupacional laboral (CAO) que está dividido em quatro áreas laborais: área da cafetaria, da jardinagem, de artes e ofícios e a área de reparação de móveis.

Para além das valências já mencionadas também existe a Unidade de Reabilitação e Formação Profissional. A população alvo são pessoas com deficiências e incapacidades, com idade mínima de 16 anos, que já não se encontram ao abrigo da escolaridade mínima obrigatória.

O principal objetivo desta unidade de reabilitação é proporcionar aos seus formandos competências para o exercício de uma atividade profissional. A formação é feita por blocos: Formação para a Integração, Formação de Base, Formação Tecnológica, e Formação Prática em Contexto de Trabalho. Também realizam cursos que conferem dupla certificação escolar e profissional como: Operador de informática, e Assistente administrativo, e cursos que conferem apenas a certificação profissional: curso de Multimédia; Administração de contabilidade; serviços de apoio à hotelaria, cozinha, jardinagem, mecânica e vigilante de crianças.

#### **2.5.1.4 - Fundação Irene Rolo**

A Fundação Irene Rolo é uma instituição particular de solidariedade social que foi criada por doação da casa residencial e da horta de Irene Dulce da Palma Arez Rolo, com escritura pública em 15 de abril de 1982, reconhecida por despacho do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social a 29 de julho de 1982, e registada na Direção Geral da Segurança Social. Esta doação teve o intuito de ajudar e acolher pessoas portadoras de deficiência. Em 1986, a fundação iniciou a sua atividade no âmbito da formação a deficientes, através dos programas de formação financiados pelo Fundo Social Europeu.

Na casa residencial da doadora, funcionaram dois cursos: cestaria e tecelagem, com duração de quatro meses.

Mais tarde, a fundação começou a receber mais utentes do concelho, havendo assim a necessidade de ocupar também a casa dos caseiros da menina Irene, inserida também na horta, tendo sido posteriormente ocupada pelo curso de tecelagem.

Ao longo dos anos, a fundação Irene Rolo tornou-se uma referência e uma resposta no acolhimento de pessoas com deficiência, não só do concelho, mas também das cidades circundantes, logo, surgiu a necessidade de expandir o espaço.

Na edificação do novo edifício, que foi feito com base nalguns apoios em abril de 1993, o Centro de Reabilitação, conta com o funcionamento de quatro áreas:

- Centro de Formação Profissional;
- Centro de Atividades Ocupacionais;
- Intervenção precoce;
- Paralelismo Pedagógico.

Na casa residencial de Irene Rolo foram feitas adaptações para o lar residencial, com o intuito de integrar pessoas com deficiência cujos pais não tinham capacidade para os ter em casa. A fundação iniciou funções como lar residencial em dezembro de 1994 e nesse mesmo ano, em simultâneo, deu-se início a atividades de formação para os utentes.

#### **2.5.1.4.1 Recursos e valências existentes na Fundação Irene Rolo**

O trabalho que é desenvolvido na fundação tem por missão não só apoiar pessoas com incapacidades e deficiência, mas também atuar no âmbito da prevenção, acolhimento, reabilitação, formação profissional e inserção social de indivíduos, com vista à promoção da qualidade de vida.

A fundação apresenta uma série de recursos e dinâmicas, tendo muitas delas como público-alvo alunos com necessidades educativas especiais, sendo eles:

- **Centro de Atividades Ocupacionais** para jovens e adultos com deficiência e incapacidade grave, de idade igual ou superior a 16 anos e cujas capacidades não permitam, temporária ou permanentemente, o exercício de uma atividade produtiva, não se enquadrem no âmbito do regime do emprego protegido nos termos da respetiva legislação, e careçam de apoios específicos, nomeadamente, psicológico e social;
- **Intervenção Precoce**, que se trata de uma medida de apoio integrado, centrado na criança e na Família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa,

designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social, tendo como público-alvo crianças dos 0 aos 6 anos de idade que apresentem alterações nas estruturas ou funções do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias. Este acompanhamento é feito em contexto natural com a criança, sendo este apoio dado semanalmente ou duas vezes por semana em ambulatório;

- **Lar Residencial**, cujos destinatários são pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, que apresentem uma deficiência e incapacidade de grau profundo e que as famílias não os possam acolher, ou que se encontrem em situação de isolamento e sem retaguarda familiar. O lar residencial prevê ainda o acolhimento de utentes cuja família necessite de apoio, designadamente em caso de doença ou necessidade de descanso;

- **Centro de Reabilitação e Formação Profissional**, sendo o público-alvo pessoas com deficiência e incapacidades com a idade mínima de 18 anos, tendo por objetivo dotar o público-alvo de competências para o exercício de uma atividade profissional. Durante o percurso os/as formandos/as são acompanhados/as por uma equipa multidisciplinar especializada. Dispõem ainda de uma equipa técnica constituída por uma diretora técnica, uma psicóloga, uma técnica de serviço social, uma terapeuta ocupacional, um técnico de acompanhamento à formação em empresas e um médico e uma enfermeira pertencente à equipa externa. A fundação leciona os seguintes cursos:

- Cozinheiro/a;
- Empregado/a de Andares;
- Operador/a de Jardinagem;
- Pasteleiro/a-Padeiro/a;
- Operador/a de Impressão.

Estes cursos conferem certificação escolar e profissional de nível 2, dando assim equivalência ao 9º ano de escolaridade.

Na Fundação Irene Rolo os candidatos antes de se integrarem em qualquer valência são avaliados por uma equipa multidisciplinar composta por psicólogos, médicos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e monitores que fazem uma avaliação diagnóstica, com o objetivo de perceber se os mesmos possuem as aptidões mínimas e se terão condições para aprendizagem de uma atividade profissional e futura inserção no mercado de trabalho normal.

Os candidatos para os programas de Formação Profissional têm de ser jovens com deficiência ligeira, quando os formandos não possuem tais aptidões, e o seu perfil não se adapte à Formação Profissional são encaminhados para o centro de atividades ocupacionais, com o fim de desenvolverem competências de autonomia e socialização, através da realização de atividades práticas do quotidiano e manuais como: tecelagem, pintura, sacos em papel, restauro, entre outras.

Nesta valência os formandos são acompanhados por diversos técnicos especializados como: Psicólogos, Assistente Sociais, Terapeutas e formadores. Entretanto estes indivíduos com o passar do tempo podem desenvolver competências de autonomia, e poderão ser novamente reorientados a ingressar na formação profissional.

## **2.6. – Projetos na área do artesanato na região do Algarve**

Seguindo o processo global de desindustrialização das economias ocidentais, no final do século passado, e a evolução dos sistemas económicos, cada vez mais centrados no conhecimento e no progresso tecnológico, os currículos de formação na área do artesanato começaram a integrar novos domínios de saber para responderem às necessidades do mercado contemporâneo e, assim, contribuir para o desenvolvimento, inovação e competitividade do setor. Deste modo, inicia-se um novo modelo de implementação curricular, que, a par do ensino de técnicas artesanais tradicionais, inclui ações de formação contínua e pontual em áreas como tecnologias de produção, informação e comunicação, novos materiais, gestão, *marketing*, comercialização e design. (Regio. Crafts-innovation – 2014)

Em 1997, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97 de 14 de agosto de 1997, criou a Comissão Nacional para a Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais. Esta comissão assume a expansão, a renovação e a valorização dos ofícios. As microempresas artesanais devem basear-se numa estratégia que permita cruzar tradição com modernidade e combinar os saberes tradicionais com saberes novos, nomeadamente nos domínios do design, das novas tecnologias de produção, do *marketing* e da capacidade empresarial em geral. Esta estratégia, para ser eficaz, deve basear-se na mobilização e adaptação dos instrumentos disponíveis nas políticas de apoio às microempresas, de desenvolvimento local, de emprego, de educação e formação, de cultura, ciência e tecnologia. Segundo os termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolveu

1 - Aprovar o Programa para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais (PPART), adiante designado por Programa, integrando os seguintes eixos de acção:

- a) Sistematização, renovação e transmissão dos saberes tradicionais, nomeadamente com base nas escolas-oficinas, nas escolas de artes e ofícios, nas escolas profissionais e nos centros de formação especializados, bem como em acções de educação recorrente ou extra-escolar para jovens e adultos;
- b) Desenvolvimento de projectos avançados combinando design, novas tecnologias e artes e ofícios tradicionais;
- d) Organização do processo de certificação dos produtos e serviços artesanais;
- e) Promoção da criação e desenvolvimento das microempresas artesanais com base nos instrumentos de apoio técnico e financeiros disponíveis, com destaque para o Regime de Incentivos às Microempresas (RIME), as Iniciativas Locais de Emprego (ILE), os apoios à melhoria do nível e da qualidade do emprego, os apoios à criação do próprio emprego, os ninhos e centros de criação de empresas e estruturas congéneres;
- f) Integração dos artesãos tradicionais em esquemas de educação e formação contínua de adultos;
- k) Estimular a difusão e o conhecimento dos ofícios e da actividade artesanal. (p.4235)

Perante esta promoção das artes e ofícios tradicionais, na região do Algarve surgiram alguns projetos onde o artesanato regional e o design se misturam. Temos como exemplo o projeto TASA- Técnicas Ancestrais Soluções Atuais, que iniciou em 2010, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), com o intuito de aliar novas tendências do design à atividade artesanal, de modo a tornar estes ofícios ancestrais em profissões de futuro.

O projeto TASA tem sido dinamizado pela empresa de Turismo Responsável – Proactivetur e todos os anos são integrados novos artigos no catálogo de produtos, oriundos não apenas do Algarve, mas também do Alentejo e da vizinha Andaluzia.

Neste projeto, dois designers reuniram-se com vários artesãos algarvios durante um ano, e com eles trabalharam diferentes técnicas e materiais, criando assim cerca de 20 produtos. Segundo a informação de Daniel Pina (Algarve Informativo 2006)

“Todos os objetos do TASA são úteis, têm uma função, não são meramente decorativos. O artesanato surgiu precisamente para colmatar necessidades que existiam antigamente, criando utensílios ou ferramentas com os materiais que possuíam na época, e quisemos manter esse traço. Assim, tendo noção dos artesãos e das matérias-primas que estão disponíveis, surgem algumas ideias e esboços que depois são apresentadas pelas designers aos artesãos para saber se é possível produzir-se aquilo ou não, qual o melhor tipo de material, até se chegar ao protótipo e à peça final”. (p.4).

Segundo o Eng. Santos, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR), em Abril de 2012

A construção do futuro só é sólida quando as suas fundações estão ancoradas nos saberes empíricos e científicos acumulados ao longo dos séculos”. O projeto TASA “conta com esses saberes acumulados e também com uma perspetiva dinâmica de adaptar antigas técnicas e artefactos às necessidades atuais.” Visto que muitas técnicas dos nossos antepassados estão a perder-se este projeto veio dar uma linguagem contemporânea acrescentada pela equipa de designers, os produtos do TASA estão a ter uma boa aceitação do mercado.” O objetivo principal do TASA é “Afirmar o artesanato como uma profissão de futuro”. (p.7)

Outro projeto desenvolvido no Algarve, e que também liga o artesanato dos nossos antepassados com a arte atual é o Loulé Design Lab (LDL).

Segundo Sara Alves (2017) este projeto surgiu em 2015 de um desafio lançado pela Câmara Municipal de Loulé para a ocupação do espaço do Convento Espírito Santo, com o fim de criar uma incubadora para designers e empreendedores das áreas criativas.

Este espaço foi criado na sequência da Residência Designers de Loulé, em que, durante o processo de pesquisa, devido a questões da cultura e da produção local criaram uma visão para o território que, no fundo, se alinhou com as estratégias que a iniciativa «Loulé Criativo» tem vindo a estabelecer nos últimos anos.

O LDL tem a vertente da inovação e investigação aplicada à produção local, a colaboração com programas de formação e transmissão de saberes, um laboratório de criação e desenvolvimento de novos produtos e a programação regular com residências, como: *workshops*, exposições, conversas com *experts* e criadores, conferências e seminários de empreendedorismo. O LDL oferece condições para o desenvolvimento de projetos e de ideias de negócio, procura ter uma relação muito próxima com a comunidade e tem definido à partida uma rede de parcerias que permite implementar uma espécie de «Cidade FabLab» em que, além da oficina interna, pode-se contar com a colaboração ou até com a utilização dos espaços e dos equipamentos das oficinas. Esta é uma forma de atrair interesse para novos projetos e novas dinâmicas económicas. O sistema de trocas colaborativas em que consiste o banco de tempo criativo é uma alternativa a contrapartidas financeiras, e é uma forma de promover essa cultura de partilha e sentido de comunidade. (Para.6)

Segundo Peter Dorne (1995) “Grande parte do êxito alcançado pela nossa cultura deve-se ao trabalho coletivo das pessoas, à especialização e à fragmentação coordenada

do trabalho. Nenhuma pessoa isolada poderia por si só, alimentar a complexidade de um design avançado.” (p.27)

Como é referido no artigo “Perspectivas do Papel do Design no Artesanato”, atualmente a nossa sociedade, une vários saberes e conhecimentos para que haja uma criação de produtos de qualidade e um maior desenvolvimento e apreciação dos mesmos, pois as pressões para inovar são cada vez maiores.

As mudanças criam necessidades novas, mas também promovem o desenvolvimento de conhecimentos e meios que facilitem o diálogo entre a inovação e a sustentabilidade. Um trabalho conjunto entre designer e artesão mantém as técnicas artesanais inspiradas nas raízes culturais em união com a inovação do presente e do futuro. Atualmente, esta união apresenta-se como uma alternativa com mais qualidade, viabilidade e está cada vez mais sustentável.

## **Parte II- Dimensão empírica**

### **Capítulo III- Metodologia de investigação**

#### **3. 1- Tipo de estudo e metodologia**

“Uma investigação, é por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica.” (Quivy & Campenhoudr, 2008,p.31)

Com esta investigação pretendemos encontrar respostas à questão que levantámos, seguindo um determinado processo, apoiado em instrumentos e técnicas. A investigação tem como intuito criar conhecimentos e teorias científicas, num determinado campo da realidade.

Este estudo assume a forma de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que a subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados fazem parte do processo de investigação (Flick, 2005).

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa, baseia-se no estudo de caso, quer se trate de um indivíduo, de um grupo, de um bairro ou de uma comunidade. É um processo onde se destacam aspetos como a procura dos dados diretamente no seu ambiente natural. Essa procura é usada pelo pesquisador como ponto

de partida, num processo essencialmente descritivo de perceção do significado de um fenómeno, num determinado contexto. A preocupação do pesquisador não é apenas pelos resultados ou produtos, mas sim também pelo processo de irá utilizar para chegar às conclusões. Assim, a preocupação essencial é o sentido e o significado que os fenómenos têm para as pessoas.

O método qualitativo caracteriza-se pela subjetividade e é um processo holístico, no qual as observações são naturalistas e sem controlo, o método quantitativo é objetivo e, foca-se em obter uma medição rigorosa e controlada dum fenómeno particular (Carmo & Ferreira, 1998). A divergência entre ambos os tipos de investigação resulta do facto de um ser de carácter positivista (quantitativo) e o outro de carácter fenomenológico (qualitativo). Enquanto o tipo positivista adota os modelos das ciências naturais, procurando causas para os fenómenos sem considerar os estados subjetivos dos sujeitos, o fenomenológico trata de valorizar a componente subjetiva dos comportamentos das pessoas (Serrano, 2001).

De acordo com Taylor e Bogdan (1998), a investigação qualitativa é uma forma de aproximação do mundo empírico, sendo que o objetivo dos investigadores é compreenderem o comportamento e a experiência dos indivíduos (Bogdan e Biklen, 1994). O foco da investigação qualitativa é a compreensão mais profunda dos problemas, é investigar o que está por detrás de certos comportamentos, atitudes ou convicções. Na investigação qualitativa não há, em geral, qualquer preocupação com a dimensão das amostras nem com a generalização dos resultados.

Segundo Fortin (1999), o estudo de caso baseia-se numa investigação aprofundada de um indivíduo, de um grupo ou de uma organização, a fim de descrever e apreender suficientemente o assunto para transmitir toda a sua complexidade de uma forma narrativa. No caso deste estudo e segundo Yin (2005), o fenómeno é observado no seu ambiente natural; um ou mais entes (pessoas, grupos, organizações) são examinados; o estudo enfoca eventos contemporâneos e requer um problema que convoca a compreensão holística de um evento ou de uma situação em questão usando a lógica indutiva, ou seja, do particular ou do específico para o geral.

No presente estudo seleccionamos para análise apenas um caso, o Centro de Atividades Ocupacionais da Fundação Irene Rolo, pois identificamos que era um dos espaços únicos no Algarve, no qual existe um grupo de pessoas com deficiência, que realizam a técnica da tecelagem. Pretendemos assim compreender melhor a deficiência

em adultos e, analisar e averiguar as suas capacidades na execução de tarefas, as quais poderão ser favorecedoras para um posto de trabalho.

### **3.2- Justificativa do estudo**

A escolha do tema deste estudo surgiu pela experiência profissional da sua autora enquanto formadora/monitora na Fundação Irene Rolo, em Tavira, na qual teve oportunidade de conviver e ensinar pessoas com deficiência. Assim, durante 17 anos a investigadora exerceu a sua atividade em diversas áreas, na Formação Profissional e no Centro de Atividades Ocupacionais da Fundação.

Quando se trabalha com pessoas com deficiência, à partida sabemos que a sua aprendizagem é mais lenta e que devemos acompanhar o seu ritmo de trabalho durante as atividades que lhes são propostas. As atividades que nós consideramos simples, podem exigir deles um esforço e empenho maior. Por isso, devem sempre ser elogiados e incentivados.

Trabalhar com esta população requer muita paciência, dedicação e principalmente entender que as diferenças existem e que não podem, de forma alguma, ser ignoradas. Passa também por uma consciencialização que promova na íntegra a realização dos seus direitos enquanto pessoas, bem como enquanto cidadãos participantes e ativos no seu projeto de vida.

Trabalhar com pessoas com deficiência no Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) é uma tarefa que, apesar dos laços afetivos, da exigência de atenção e da sua dependência, ao longo dos tempos vai estabelecendo um relacionamento de confiança entre formadores e formandos. Isto faz com que eles façam com gosto e empenho todas as tarefas que o formador solicita, nomeadamente o trabalho com base em técnicas, como a tecelagem, nos diversos tipos de teares (os de manípulos e os de pedais), conforme a investigadora verificou nos vários anos.

Enquanto exerceu as funções de formadora, trabalhou com várias pessoas com deficiência, com diferentes patologias, na elaboração de atividades artesanais centradas na técnica da tecelagem.

As capacidades apresentadas por estas pessoas com deficiência, ao nível da realização de diversas tarefas tais como: confeção de tapetes, mantas, carpetes panos individuais, entre outros, despertaram na investigadora a vontade de apresentar noutros

contextos, ou a outros profissionais de outras áreas e a comunidades diversas, as capacidades que essas pessoas possuem, assim como, as vantagens que podem proporcionar no seio da sociedade, quando inseridos na estratégia de desenvolvimento económico, social e cultural de uma região, no caso o Algarve.

Este problema é em grande medida também um desafio para as entidades e empresas da região, que contribuem para o desenvolvimento da mesma.

Pretendemos ainda, com o presente estudo criar um contributo concetual e metodológico relevante, em relação a estudos existentes dentro do mesmo tema, com pessoas com deficiência.

Por fim, também pretendemos que esta investigação contribua para o crescimento em extensão e profundidade dos conhecimentos da investigadora.

### **3.3- Questão da investigação**

Segundo Freixo (2010), “formular o problema consiste em dizer, de forma explícita, clara, compreensível e operacional qual a dificuldade com a qual nos confrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando as suas características” (p.157), cujo objetivo da formulação do problema, sendo considerada a etapa do processo a mais difícil, consiste em torná-lo distinto, singular e ímpar.

Esta problemática incentivou a questionar até que ponto as atividades artesanais, em específico a “Técnica da tecelagem” podem ser promotoras de competências necessárias à vida profissional e à integração no mercado de trabalho de indivíduos portadores de deficiência. Assim, foi formulada a seguinte questão da investigação:

- Qual o contributo da técnica da tecelagem na inclusão profissional de indivíduos com deficiência, na região do Algarve?

### **3.4- Objetivos**

Para Freixo (2010), o objetivo indica o que o investigador tem intenção de fazer no decorrer do estudo. “Pode tratar-se de explorar, de identificar, de descrever, ou ainda de explicar ou de predizer tal ou tal fenómeno, devendo ser formulado com grande economia de palavras, ...” (p.164)

### **3.4.1-Objetivos gerais**

Os objetivos gerais definidos inerentes a este estudo foram os seguintes:

- Compreender se a técnica da tecelagem, efetuada por indivíduos com deficiência, será um fator facilitador à inclusão e à socialização destes na comunidade/ mercado de trabalho;
- Reconhecer a importância da técnica da tecelagem realizada por indivíduos com deficiência no desenvolvimento económico e cultural na região do Algarve.

### **3.4.2- Objetivos específicos**

De acordo com os objetivos gerais foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Mostrar que indivíduos com deficiência possuem conhecimentos e capacidades para desenvolver uma atividade profissional numa entidade;
- ✓ Sensibilizar o meio socioeconómico para a importância da introdução da técnica da tecelagem, realizada por pessoas com deficiência para o desenvolvimento da região do Algarve;
- ✓ Identificar se a inclusão de pessoas com deficiência numa entidade contribui para a sua autoestima e autonomia;
- ✓ Conhecer a opinião de profissionais de outras áreas, como designers e artesãos sobre a influência do desenvolvimento de atividades artesanais/tecelagem na melhoria das capacidades de pessoas com deficiência.

### **3.5 - Amostra**

No presente estudo, foi definido um grupo de pessoas, a partir de um conjunto de critérios predefinidos.

Entre os critérios, identificamos que deviam ser pessoas com deficiência: no ativo; aptos para trabalharem no seio profissional de uma empresa/entidade; e com conhecimentos e capacidades para ensinar e trabalhar a técnica da tecelagem.

### 3.5.1- Caracterização da amostra

A amostra em estudo é constituída por quatro pessoas com deficiência, duas com paralisia cerebral, um com deficiência intelectual e outra com deficiência intelectual - síndrome x-frágil, com idades compreendidas entre os 28 a 50 anos (quadro nº1).

**Quadro n. °1** – Amostra do estudo- caracterização

<b>Participantes no estudo</b>		
<b>Género</b>	<b>Grupo etário</b>	<b>Patologias</b>
Feminino	30-40	Deficiência Intelectual
Masculino	<30	Paralisia Cerebral
Masculino	30-40	Deficiência Intelectual- Síndrome x- Frágil
Masculino	41-50	Paralisia Cerebral

Fonte dos dados: Fundação Irene Rolo, Tavira.

Relativamente ao sexo, um é do sexo feminino e três são do sexo masculino, como está referenciado (quadro nº1).

Para alguns destes participantes no estudo (quadro n.º1), só o recurso a adequações é que lhes garante as condições necessárias para potenciar o seu funcionamento e desenvolvimento de competências esperadas nestas atividades. Apesar de terem grande autonomia nas tarefas que realizam, tais como tapetes, mantas, entre outras peças e, de as venderem para o exterior da Instituição, é difícil a sua inclusão no mercado de trabalho, pois a própria sociedade não está ainda preparada a apoiá-los. Por outro lado, estas pessoas também não se enquadram no âmbito do regime do emprego protegido nos termos da respetiva legislação, logo, careçam de apoios específicos.

Aquando da formação dos participantes no estudo, a formadora/ atual investigadora, definiu um conjunto de estratégias de aprendizagem, de forma a que os seus formandos tomassem conhecimento de todas as ferramentas e utensílios a usar. Ao realizarem as atividades propostas, eles passam a manusear assiduamente e, memorizar ferramentas e utensílios pertencentes às tarefas. Como realizam a tarefa durante todo o

dia, no final já sabem o nome das ferramentas e dos utensílios, e passados alguns dias já não precisam de apoio, apenas da verificação do trabalho no final de cada peça.

A elaboração das teias, visto que consiste numa tarefa mais complexa, é realizada pelos formandos com mais aptidões a nível cognitivo e físico. Estes formandos têm de saber quantas voltas necessitam dar e por onde têm de passar os fios e os cruzamentos destes nas extremidades da urdideira (em cima e em baixo). No entanto, há necessidade de proceder a uma forma mais simples para que eles consigam fazer as teias sem enganos porque são muitos fios. Se houver engano não se consegue fazer mais nada. Então é desenhado com marcadores grossos de cores variadas em toda a urdideira de forma a saberem o que fazer. Apesar destes serem capazes de realizar tarefas funcionais são arrançadas estratégias para que tudo corra bem. É de referir que:

[...] quando o problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas), afecta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno. (Brennan (1988); Correia (1997), p.48).

Os quatro elementos que fazem parte da amostra, no presente estudo, com o fim de recolhermos dados para o estudo, assim como, com outros fins, dinamizaram / orientaram um *workshop* sobre a técnica da tecelagem, em teares de manípulos e de pedais, no Centro de Atividades Ocupacionais da Fundação Irene Rolo, em Tavira, na qual estas pessoas são utentes.

### **3.6.1 Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

As técnicas e instrumentos de recolha de dados utilizados no presente estudo foram diversificados. Segundo Carmo e Ferreira (1998), é indispensável indicar que “num estudo de caso utilizam-se diferentes técnicas de recolha de dados, tais como: a observação, a entrevista, a análise documental e o questionário.” (p.157)

A recolha dos dados foi feita segundo as seguintes técnicas:

- Entrevistas;
- Inquérito por questionário (antes e depois da realização do *Workshop*);

- *Workshop* “Formação em tecelagem sob a orientação de pessoas portadoras de deficiência”;
- Observação.
- Recolha documental

### 3.6.2- Entrevistas

Antes da realização das entrevistas foi elaborado um guião, que nos serviu como guia e suporte para as questões que foram abordadas. Como refere Fortin (1996), “para a entrevista não estruturada, utiliza-se um guião com as grandes linhas dos temas a explorar... a grelha da entrevista fornece um inventário dos temas a cobrir.” (p.247)

Foi criado um guião para a entrevista, com o fim de estruturar a entrevista, assim como definir objetivos, requisitos, identificar os indivíduos a entrevistar, e outros elementos importantes na realização da mesma (Apêndice B).

Relativamente às questões que foram criadas para a entrevista, houve algum cuidado para não se criarem perguntas absurdas e ambíguas. As questões foram colocadas levando em conta a sequência do pensamento do entrevistado, neste caso, utilizámos uma entrevista semi- estruturada, num contexto semelhante a uma conversa informal.

Antes de aplicar as entrevistas foi feito um pré-teste a um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais, com características idênticas às pessoas que foram convidadas a participar no estudo, para que a entrevista pudesse ser validada.

O objetivo das entrevistas é entrar no mundo do entrevistado e, deste modo, compreender o seu pensamento (Patton, 1990). Igualmente, Fontana e Frey (1994), afirmam que “entrevistar é uma das formas mais comuns e poderosas de tentar compreender outros seres humanos” (p. 361), sendo que a entrevista é dos instrumentos mais utilizados para a recolha de informação em estudos de natureza qualitativa (Pacheco, 1995; Yin, 1994).

Geralmente, a entrevista tem uma vantagem sobre outras técnicas, pois ela permite a captação imediata da informação desejada. Assim, foram feitas três entrevistas, com a finalidade de recolher opiniões diferentes sobre um tema com particularidades comuns entre eles. Os três entrevistados foram: uma pessoa ligada à direção de um centro de atividades ocupacionais, outra ao artesanato, e por fim uma ao design.

Inicialmente os entrevistados foram contactados telefonicamente e foi-lhes explicado o estudo em questão, como refere, Tuckman,( 1999), “a conversação ao telefone dá ao entrevistador a vantagem de ter algumas oportunidades para alterar ou explicar melhor as orientações e a informação fundamental, como resposta às objecções específicas levantadas pelos potenciais respondentes. Durante esta primeira conversação deve também fazer-se a marcação de uma entrevista”. (p.484)

Posteriormente a este contacto, houve o envio dos conteúdos e contextualização da entrevista e foi efetuado posteriormente um novo contacto, para agendamento da data e local da entrevista.

Antes da aplicação deste instrumento de recolha de informação, os convidados foram devidamente esclarecidos sobre a natureza da pesquisa e da confidencialidade das suas declarações, pelo que, em nenhuma circunstância da pesquisa, os seus nomes serão citados. Agradecemos também a cada um dos participantes pela disponibilidade manifestada em realizar as entrevistas incluídas no presente estudo.

A entrevista ao presidente do Centro de Atividades Ocupacionais continha 15 questões, as quais foram centradas ao nível da potencialidade de trabalho dos utentes com deficiência do centro, na realização da técnica da tecelagem (Apêndice D).

A segunda entrevista foi direcionada ao Presidente do Loulé Design Lab, a qual continha 16 questões (Apêndice E). O principal objetivo em entrevistar este profissional, foi tentar perceber a opinião de alguém de outra área, mas de cariz criativo, sobre a possibilidade da técnica da tecelagem ser realizada por pessoas portadoras de deficiência e designers em simultâneo.

A terceira entrevista foi realizada às senhoras artesãs que trabalham a técnica do feltro puro. A entrevista continha 14 questões (Apêndice F) e neste caso, o objetivo foi saber a opinião deste público sobre a possibilidade de haver uma ligação entre as duas técnicas, a do feltro puro e a da tecelagem, e, por outro lado, analisar a hipótese de ambas as técnicas serem realizadas por pessoas portadoras de deficiência.

As entrevistas foram realizadas individualmente, junto de cada um dos convidados e, posteriormente, depois das respostas transcritas, foram enviadas por correio eletrónico para cada um dos participantes para confirmarem todo o texto transcrito.

Aferimos assim que o principal objetivo das entrevistas foi recolher informação e opinião sobre a possível inclusão e socialização de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através da realização da técnica da tecelagem (artesanato). Apurar e

recolher informação sobre a opinião destes, acerca da pergunta de partida do presente estudo: “O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve”.

Devemos salientar que os entrevistados manifestaram uma grande abertura para a realização das entrevistas, pois, como anteriormente referimos, tivemos o cuidado de explicar o objetivo do estudo e garantir a confidencialidade sobre a autoria das mesmas. Isto facilitou a relação entre o investigador e os participantes.

### **3.6.3 - Inquérito por questionário**

Neste estudo, para além da aplicação da entrevista, outro instrumento de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário. Tal como as entrevistas, e como refere Gall, Borg e Gall (1996), os inquéritos são instrumentos muito usados nas investigações na área da educação, geralmente servem para recolher informação sobre diversas motivações, sentimentos, realizações e experiências dos diversos indivíduos. Para além da possibilidade de recolher informação, também nos trazem algumas vantagens importantes para a investigação o “questionário consegue atingir várias pessoas ao mesmo tempo, obtendo um grande número de dados, [...] garante também uma maior liberdade das respostas em razão ao anonimato, evitando vieses potenciais do entrevistador. Geralmente, através do questionário, obtêm-se respostas rápidas e precisas” (Boni & Quaresma, 2005; Frias, 2013, p.53).

Segundo Correia (2013) e Reis (2010), a descrição sobre o que deve conter o questionário exige que, aquando da sua construção, haja uma orientação teórica, em função da revisão da literatura, e atenção às características particulares do público-alvo em estudo.

Assim, para este instrumento de investigação foi elaborado um guião (apêndice C). A primeira fase consistiu na elaboração de um esboço de questionário, com base nas referências bibliográficas previamente analisadas e nalgumas opiniões dos entrevistados. Depois, antes de ser aplicado, foi feito um pré-teste a um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais e académicas, com características semelhantes às que foram convidadas a participar no *workshop*.

A exigência de precisão e rigor obriga a que seja necessário testar um questionário antes da sua aplicação, para nos certificarmos da legibilidade das questões,

da razoabilidade da sua ordenação e saber se as respostas correspondem à informação pretendida (Pardal & Lopes, 2011).

Até à obtenção do formato final dos questionários, estes foram sujeitos a algumas alterações, para facilitar a compreensão. Como os primeiros inquiridos levantaram dúvidas em relação ao que era pretendido saber nalgumas questões, foi necessário fazer alguns ajustes nalgumas questões, principalmente às 2 e 3 do grupo I e 3 e 6 do grupo II.

A finalidade destas revisões, teve como intuito estruturar questões adequadas e claras, de forma a podermos confirmar que, através do questionário, era possível atingir os objetivos pretendidos para a investigação. Tal como referem Quivy e Campenhoudt (2003), “Este teste prévio permite muitas vezes detetar as questões deficientes, os esquecimentos, as ambiguidades e todos os problemas que as respostas que levantam” (p.172)

Os inquéritos por questionário finais foram aplicados às pessoas que foram convidadas a participar no *workshop*. Como forma introdutória ao questionário foi realizada uma breve apresentação do estudo em causa, aos objetivos, salientando também o anonimato e a confidencialidade dos dados, assim como, foi explicitada alguma informação relativa ao tempo e preenchimento do mesmo.

No presente estudo, fizemos assim dois inquéritos por questionário, a saber:

- o primeiro inquérito por questionário foi composto por três grupos, com diversas questões fechadas e foi aplicado antes da realização do *workshop* (Apêndice H)
- o segundo inquérito por questionário, composto por cinco grupos, quatro com questões fechadas e um grupo com uma questão aberta, foi realizado depois do *workshop*. (Apêndice I)

A opção pelo inquérito por questionário, teve como fim apurar dados de forma sistémica. De acordo com os objetivos do estudo, foi possível obter informação diversa, e opiniões diferentes junto dos convidados.

Na criação do questionário foram utilizadas questões fechadas e abertas e de opinião, pois com o uso deste tipo de questões, segundo Ghiglione e Matalon (1992), “o investigador dá ao inquirido uma certa liberdade para o mesmo exprimir as suas opiniões, com a sua própria linguagem, mas também apresenta respostas típicas

limitadas que o inquirido poderá escolher e que traduzem da melhor forma a sua opinião”. (p.120)

Nas perguntas fechadas, foi utilizado como base a escala do tipo Likert. Os inquiridos deram as suas opiniões optando assim por uma das seis opções da escala:

1–Sim, 2–Não, 3–Não sei, 4–Discordo, 5–Não discordo/Nem concordo, 6–Concordo.

### **3.6.4- *Workshop***

Além das entrevistas e do inquérito por questionário foi ainda utilizada uma técnica diferente de recolha dos dados, a partir da realização de um evento, mais especificamente um *workshop*, denominado “Formação em tecelagem sob a orientação de pessoas com NEE”.

Pretendeu-se assim, recolher informação junto de vários especialistas de áreas diferentes, contudo complementares ao estudo e identificar e mostrar que a técnica da tecelagem realizada por indivíduos com deficiência, pode proporcionar o desenvolvimento da nossa região.

Para a realização do presente evento, foi escolhido um espaço real, com formadores reais, as pessoas com deficiência que participam no estudo, mais propriamente os quatro indivíduos identificados no estudo como os elementos da amostra.

A pertinência pela recolha de dados de forma presencial, segundo este formato de *workshop* derivou, por um lado, da necessidade de garantir a recolha de dados junto de entidades/empresas ou profissionais convidadas que são pertinentes no estudo e, por outro lado, da necessidade de recolha de informação segundo uma observação direta e real, embora não participativa, mas eficiente relativamente aos objetivos do estudo. Com o desígnio de procurar respostas para a pergunta de partida deste estudo: “Pode a técnica da tecelagem contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência no meio profissional, na região do Algarve?”

Inicialmente foi feito um contacto e encontro com o presidente da instituição Fundação Irene Rolo (FIR), para solicitar a autorização da realização do *workshop*, sobre a técnica da tecelagem, com os utentes do centro de atividades ocupacionais da mesma.

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

Quando foi obtida resposta positiva sobre a realização do evento, foram convidadas diversas entidades nas áreas da cultura e turismo da região do Algarve, assim como profissionais/empresários ligados ao design e ao artesanato (Quadronº2).

**Quadro n. º2** – Entidades/ profissionais convidados a participar no *workshop*

<b>Entidades   profissionais</b>	<b>Número de participantes</b>
Fundação Irene Rolo – Centro de atividades ocupacionais (CAO)	2
Universidade do Algarve	1
Câmara Municipal de Tavira	1
Direção Regional da Cultura do Algarve (DRCA Algarve)	1
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR)	1
Empresa Like Coork	1
Empresário e designer (profissional)	1
Artesã (feltro) (profissional)	1
União das freguesias de Tavira	1
ACAT – Associação cultural artística de Tavira	1
<b>Total</b>	<b>11</b>

Entre os convidados que aceitaram participar no *workshop*, a maioria era do sexo feminino, e mais de metade dos participantes encontravam-se no grupo etário dos 41-50 anos, seguido do grupo 30-40 e, por último os 50 anos. Ao nível da formação académica verificou-se que a maioria possuía licenciatura e depois doutoramento (Quadro n. º3).

**Quadro n. °3:** Convidados do *workshop*: caracterização segundo género, grupo etário e formação académica

Caracterização – critérios	Participantes no <i>workshop</i>
<b>Género</b>	
Feminino	7
Masculino	4
Total	11
<b>Grupo etário</b>	
< 30 anos	
30-40	3
41-50	7
>50	1
Total	11
<b>Formação académica</b>	
Bacharelato	1
Licenciatura	4
Pós-graduação	1
Mestrado	1
Doutoramento	2
Total	11

A seleção dos convidados entidades / profissionais, para participarem no *workshop* do presente estudo, teve como base os seguintes critérios:

- Entidades/ profissionais com visão para o desenvolvimento da região,
- Entidades/ profissionais que pudessem apoiar na criação de novos percursos profissionais de pessoas com deficiência;
- Entidades / Profissionais que respeitassem e conseguissem motivar pessoas com deficiência;
- Entidades/Profissionais que apoiassem a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho ou emprego protegido.

Na resposta ao correio eletrónico/ convite que foi efetuado às várias entidades e profissionais, foi enviado um panfleto com o programa o evento, com data, horas e morada (Apêndice J).

O *workshop* foi realizado no dia 13 de março de 2018, nas instalações da Instituição Fundação Irene Rolo, mais propriamente na sala de tecelagem do Centro de Atividades Ocupacionais. Teve uma duração de três horas, das nove e trinta às doze e trinta da manhã.

Inicialmente deu-se a receção dos convidados, seguida da apresentação do projeto de investigação no auditório da FIR. Posteriormente os convidados realizaram o primeiro inquérito por questionário e, seguidamente passou-se à sala de teares da instituição.

Na sala de teares, os formadores, os indivíduos indicados anteriormente na amostra, deram início ao *workshop*, explicando a técnica da tecelagem e o seu processo, desde a elaboração da teia à montagem da mesma nos teares e à confeção do tecido.

Para finalizar, após uma pausa com alguns beberetes e doces confeccionados pelos utentes da instituição, os convidados voltaram ao auditório da FIR para um pequeno debate e partilha de opiniões sobre a atividade realizada na sala de teares e elaboração do segundo inquérito por questionário.

Relativamente à sala onde foi realizado o *workshop* ela está patente na Fundação Irene Rolo, denominada por sala da tecelagem e está dividida em espaços de trabalho distintos, como por exemplo mesas onde estavam colocados teares de mesa, para fazerem painéis de diversas formas e desenhos para quadros de parede; mesa com teares de manípulos (figura n.º 1), onde eram feitos panos individuais para cozinha e naperons de quarto e casas de jantar, entre outros; as mesas com teares de pregos (figura n.º 2) onde eram feitos cachecóis, golas em lã; as mesas do crochet onde faziam tapetes e malas em trapo e lã; espaço com teares de baixo liço, teares de pedais, de manípulo e de alavancas (figura n.º3), para fazerem mantas e tapetes em trapo, fio de juta e lãs (figura n.º4). Na sala comum estavam as debadoras (figura n.º5), onde enrolavam as lãs e os trapos. As tarefas nesta sala passam por dobar fios, urdir teias (urdideira giratórias-figura n.º6) para serem montadas nos teares de pedais e de manípulos. Todas estas atividades/ tarefas foram realizadas pelos utentes com algum apoio. As tarefas de elaboração de teia e sua montagem nos teares foram realizadas em grupo devido à sua complexidade.

**3.6.4- Figura nº1- Tear de manípulos**



**3.6.4-Figura n. °2 -Tear de pregos**



**3.6.4.-Figura nº3- Tear de pedais**



**3.6.4- Figura nº4 – Manta d fio de juta e algodão**



**3.6.4-Figura nº5 – Debadora**



**3.6.4.-Figura nº6- Urdideira giratória**



### 3.6.5- Observação direta não participativa

Outras das técnicas de recolha de dados que utilizámos no presente estudo foi a técnica de observação direta não participativa.

No âmbito da metodologia qualitativa, segundo Denzin (1970) e Vermersch (1984), a prática da observação direta não participativa é considerada como uma técnica importante para a obtenção de dados de investigação, frequentemente associada a outras técnicas, como a entrevista e a pesquisa documental.

A observação direta, segundo Peretz (2000), “consiste em ser testemunha dos comportamentos sociais dos indivíduos ou grupos nos próprios locais das suas atividades ou residências sem lhes alterar o seu ritmo normal [...] a observação requer capacidades de sociabilidade, memória e interpretação”. (p.24). De acordo com Bell (2004) a observação “pode ser mais fiável que aquilo que as pessoas dizem” (p.162), pois podemos comprovar tudo aquilo que estamos a observar.

A observação direta pode-se ainda caracterizar como sendo uma observação participante, quando o observador faz parte da realidade que observa, interagindo com o observado, ou não participante, quando o investigador não se envolve.

Na observação não participativa, o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espetador do objeto observado (Gil, 2008).

Durante a nossa investigação, a técnica de observação não participativa esteve sempre presente em todos os momentos, uma vez que não houve intervenção, mesmo nos momentos em que visitámos o espaço onde foi realizado o *workshop*. Nesta situação, de observação não participativa, os sujeitos não sabiam que estavam a ser observados, pois não estávamos diretamente envolvidos na situação. Neste tipo de observação, o investigador consegue apreender a situação como ela realmente ocorre (Moreira, 2004).

Na visita inicial, fomos conhecer o trabalho que é realizado pelas pessoas que iam realizar o *workshop*, e por outras com as mesmas características, assim a recolha de dados por observação não participativa ocorreu principalmente durante as visitas primárias que fizemos ao espaço Instituição Fundação Irene Rolo e durante a realização do *workshop*.

Como instrumentos de registo das observações foram elaboradas várias notas de trabalho, criou-se um arquivo de imagens e organizou-se um registo de memória, não foi assim construído nenhum documento específico de registo.

### **3.6.6- Técnicas de análise dos dados**

Recolhida a informação, passámos à fase de tratamento e análise dos dados. Em congruência com a tipologia dos dados – qualitativos- recorreremos a vários tipos de procedimentos, à análise de conteúdo das entrevistas, à análise das respostas dos questionários e à análise documental.

A análise documental realizada no presente estudo, nas suas várias fases de desenvolvimento, proporcionou um apoio bastante positivo e preciso. Por um lado, serviu como complemento da informação, obtida através de outros instrumentos, e, por outro lado, proporcionou o esclarecimento de dúvidas de aspetos relativos a determinados problemas que surgiram na investigação.

A pesquisa documental incidiu sobre a recolha de dados referentes às temáticas em estudo, foi assim analisada informação específica e geral, incluindo: legislação, despachos, teses de doutoramento, bibliografia diversa, entre outras referências bibliográficas.

De forma a validar a informação que utilizámos, criada a partir da análise documental, cruzámos sempre os dados provenientes dos documentos com os dados recolhidos através de outros instrumentos utilizados, no sentido de salvaguardar as diferenças e as analogias da informação proveniente das várias fontes.

## **Capítulo IV- Análise e interpretação de dados**

### **4.1- A inclusão de pessoas portadoras de deficiência no meio profissional, com conhecimentos na área da tecelagem.**

Pode a técnica da tecelagem contribuir para a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no meio profissional, na região do Algarve?”.

Para conseguirmos dar resposta à questão da presente investigação, realizámos uma vasta recolha de dados, a partir de entrevistas a entidades de diferentes áreas

relevantes para o estudo, a realização de um *workshop*, com o intuito de mostrar que existem pessoas com deficiência que possuem competências suficientes para ingressarem no mercado de trabalho, a aplicação em dois momentos diferentes de um inquérito por questionário, assim como, a recolha exaustiva de referências bibliográficas relevantes no estudo.

Com base nos dados recolhidos junto de cada uma das entidades envolvidas no estudo, referidas no capítulo IV, procedeu-se à clarificação de algumas dúvidas que surgiram, com base em entrevistas, que posteriormente analisámos. Como Fortin (1999) afirma a “análise dos dados permite produzir resultados que podem ser interpretados pelo investigador. Os dados são analisados em função do objeto de estudo”. (p.42)

Perante o exposto, com base nas entrevistas realizadas percebemos que a realização do presente projeto de investigação é enaltecida pelos envolvidos. Pois, de acordo com os entrevistados a união de áreas como o artesanato e a área das Necessidades Educativas Especiais é algo muito positivo para a sociedade, pois conhecer o trabalho realizado por pessoas com deficiência executam; “a criação de sinergias entre os agentes envolvidos” (entrevistado A); “a colaboração de entidades que possam promover o mesmo seria relevante para garantir apoios ao nível do design, como também de outras atividades que possam promover o projeto” (entrevistado B) é bastante importante na atualidade.

Segundo o entrevistado A, presentemente, a concretização deste projeto é uma mais-valia, mas, o momento da concretização do *workshop*, será sem dúvida uma ótima contribuição para a autoestima dos utentes envolvidos no processo.

Embora existam alguns projetos no mesmo âmbito do estudo, apurámos que estão a desenvolver um projeto na Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, no qual vendem peças de tecelagem com um selo desenvolvido pela união da das Misericórdias a nível nacional (Entrevistado A) e, o projeto Berlin Blindenanstalt desenvolvido na Alemanha por cegos, os quais fabricam escovas (Entrevistado B).

Apenas na área do artesanato, no caso da tecelagem, alguns autores tais como Castro (1999), referem que a atividade artesanal não deve ser considerada como algo estanque, deve sim, adaptar cada vez mais às novas tecnologias e técnicas, e criar medidas de condições para todos aqueles que pretendem afirmar-se nessas áreas. O facto de surgirem mais projetos de investigações no âmbito do presente estudo, proporciona um crescimento a vários níveis.

Relativamente aos possíveis profissionais, pessoas com deficiência que podem ingressar no mercado de trabalho, os entrevistados A, B e C são bastante otimistas, pois acham que profissionais com este tipo de perfil, conseguem ingressar no mercado de trabalho. Contudo o entrevistado A afirma que apenas “o domínio da técnica da tecelagem não é suficiente. Trabalhar numa empresa exige uma série de competências pessoais e sociais que os nossos utentes de Centro de Atividades Ocupacionais não têm. Todas as atividades necessitam de muita supervisão, os ritmos de trabalho são à medida de cada um...se estivermos a falar de pessoas com deficiências menos acentuadas, sem dúvida que a tecelagem pode ser uma área de integração profissional ou mesmo um negócio social...”

Porém, fizeram algumas ressalvas, nomeadamente atendendo ao grau da deficiência e às competências pessoais e relacionais que estas pessoas venham a evidenciar em contexto real de trabalho. Face a estas observações, os entrevistados consideraram ainda a possível necessidade de alguma supervisão e respeito pelos seus ritmos de trabalho. Assim, uma das tarefas ou metas básicas das pessoas com deficiências é adquirirem capacidades para exercerem uma atividade profissional.

Quanto à integração das pessoas com deficiência nas empresas, foi ainda destacada a necessidade de as empresas facultarem a possibilidade dessas pessoas demonstrarem as suas competências embora fosse referido que os apoios por parte do Estado para a integração das pessoas com deficiência são de pouca durabilidade. Este é ainda um dos problemas com que nos deparamos na sociedade, a integração profissional de pessoas com deficiência, pois deve existir um certo cuidado e antes de se selecionar o posto de trabalho mais adequado às capacidades e limitações do indivíduo. Neste sentido é importante ainda referir que “um emprego não é tudo na vida, mas na nossa sociedade é, parte importante do ser humano” Whelan e Speake, (1981) e Broomhead, (2003). Ainda de acordo com Louro (2001) as pessoas com deficiência fazem parte da sociedade e a elas deve-se fornecer estímulos e apoios, colocando-os em situações iguais aos restantes cidadãos. Contudo, para que esta “luta” possa ser vencida, a sociedade tem o “dever” de assegurar que as pessoas com deficiências ou incapacidades possam usufruir de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais na mesma medida que qualquer outro cidadão.

Sobre a questão do artesanato/tecelagem ser feito em conjunto por pessoas com deficiência e designers, a maioria concordou e, o entrevistado A, reforçou a afirmação

aludindo que tal situação “permite a sustentabilidade de tradições, de saberes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região, investir no futuro com os olhos postos no passado. Afirmção esta que, também está patente nalguns projetos de investigação que analisámos, como foi o caso da tese de doutoramento de Ferreira (2013) denominada “Contribuição para o Desenvolvimento de um Modelo de Intervenção do Design no Artesanato”, na qual o investigador afirma que “o design é uma produção material e simbólica, assim como o artesanato, logo, tanto o artesanato como o design são expressões culturais. Ambos dialogam entre si e contribuem para a construção cultural de uma sociedade.” (Ferreira, 2013, p.41)

Isto significa que, se por um lado, permite a representação de formas passadas, por outro lado, expressa a reformulação dessas mesmas formas, valores e identidades, através da produção de novas (Kellner, 1992). A nossa sociedade tende a investir num futuro cada vez mais globalizado, e o artesanato é uma das representações das culturas populares que tem lugar na atualidade. Deste modo, temos vindo a verificar que a nossa sociedade, une vários saberes e conhecimentos para que haja uma criação de produtos de qualidade e um maior desenvolvimento e apreciação dos mesmos.

As mudanças criam necessidades novas, mas também promovem o desenvolvimento de conhecimentos e meios que facilitem a inovação e a sustentabilidade como a união entre designer e artesão. Atualmente, esta união apresenta-se como uma alternativa com mais qualidade, viabilidade e está cada vez mais sustentável.

Verificamos assim que todos os entrevistados estão de acordo sobre as capacidades de trabalho de pessoas com este tipo de perfil, acreditando assim que, com apoios de diversas entidades, elas podem ser autónomas e proporcionar desenvolvimento económico na região. Assim e de acordo com Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), artigo 27º- Trabalho e emprego

1- Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência a trabalhar, em condições de igualdade com as demais; isto inclui o direito à oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite num mercado e ambiente de trabalho aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes salvaguardam e promovem o exercício do direito ao trabalho, incluindo para aqueles que adquirem uma deficiência durante o curso do emprego, adotando medidas apropriadas, incluindo através da legislação, para, inter alia: a) Proibir a discriminação com base na deficiência no que respeita a todas as matérias relativas a todas as formas de emprego, incluindo condições de recrutamento, contratação e emprego,

continuidade do emprego, progressão na carreira e condições de segurança e saúde no trabalho; b) Proteger os direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais, a condições de trabalho justas e favoráveis, incluindo igualdade de oportunidades e igualdade de remuneração pelo trabalho de igual valor, condições de trabalho seguras e saudáveis, incluindo a protecção contra o assédio e a reparação de injustiças. (p.11-13)

#### **4.2- A técnica da tecelagem realizada por indivíduos com deficiência no desenvolvimento da região do Algarve**

Relativamente à análise da situação que a técnica da tecelagem realizada por indivíduos com NEE, pode proporcionar no desenvolvimento da nossa região, tomámos por base, as referências consultadas e os dois inquéritos por questionário realizados aquando do *workshop*. Com a realização do *workshop*, conseguimos obter testemunhos de diferentes entidades influentes nas áreas do estudo, relativamente à situação de que a técnica da tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência no meio profissional, na região do Algarve. Para que fosse possível observarem pessoas com necessidades a trabalharem a técnica da tecelagem, os formadores do workshop foram alguns dos utentes da Instituição Irene Rolo.

A partir das respostas dadas nos questionários que decorreram em dois momentos diferentes, aferimos que geralmente existe uma ideia preconcebida sobre a capacidade de trabalho de pessoas com deficiência, ideia essa que por vezes mudou quando foi possível observar alguns exemplos.

Relativamente às questões do primeiro grupo “A técnica da tecelagem/ indivíduos portadores de deficiência” no primeiro momento a maioria dos inquiridos considera que a tecelagem é uma área de trabalho que poderá proporcionar a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho. Além da realização desta atividade proporcionar às pessoas com deficiência uma autoestima e autonomia pessoal e social. Oferece uma integração social efetiva como membro ativo da sociedade em que se insere. Atualmente as peças realizadas sob a técnica da tecelagem são produtos que continuam a ser apelativos e apreciados por turistas nacionais e internacionais que compram principalmente em Casas de Artesanato. Apenas uma pequena parte é da opinião contrária. No segundo momento, praticamente todos os inquiridos foram da opinião de que a técnica da tecelagem pode ser uma forma de proporcionar o desenvolvimento social e económico de indivíduos portadores de

deficiência. Contudo, depois de terem tido a oportunidade de presenciar o *workshop*, confirmaram que esses indivíduos também são capazes de executar as tarefas de que gostam, que têm competência, mesmo com algumas dificuldades devido às suas patologias.

Relativamente ao grupo de questões sobre as “Áreas e técnicas diferentes/Com Indivíduos portadores de deficiência”, verificou-se que em ambos os momentos do questionário, as respostas dos participantes foram iguais. Em ambos os momentos, a maior parte dos participantes é da opinião que a união das duas áreas, *design* e tecelagem, pode ser algo muito valioso para o desenvolvimento de um projeto sólido e sustentável para ambas as partes, assim como proporcionar o desenvolvimento socioeconómico de ambas na região do Algarve. Neste sentido segundo Cunha, Mendes, & César (2012), esta diferenciação poderá transformar peças de artesanato tradicional em peças de autor, mantendo sempre o cariz cultural e preservando a identidade tradicional. Como é averiguado nos últimos anos, começou a existir a necessidade da inovação e da mudança, fator este que vem, proporcionar o desenvolvimento e o conhecimento, o cruzar da tradição com a modernidade e o combinar de saberes tradicionais com os saberes novos, meios estes que surgem para facilitar e melhorar respostas para satisfazer o mercado principalmente o turístico.

No que concerne ao terceiro grupo, face à questão geral sobre a “Inclusão de indivíduos portadores de deficiência”, em ambos os momentos, a maioria dos inquiridos esteve de acordo que deve existir a inclusão de indivíduos com deficiência no mercado de trabalho. Verificámos também que alguns dos inquiridos, no primeiro momento, apresentaram algumas dúvidas, provavelmente por saberem que não existem ainda os meios e os apoios suficientes para que esta inclusão seja feita. Mas no segundo momento essas dúvidas desapareceram, pois, este processo de inclusão pode proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dessas pessoas, permitindo assim a terem uma vida plena.

Sabendo-se que existe a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência é uma garantia e promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos e em particular das pessoas com deficiência, a inclusão social é ainda um grande desafio da sociedade em geral, na esperança de um rumo que valorize uma sociedade mais solidária e justa, que garanta os direitos de todos os que dela fazem parte, e onde todos possam viver e conviver independentemente das características pessoais de cada um. Ainda como

forma de consolidar estas palavras, evidenciamos o que está no Caderno da ONU-igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência (1995) que:

25. O princípio de igualdade de direitos implica que as necessidades de todos e de cada um tenham igual importância, que essas necessidades sejam a base do planeamento das sociedades e que todos os recursos sejam utilizados de forma a garantir a cada indivíduo uma igual oportunidade de participação.

26. As pessoas com deficiência são membros da sociedade e têm o direito de permanecer nas suas comunidades de origem. Devem receber o apoio necessário no âmbito das estruturas regulares de ensino, de saúde, de emprego e dos serviços sociais.

27. As pessoas com deficiência quando atingem a igualdade de direitos, passam também a ter iguais obrigações. À medida que aqueles direitos sejam atingidos, as sociedades devem aumentar as suas expectativas face às pessoas com deficiência. No âmbito do processo de igualdade de oportunidades, convém tomar as medidas necessárias para ajudar as pessoas com deficiência a assumirem as suas responsabilidades como membros da sociedade. (p.16)

Comparativamente ao grupo quatro, “A técnica da tecelagem realizada por indivíduos portadores de deficiência”. Neste grupo voltou-se a verificar que existe um grande número de inquiridos que participaram no *workshop* a considerar que os formadores (indivíduos com deficiência) são capazes de realizar na perfeição e com sabedoria a técnica da tecelagem. Esta técnica não é tão fácil de trabalhar como parece, é necessário ter formação na área, destreza manual, intelectual e é necessário algum poder de concentração na elaboração de teias e montagem das mesmas nos teares, na elaboração das peças (Mantas, tapetes e panos individuais entre outros). Estes indivíduos mostraram que podem ser inseridos no mercado de trabalho e que são capazes de realizar esta atividade como outros cidadãos.

Apenas no final do segundo inquérito por questionário, criámos o grupo V, com duas questões, uma fechada e outra aberta, com o fim de conferirmos se as entidades presentes no *workshop* estariam abertas em receber pessoas com deficiência (Quadro n.º4).

Quadro n.º 4 – Opinião dos convidados para o *workshop* sobre a hipótese de inserção de indivíduos portadores de deficiência no meio profissional

Participantes <i>Workshop</i>	Respostas às questões		
	Sim	Não	Como
P 1	X		Curso de formação profissional já existe na FIR.
P2	X		Fazendo demonstrações nos teares do museu regional ou criando <i>workshops</i> para a comunidade e para as escolas
P3	X		Havendo boa vontade, encontram-se sempre formas de apoiar este tipo de pessoas, que merecem e devem ter oportunidades, como qualquer um de nós. Obviamente temos que ser realistas, e ter em linha de conta o tipo de limitações, mas haverá sempre uma área, um projeto, onde se poderão encaixar pessoas com deficiência.
P4	X		Criar parcerias para a venda de produtos e troca de ideias para futuros projetos.
P5		X	
P6		X	
P7	X		Através de linhas de funcionamento de fundos estruturais Europeus, às empresas que apoiam a inserção de pessoas com deficiência.
P8	X		Criação de sinergias entre entidades para valorização dos produtos.
P9	X		A resposta á última questão é positiva, mas deve ser entendida como entidade facilitadora e de sensibilização
P10	X		Já inclui em diversos serviços
P11	X		Neste momento existe pessoas com deficiência em serviços diversos na entidade que estou a representar

Fonte de dados: Inquérito por questionário patente no projeto.

Como se verifica no quadro nº4, a maioria dos participantes no *workshop* partilham da mesma opinião, todos eles acham que pessoas com deficiências, como as do presente caso, tem capacidades para integrem nas entidades que representam.

Aferimos ainda que a integração dessas pessoas pode ser feita segundo diferentes formatos, tais como a partir da realização de formação profissional, visto que esta poderá facilitar a aquisição de competências profissionais e relacionais, aptidões imprescindíveis para a integração. Outros afirmaram que pelo facto dos indivíduos com deficiência terem capacidades e competências válidas, apesar das limitações que apresentam, as tarefas atribuídas a essas pessoas devem ser de carácter simples e sempre adaptadas ao grau de limitação que apresentam.

Nesta linha de pensamento, e na opinião destes, deve existir um esforço maior e dedicação por parte das entidades empregadoras no sentido de desenvolverem ações com o fim de proporcionarem as essas pessoas a aquisição de capacidades para ingressarem mais facilmente no meio profissional.

Segundo Crespo (2013), não é a sua condição que os impede de terem direitos e respeitarem deveres, é sim a sociedade, que deve facilitar este processo e ser capaz de incluir estes cidadãos, com direitos e necessidades individuais e sociais iguais para todos. Ainda como forma de consolidar estas palavras, a norma sobre igualdade de oportunidades das nações unidas refere que as pessoas com deficiência quando atingem a igualdade de direitos, passam também a ter iguais obrigações. No âmbito do processo de igualdade de oportunidades, convém tomar as medidas necessárias para ajudar as pessoas com deficiência a assumirem as suas responsabilidades como membros da sociedade. (Caderno da ONU igualdade de oportunidades para pessoas com de ficência,1995).

Ainda tal como referem Whelan e Speake (1981) e Broomhead (2003), um emprego é algo bastante relevante para um ser humano conseguir pertencer mais facilmente a uma determinada sociedade. Martins (2001) apoia a opinião Whelan & Speake (1981) pois também refere que ter emprego contribui para a realização do ser humano assim como para o aumento da sua autoestima. Também Figueira (2012) sustenta esta ideia, desde que o posto de trabalho seja adequado às suas competências, pois estas pessoas têm capacidades para desenvolver determinadas atividades que devem ser valorizadas. Cruzando esta informação teórica com as entrevistas e os questionários, podemos concluir que as pessoas com deficiência se estiverem a trabalhar para uma entidade a sua autonomia e autoestima será bastante elevada.

Sublinha-se ainda a opinião sobre a possibilidade da realização de *workshops*, o que faria com que estas pessoas com deficiência pudessem realizar-se a nível

profissional. De acordo com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012), encontram-se estipulados apoios e incentivos ao emprego das pessoas com deficiência e incapacidade, não apenas dirigidos à orientação e formação profissional, mas também à adaptação dos postos de trabalho, à instalação por conta própria, à eliminação de barreiras arquitetónicas, ao acolhimento personalizado na empresa e à compensação por menor produtividade. Por último, há que referir que já existem entidades que empregam estas pessoas e que lhes dão o apoio suficiente que elas merecem a nível profissional.

### **Conclusão**

O presente estudo teve como objetivo aferir “O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve”. Tema que vem ao encontro daquilo que gostaria de explorar mais, visto que é uma área de meu interesse pessoal.

Neste contexto, considerou-se importante aprofundar algumas problemáticas na área da deficiência, a sua evolução ao longo dos tempos, assim como estabelecer a ligação entre a sociedade e a deficiência. Foi ainda necessário e pertinente investigar mais sobre o artesanato, principalmente a técnica da tecelagem, sabendo que esta técnica está a desaparecer, logo, os nossos saberes tradicionais da cultura popular estão a ficar cada vez mais dissolutos.

Tendo consciência desta situação e, associando à técnica as capacidades de alguns profissionais, com um perfil modelar, pessoas com deficiência que atuam num Centro de Atividades Ocupacionais, aferimos que a união destes dois elementos pode proporcionar uma mais-valia, tanto para a preservação da técnica da tecelagem, como para a inclusão no meio social e profissional, de pessoas com deficiência.

A partir da análise e aprofundamento dos temas do presente estudo, assim como da observação não participativa efetuada no evento *workshop*, é possível aferir que as atividades artesanais/ técnica da tecelagem, podem ser realizadas por pessoas com deficiência. Atividades estas que proporcionam um forte desenvolvimento pessoal e o aumento da autoestima dessas pessoas, futuros profissionais.

Com o presente estudo também verificámos que o artesanato, ou o trabalho manual, é uma matéria/ um conhecimento base na formação de pessoas com deficiência, pois proporciona o desenvolvimento de competências básicas e essenciais que garantem a

sua integração sem barreiras, na sociedade e no mercado de trabalho. No entanto, devemos reconhecer que a discriminação ainda se encontra presente na nossa sociedade, e isto atrasa um pouco processo de inclusão social das pessoas com deficiência e a falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras.

Apesar de serem promovidos programas e políticas educacionais para a inclusão educativa de alunos com deficiência, verificámos que ainda existem algumas fragilidades que proporcionam um baixo nível de empregabilidade. Não obstante, a inclusão no mercado de trabalho proporciona a participação de pessoas com deficiência no processo produtivo, logo, passam a ter uma fonte de rendimento, tornando-se autónomos financeiramente, contribuindo assim para uma sociedade mais equitativa.

As pessoas com deficiência devem poder exercer os seus direitos civis, políticos, sociais e culturais em condições de total igualdade em relação às pessoas não deficientes.

Como é afirmado pela Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, independentemente das suas capacidades deve-se respeitar, proporcionar autonomia individual, liberdade de escolha e igualdade de oportunidades a todas as pessoas com deficiência.

Apesar da existência de nos últimos anos, verificarmos algumas significativas melhorias, aferimos que ainda se vive numa sociedade que nem sempre exerce os seus deveres para com os seus cidadãos, em particular para com as pessoas com deficiência. Atualmente a integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, ainda é algo difícil como verificámos, algumas empresas aceitam esses indivíduos para estágio profissional, com remuneração, contudo, depois já não lhes fazem mais nenhum contrato.

Perante o exposto, é cada vez mais importante que as instituições espalhadas pelo nosso país continuem a dar apoio e a estender a mão a estas pessoas, pois trata-se de um grande exemplo de inclusão laboral.

Para alcançar os objetivos deste estudo e, conseguir demonstrar que a pergunta de partida é exequível, foi realizado um *workshop* de tecelagem por pessoas com deficiência que integram um centro de atividade ocupacionais. Durante este evento, *workshop*, foi possível mostrar que indivíduos com deficiência possuem conhecimentos e capacidades para desenvolver uma atividade profissional numa entidade. Foi ainda exequível sensibilizar um grupo de entidades presentes, que fazem parte do meio

socioeconómico do Algarve, para a importância da introdução da técnica da tecelagem, realizada por pessoas com deficiência como meio de desenvolvimento da região.

A partir dos dados obtidos no momento do *workshop*, foi possível aferir, por parte dos participantes, uma forte valorização tanto da técnica da tecelagem como ao nível das capacidades que algumas pessoas com deficiência possuem. No primeiro inquérito os inquiridos tinham pouco conhecimento em relação à técnica da tecelagem e, das capacidades que estes indivíduos possuem no desenvolvimento da atividade, logo, mostraram-se pouco reticentes em relação à possibilidade desta técnica proporcionar a inclusão de profissionais no mercado de trabalho, mesmo estando esta ligada a outra área, como por exemplo o design. Apesar de podermos aferir que a união de técnicas é uma boa possibilidade, que pode permitir a sustentabilidade de tradições e saberes, embora seja necessário um esforço pessoal da comunidade e naturalmente, das entidades públicas e das empresas e empregadores, a técnica da tecelagem realizada por pessoas com deficiência em conjunto com outras pode permitir a abertura de portas para o mercado de trabalho. Tal como temos vindo a defender, este pode ser reconhecido como um caminho importante também para promover a inclusão social destas pessoas.

Depois do *workshop* e de observarem a técnica da tecelagem e a capacidade de trabalho destes indivíduos, mais inquiridos passaram a responder positivamente. A partir desta atividade exposta, conseguimos assim mostrar que, é possível existir a integração profissional destes indivíduos no mercado de trabalho e na sociedade.

Aferimos assim, a partir destas respostas e deste estudo que a questão de partida do presente estudo “Qual o contributo da técnica da tecelagem na Inclusão de indivíduos com deficiência na vida profissional na região do Algarve?”, é praticável, visto que estas pessoas têm capacidades de realizar esta técnica e sendo a nossa região do Algarve, uma região onde é visitado por diversos turistas com culturas diferentes, a tecelagem é uma técnica bastante apreciada por estes. Logo, esta relação entre turismo-artesanato é de interesse mútuo e benéfica para todos, visto que é uma forma de desenvolvimento de ambos setores, o turismo e o artesanato, o que implica igualmente um desenvolvimento no emprego e crescimento das economias locais e regionais.

A partir deste estudo também aferimos que atualmente o artesanato está a ser perspetivado com um outro olhar. A expressão de tradições populares regionais, esta visão mais restrita, deu lugar a outra, à criação artística que nos tempos em que vivemos assume um papel importante, flexibilizando as fronteiras entre artesanato e arte.

Este estudo, teve uma natureza exploratória já que em Portugal o tema da integração das pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda é pouco abordado, e o artesanato, principalmente tecelagem, está a desaparecer, ao contrário de outros países.

Importa ainda sublinhar que as pessoas com deficiência poderão atuar de igual forma nas atividades como os outros cidadãos, sendo que, aqueles que se encontram profissionalmente integrados têm mais possibilidades de expandir as suas perspetivas de vida, inclusive os relacionamentos a nível social. Por outras palavras, estes programas não visam unicamente “profissionalizar”, mas também favorecer a inserção social pelo emprego.

Por fim, é relevante destacar as principais conclusões deste estudo. A técnica da tecelagem efetuada por indivíduos com deficiência pode efetivamente constituir um fator facilitador à inclusão e à socialização destes na comunidade / mercado de trabalho. Acresce que o recurso à técnica da tecelagem contribui favoravelmente para a sua valorização, no contexto do desenvolvimento económico e cultural na região do Algarve.

O estudo efetuado permitiu mostrar que indivíduos com deficiência possuem conhecimentos e capacidades para desenvolver uma atividade profissional numa entidade / empresa.

Apesar de Portugal ser um país muito pequeno e com muito trabalho ainda para ser feito neste campo, qualquer estudo será uma mais-valia para poder abordar as entidades, mostrando que a aceitação da diferença vai lentamente ganhando o seu espaço. Em suma, considera-se que, o presente estudo, poderá suscitar um maior interesse quer pela problemática da deficiência, quer pelo desenvolvimento de maior divulgação e disseminação da técnica da tecelagem.

## **Disseminação**

Com base no presente estudo, foram feitas as seguintes apresentações:

Conceição, Ana I. R; Guerreiro, M.C.( 2018). *Da ideia à criação do produto- o cubo AVD (atividades da vida diária)*. Seminário Design Inclusivo Escola Superior de Educação e Comunicação. Universidade do Algarve, Faro.

Conceição, A.; Guerreiro, M. C.; (2018) *The contribution of the weaving technique to the inclusion of people with SEN in the professional environment in the Algarve region*. In Livro de atas da V Conferência Internacional para a Inclusão (INCLUDIT V), Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. (aguarda publicação)

## Bibliografia

American Psychiatric Association (2012). Manual A tecelagem e o *design* têxtil: um diálogo entre o artesanal e o industrial- American Association of Intellectual and Developmental Disabilities *Frequently Asked Questions on Intellectual Disability*.

[https://scholar.google.pt/scholar?q=American+Psychiatric+Association+\(2012\).+Manual+A+tecelagem+e+o+design+t%C3%A4xtil&hl=pt-PT&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholart](https://scholar.google.pt/scholar?q=American+Psychiatric+Association+(2012).+Manual+A+tecelagem+e+o+design+t%C3%A4xtil&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart) (acedido em 22/06/2017)

American Psychiatric Association, *DSM-IV-TR: 2002, Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, Lisboa, Climepsi Editores

[https://scholar.google.pt/scholar?q=American+Psychiatric+Association,+DSM-IV-TR:+2002,+Manual+de+Diagn%C3%B3stico+e+Estat%C3%ADstica+das+Perturba%C3%A7%C3%B5es+Mentais&hl=pt-T&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholart](https://scholar.google.pt/scholar?q=American+Psychiatric+Association,+DSM-IV-TR:+2002,+Manual+de+Diagn%C3%B3stico+e+Estat%C3%ADstica+das+Perturba%C3%A7%C3%B5es+Mentais&hl=pt-T&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart) (acedido em 22/06/2017)

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (p. 991). Arlington: American Psychiatric Association. <http://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596.744053> (acedido em 22/06/2017)

Antunes, Lina (1999). “Das artes e ofícios tradicionais: contributos para um enquadramento normativo legal”, *Observatório das Actividades Culturais, OBS, n.º 6*, pp:17-22.

[http://www.oac.pt/pdfs/OBS\\_6\\_Das%20Artes%20e%20Of%C3%ADcios%20Tradicionais.pdf](http://www.oac.pt/pdfs/OBS_6_Das%20Artes%20e%20Of%C3%ADcios%20Tradicionais.pdf) (acedido 04/11/ 2017)

Arantes, António (2006). “Diversity, Heritage and Cultural Politics”. *Theory, Culture & Society* 24 (7-8), pp: 290-296.

- Ausubel, D., Novak, J. D., & Hanesian, H. (1980). *Psicologia Educacional*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana.
- Azevedo, Maria Lisete Bravo (2011). *A Inclusão de uma criança com síndrome do X Frágil- Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Escola superior de Educação Almeida Garret- Lisboa
- Bairrão, J. (1998). *Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação.
- Bautista, R. (1997). *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Bell, J. (2004). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bénard da Costa. (1996). A escola inclusiva: do conceito à prática. *Inovação*, 9 (1 e 2), 151-163
- Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Boni, V. e Quaresma, S. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais*. Em Tese - Revista Eletrónica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2 (nº1 (3)), pp. 68-80.
- Branco, João - *Artesanato e Design: Parcerias com futuro? Mãos*. Porto. ISSN 0873-5964. Nº duplo 27/28 (2005), pp. 8-13  
<https://origemdapalavra.com.br/palavras/artesanato/> (acedido a 12/05/2018)
- Broomhead, C. (2003). Transição planeada da educação para o emprego para jovens com dificuldades de aprendizagem profundas. *In* Cilstone, L. Florian, R. Rose. *Promover a Educação Inclusiva* (pp.308-310). Lisboa: Instituto Piaget - Horizontes Pedagógicos.
- Broomhead, C. (2003). Transição planeada da educação para o emprego para jovens com dificuldades de aprendizagem profundas. *In* C. Tilstone; L. Florian & R. Rose. *Promover a Educação Inclusiva*, pp 307-324. Tradução: Paula Taipas. Lisboa: Instituto Piaget – Horizontes Pedagógicos.
- Bueno, J. G. S. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993
- Calhoa, Vânia Catarina Alegre (2017). *A inclusão Social de Jovens com Deficiência e Incapacidade: Centro de Reabilitação Profissional como Mediador?* Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais Instituto Politécnico de Leiria  
<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjPuYHG34rmAhWRIhQKHRw8DygQFjABegQIBB>

[AC&url=https%3A%2F%2Fonline.ipleiria.pt%2Fbitstream%2F10400.8%2F3003%2F1%2FDISSERTA%25C3%2587%25C3%2583O%2520DOCUMENTO%2520FINAL.pdf&usg=AOvVaw1yxKLkP3J28YjsvsE\\_VuJ](https://www.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/3003/1/2FDISSERTA%25C3%2587%25C3%2583O%2520DOCUMENTO%2520FINAL.pdf&usg=AOvVaw1yxKLkP3J28YjsvsE_VuJ)  
(acedido em 20/03/ 2019)

Carmo, H., & Manuela M. Ferreira. (1998). Metodologia da Investigação: Guia para Auto- Aprendizagem. Lisboa.

Carmo, H.; Ferreira, M.M. (1998). Metodologia da Investigação. Guia para Autoaprendizagem. Universidade Aberta. Lisboa.

Castro, M. N. (1999) Artesanato – Medidas de Apoio numa Perspectiva de Desenvolvimento da Atividade (Reflexões para a Definição de uma Estratégia). Lisboa: Instituto de Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Chaplin, Charles (1997). Vida e Pensamentos. Editora Martin Claret, p. 118.

Colledge, N. (2006). *A Guide to Cerebral Palsy*. 3rd edition. Ontario: Ontario Federation of Cerebral Palsy.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Publicação de Fevereiro 2011 <http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> (acedido em 10 11/ 2016).

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Adotada a 13 de dezembro de 2006 (resolução A/RES/61/106) e aberta à assinatura em Nova Iorque a 30 de março de 2007. Ministério público Portugal Procuradoria- Geral da República- Gabinete de Documentação e Direito Comparado. [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas\\_deficiencia\\_convencao\\_sobre\\_direitos\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf) (acedido em 22/11/ 2016)

Correia, D. (2013). *A percepção dos docentes de educação regular e da educação especial sobre a sua prática colaborativa inclusiva, na educação pré-escolar e no ensino básico*. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa. <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/4084/1/DanielaCorreia.pdf> (acedido em 5/04/2019)

Correia, Luís de Miranda (1998). Coleção Educação Especial- Necessidades Educativas Especiais na sala de aula. Porto Editora.

Correia, M. (1997). *Alunos com necessidades Educativas Especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.

- Cortesão, L., & Torres, M. A. (1984). *Avaliação pedagógica I - Insucesso Escolar* (3ª ed.). Porto: Porto Editora.
- Crespo, A. (2013). *Deficiência Mental Moderada e Empowerment: Um estudo de caso na CERCI Guarda*. Dissertação de Mestrado não editada. Universidade da Beira Interior: Covilhã.
- Cunha, R. D., Mendes, M. L., & César, S. F. (2012). Sustentabilidade a partir de elementos de cultura no design têxtil e de moda -o caso do projeto "Varanasi waevers and buttons project" -India. Cimode 2012 -1º Congresso Internacional de Moda e Design (pp.2412-2421). Guimarães: Escola Engenharia da Universidade do Minho
- Cury, A. J. (2003). *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem \* Adoptada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Publicada no Diário da República, I Série A, n.º 57/78, de 9 de Março de 1978, mediante aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros. <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html> (acedido em 10/11/ 2016)
- DSM-5. (2014). Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais. Editor: Climepsi Editores
- Denzin, Norman K. (1970). *The Research Act*. New York: McGraw-Hill.
- Dias, Luísa Paula Fernandes (2011). *Inclusão social de cidadãos portadores de deficiência (s) residentes no concelho de Miranda do Douro*. Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para a obtenção do Grau de Mestre em Educação Social. - Bragança Portugal
- Existir- Associação para a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas.  
<http://existir.org.pt/portal/index.php/respostas-sociais/ocupacional/>  
(acedido a 22/2/2019)
- Direitos humanos como questão para a educação inclusiva  
<http://infoativodefnet.blogspot.pt/2010/05/imagem-publicada-uma-foto-de-tres.html>
- Dodd, K. J., Taylor, N. F., & Damiano, D. L. (2002). A systematic review of the effectiveness of strength-training programs for people with cerebral palsy. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 83(8), 1157–1164.

- Dormer, P. (1995). *Os Significados do Design Moderno -A Caminho do Século XXI*. Porto: entro Português de Design.
- Droste, Magdalena. *Bauhaus: 1919-1933*. Tradução de Magdalena Droste. London: Taschen, 2001
- Duarte, Acácio (2008). *A qualificação e o emprego das pessoas com deficiência*. Formar – Revista dos Formadores, nº65 pp.25-29
- Esteves, Gayou Reis, Denise (2008). *As Artes e Ofícios Tradicionais na Contemporaneidade – Práticas (in) Populares?* VI congresso português de sociologia.  
<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6870/1/Lui%CC%81sa%20Dias.pdf> (acedido 17/1/2019)
- Febra, M. (2009). *Impactos da Deficiência Mental na Família*. Dissertação de Mestrado não editada. Faculdade de Medicina de Coimbra: Coimbra.
- Fernandes, Ana Margarida (2009). Artigo- Raízes Portuguesas no Design Têxtil/Moda
- Ferreira, Â. S., Neves, M., & Rodrigues, C. (2012a). *Perspectivas do Papel do Design no Artesanato*. XXII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica-Sociedade, Territórios e Organizações: Inclusão e Competitividade. Vila Real
- Ferreira, Â. S., Neves, M., & Rodrigues, C. (2012b). *Design e Artesanato: um projeto sustentável*. Redige, V.3, n.1, 32-54
- Ferreira, Ângela Augusta de Sá (2013) *Contribuição para o Desenvolvimento de um Modelo de Intervenção do Design no Artesanato*. Tese de Doutoramento em Engenharia Têxtil Área de Gestão e Design. Universidade do Minho Escola de Engenharia
- Figueira, D. (2012). *Acesso ao Mercado de Trabalho: o caso das pessoas com Deficiência Mental*. Dissertação de Mestrado não editada. Universidade da Beira Interior: Covilhã.
- Flick, Uwe (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa: Monitor, pp. 1-13
- Fonseca, V. (1984). *Uma introdução às dificuldades de aprendizagem*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fontana, A. & Frey, J. H. (1994). *Interviewing: the art of science*. In N. Denzin Y. Lincoln, *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Newsbury Park: Sage.

- Fortin, M. (1999). *O Processo de Investigação: da concepção à realização*. Tradução Nídia Salgueiro. Loures: Lusociência.
- Freixo, Manuel João Vaz (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. 2ª Edição. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Piaget Editora.
- Fundação Irene Rolo  
<http://www.fir.pt/> (acedido em 10/11/2016)
- Gall, M. D., Borg, W. R. & Gall, J. P. (1996). *Educational research: An introduction*. New York: Longman Publishers USA.
- Gil, António Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1992). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Graham, K., Thomason, P., & Novacheck, T. (2014). Cerebral Palsy. In *Weinstein S., Flynn J. Lovell & Winter's Pediatric Orthopaedics* (7th Ed.). Lippincott Williams & Wilkins.
- Instituto nacional para a reabilitação, Ministério do trabalho e solidariedades social.  
<http://jornalpartilha.blogspot.pt/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html>  
(acedido em 12/01/2017).
- Instituto Nacional para reabilitação <http://www.inr.pt/content/1/73/sistema-quotas-emprego> (acedido em 23/1/2019)
- J, Luís, (2007). *A história das IPSS*, *Dissertação de Mestrado, ISCTE*. 17/10/2007 - *A História das IPSS's em Portugal (Instituições Particulares de Solidariedade.... A Partilha à(s), para. 44)*  
<http://jornalpartilha.blogspot.com/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html>  
(acedido 26/01/2017)
- Jannuzzi, G. S. M. (1992). Oficina abrigada e a integração do deficiente. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 1 (1), 143-145.
- Jiménez, R. (1997). Escola para todos: a integração escolar. In R. Bautista (Org.) *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.
- Johnston, M., & Hagberg, H. (2007). Sex and the pathogenesis of cerebral palsy. *Developmental Medicine and Child Neurology*, 49(1), 74–8.

- Jovens e Artesanato Têxtil: que Futuro em Comum? *Artigo apresentado na conferência: “Engenharias’09: Inovação & desenvolvimento”, 25 a 27 Novembro 2009, Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Proceedings publicados em CR-ROM.*
- Kellner, D. (1992). “Critical Theory, Marxism and Modernity”. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Karp, Ivan; Lavine, Steven (1991). “Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display” Washington: Smithsonian Institution Press.
- Lessard-Hébert, M. *et al* (1990). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, B. (2001). Formação e Inserção Profissional de Pessoas com Deficiência. In *Atas - Reabilitação e Inserção Social: Novas Áreas de Estudo, Novas Respostas Profissionais*. (pp. 73-79) Lisboa: ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada).
- Lüdke, M.; André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Louro, C. (2001). *Acção Social na deficiência*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Maciel, M. (2000). Portadores de deficiência: a questão da inclusão social, in *São Paulo em Perspetiva*, 14 (2), pp. 51-56.
- MacLennan, A. H., Thompson, S. C., & Gecz, J. (2015). Cerebral palsy: causes, pathways, and the role of genetic variants. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*.
- Madureira, I. & Leite, T. (2003). *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Madureira, Isabel & Leite, T.S. (2003). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta
- Manual de processos –chave, cento de actividades ocupacionais  
[http://www.seg-social.pt/documents/10152/13475/gqrs\\_cao\\_processos-chave/4b052a99-b321-494f-9735-16332f7d1a41](http://www.seg-social.pt/documents/10152/13475/gqrs_cao_processos-chave/4b052a99-b321-494f-9735-16332f7d1a41) (acedido em 22/04/2017)
- Maria Isabel S. C. Silveira *Universidade Anhembi Morumbi – Brasil*  
[bell\\_silveira@hotmail.com](mailto:bell_silveira@hotmail.com)

- Maria- Santos, (2014). *A importância da atividade artesanal no desenvolvimento de alunos com perturbações intelectuais*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus – Lisboa Portugal.
- Martins, A. (1999). *Importância dos aspectos sócio – relacionais em jovens com deficiência mental, em fase de transição para a vida activa*. Lisboa
- Martins, H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai/ago 2004.
- Martins, M. A. (2001) *Deficiência Mental e Desempenho Profissional*. Tese de Mestrado. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência
- Massonnat, Jean (1989). Observar, in A Blanchet, R. Ghiglione, J. Massonnat & A Trognon, *Técnicas de Investigación en Ciencias Sociales*, pp.27-86. Madrid: Narcea.
- Medeiros, Carlos Laranjo, LOPES, Filomena, TOSTÕES, Ana, *Tecelagem Tradicional – Motivos e Padrões*, Livros e Leituras, s.d., p.16.
- Menegucci, F., Silva, J. C., & Paschoarelli, L. C. (2011). A Bauhaus entre 1919 e 1933: uma revisão sobre os métodos, os mestres as fases e oficinas. In J. C. Silva, & L. C. Paschoarelli, *Bauhaus e a Institucionalização do Design: Reflexões e Contribuições* (pp. 25 -45). São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (2012). *O Emprego das pessoas com deficiências ou incapacidade: uma abordagem pela igualdade de oportunidades*. Lisboa: Centro de Informação e Documentação GEP-CID.
- Moreira, D. A. (2004). Pesquisa em Administração: Origens, usos e variantes do método fenomenológico. *Revista de Administração e Inovação*, v. 1, n.º 1. *Mundos sociais: Saberes e práticas*. Universidade nova de lisboa – FCSH. In
- Neves, P. (2001). *Inserção Profissional e Social: Colaboração com o Meio Empresarial*. In Sequeira, A. et al. In *Actas - Reabilitação e Inserção Social: Novas Áreas de Estudo, Novas Respostas Profissionais* (pp. 81-90). ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada): Lisboa.
- Neves, S. (2001). *Formação Profissional: Inclusão ou Exclusão?* In *Actas - Reabilitação e Inserção Social: Novas Áreas de Estudo, Novas Respostas Profissionais*. (pp. 95-104). ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada): Lisboa.
- Nielsen, L. B. (1999). *Necessidades Educativas Especiais na Sala de Aula. Um Guia para Professores*. Porto: Porto Editora.

- Nogueira, F. e Andrade, L. (2007). *Inclusão social de pessoas com deficiência no Mercado de trabalho por meio da educação*, Portal dos Psicólogos. Brasil: Universidade Católica de Minas Gerais.
- Organização das Nações Unidas (ONU), (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. [http://www.fd.uc.pt/hrc/eciclopedia/onu/textos\\_onu/dudh.pdf](http://www.fd.uc.pt/hrc/eciclopedia/onu/textos_onu/dudh.pdf), (acedido em 21/3/2019).
- Organização Mundial da Saúde (2011). *Relatório Mundial Sobre A Deficiência*. São Paulo: OMS. Serviços linguísticos. <http://existir.org.pt/portal/index.php/respostas-sociais/ocupacional/> (acedido em 22/2/2019)
- Osler, W. (1987). *The cerebral palsy of children: A clinical study for the infirmary for nervous diseases*. Philadelphia, PA: Blakiston.
- Pacheco, J. A. (1995). *O pensamento e a acção do professor*. Porto: Porto Editora.
- Pardal, Luis & Lopes, Eugenia. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. London: Sage Publications.
- Pérez Serrano, G. (2001). *Modelos de Investigación Cualitativa y Animación Sociocultural – Aplicaciones Prácticas*. Madrid: Narcea.
- Peretz, H. (2000). *Métodos em Sociologia. Para Começar*. Lisboa: Temas e Debates.
- Perpectivas do papel do Design no artesanato (2012). Artigo apresentado na conferência: "XXII Jornadas Luso - Espanholas de Gestão Científica – Sociedade, Territórios e Organizações: Inclusões e Competitividade", 1-3 Fevereiro 2012, Vila Real, Portugal. Proceedings publicados em CD-ROM, ISBN 978-989-704-063-4
- Pereira, Catarina Isabel, (2015). *A relevância do desenvolvimento humano versus desenvolvimento comunitário: uma nova perspectiva do apoio ao envelhecimento ativo, no centro de dia*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria. (acedido a 20/01/ 2017)
- Pereira, Teresa Maria de Carvalho (2009) - *Design e Marketing / Opção Têxtil*- Instituto Monsenhor airosa- Museu Vivo, (In Manual de Design e Cálculo dos Tecidos, Ministério da Indústria e Energia, Direcção Geral da Indústria (D.G.I.), 1989, pp. 4-5.

- Pereira, Teresa Maria de Carvalho (2009) - *Design e Marketing / Opção Têxtil*- Instituto Monsenhor Airosa – Museu Vivo. Tese de Mestrado, Escola de Engenharia- Universidade do Minho.
- Perret - Clemont, Anne - Nelly; Pontecorvo, Clotilde; Resnick, Lauren B.; Zittoun, Tania; Burge, Barbara (2005). *Integração Social – Aprendizagem e Interação na Adolescência e Juventude*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Pezzolo, D.B. Tecidos: História, tramas, tipos e usos. São Paulo: SENAC, 2007.
- Pina, Daniel (2006). Artesanato e Designe Juntos no Projeto Tasa- (Algarve informativo)  
[https://issuu.com/danielpina1975/docs/algarve\\_informativo\\_51](https://issuu.com/danielpina1975/docs/algarve_informativo_51) (acedido a 12/04/2019)
- Pinto, Luísa (2017 janeiro). Pode um tear artesanal tecer um tapete de cortiça? Sim pode. Jornal Público, para4.  
<https://www.publico.pt/2017/01/24/economia/noticia/pode-um-tear-artesanal-tecer-um-tapete-de-cortiça-sim-pode-1759440> (acedido 24/05/18)
- Pires, Ana. (2000). Especial Alfabeto. Revista Mãos, nº duplo 10/11
- Projeto TASA  
<http://projectotasa.com/content/uploads/2015/09/TASA-Livro.pdf> (consultado em 22/02/2019)
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Edição Gradiva.
- Ramalho & Oliveira S. (2005) Imagem também se lê. São Paulo: Rosari.
- Reis, F. L. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Régio. Crafts-Innovation Parte I-Characterização do setor do artesanato em Portugal Susdesign -2014.
- Roldão, M. C. (1999). *Gestão curricular: fundamentos e práticas*. Lisboa: Ministério da Educação/DEB.
- Roldão, M. C. (1999). *Os professores e a gestão do currículo – Perspetivas e práticas em análise*. Porto: Porto Editora.
- Sanches, I. (1996). *Necessidades educativas especiais e apoios e complementos educativos no quotidiano do professor*. Porto: Porto Editora.

Santa Casa da Misericórdia – Caso de Albufeira.

<https://www.misericordiaalbufeira.com/unidade-de-reabilitacao-profissional/>  
(consultado a 22/2/2019)

Santos, M. O (1998). Artesanato no Concelho da Moita. 2ª Ed. Moita: Câmara Municipal da Moita – Divisão de Acção Cultural.

Santos, Maria da Conceição Chará, (2014). *A importância da atividade artesanal no desenvolvimento de alunos com perturbações intelectuais*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação João de Deus – Lisboa Portugal.  
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6191/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C2%AAConcei%C3%A7%C3%A3oSantos.pdf>- (acedido a 2 Novembro de 2016).

SNR (1995), Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (tradução e adaptação portuguesa do documento na ONU), SNR, cadernos n.º 3, Lisboa.

Sugo-cork-rugs-a-marca-que-transforma-cortica-em-tapetes

<https://www.publico.pt/2017/01/24/economia/noticia/pode-um-tear-artesanal-tecer-um-tapete-de-cortica-sim-pode-1759440> (acedido em 12/05/2018)

Sasaki, Romeu Kazumi.(1997). *Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos*. Rio de Janeiro: WVA.

Shimazaki, E. M. & Pacheco, E. R. (2001). Educação matemática: Um estudo com crianças com síndrome de Down. *O Professor*. Nº 75, III Série, Novembro – Dezembro, p.63-73.

Silva, M., & Coelho, F. (2014). Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. *Revista Lusófona de Educação*, 28,163-180.

Seminário Regional do Algarve- (2017, 3 de Agosto) *Jornal Barlavento*  
<https://barlavento.pt/destaque/loule-design-lab-vai-transformar-instalacoes-do-antigo-inuaf-em-laboratorio-criativo> (acedido em 19/02/2019)

Seminário IPA + Autismo Formação para a Inclusão, (2018 12 de Setembro)- Realizado pela “ Equipa FPDA - Federação Portuguesa de Autismo

Serrano, C. (2001). *Investigación Cualitativa. Retos e Interrogantes. I. Métodos* -3ª ed.Madrid: La Muralla.

Snr (1995), *Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (tradução e adaptação portuguesa do documento na ONU), SNR, cadernos n.º 3, Lisboa.

- Sola, T.; López U.& Pilar Cáceres R.M (20'6) *Perspectivas didáticas organizativas de la Educación Especial*. Grupo Editorial Universitario. Granada.
- Soriano, V. (Editor) (2002). *Transição da Escola para o Emprego. Principais problemas, questões e opções enfrentadas pelos alunos com necessidades educativas especiais em 16 países Europeus*. Middelfart, Denmark: European Agency for Development in Special Needs Education.
- Stake, R. Case Studies. In Denzin, N.; Lincoln, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 2005, p. 108-132.
- Taylor, S. & Bongdan, R. (1998). *Introduction to Qualitative Research Methods. A guidebook and Resource*. New York: John Wiley e Sons.
- Tecnologia da Tecelagem, sebenta de Eng. Delfim Dias doada Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, em Famalicão, s.d., pág. 303.  
<http://toksecores.blogspot.pt/2016/08/tecelagem-um-pouco-de-historia.html>  
(extraído a 10 de outubro de 2018)
- Teixeira, Ana Violinda Chicaro (2012). *Estudo de caso sobre um aluno com instabilidade emocional/ Défice de Aprendizagem e as implicações do suo das atividades de grupo com a restante turma*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garrett – Lisboa Portugal.  
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2713/Tese%20Cognitivo%20-Motor%20-%20Ana%20Violinda.pdf?sequence=3>  
(acedido em 04/10/2016)
- Torre, Lieske, and Menno Fenger (2014), “Policy innovations for including disabled people in the labor market: A study of innovative practices of Dutch sheltered work companies”, *International Social Security Review*. Base de dados: B-on
- Tuckman, B.W. (1994). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tuckman, B. W. (1999). *Metodologia para conceber e realizar o processo de investigação científica*. Tradução de António Rodrigues Lopes, 2012. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- Unesco (1994) Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais, “*Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais Acesso e Qualidade*”. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.  
[http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao\\_Salamanca.pdf](http://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf) (acedido em 10/11/2016)

- Unesco, ( 2003) Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Paris: Comissão Nacional da Unesco. <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> (acedido em 02/01/2019)
- Vaz, Paulo - Da Indústria Têxtil à Indústria da Moda- Seminário “A Indústria Têxtil: Da Concepção ao Público” Barcelos, 9 de Julho de 2008
- Vermersch, Pierre (1984). L’observation systématique dans l’étude du fonctionnement cognitif, *Psychologie Française*, 29, 3-4, pp.297-302.
- Wilkinson, P., & McGill, P. (2009). Representation of people with intellectual disabilities in a British newspaper in 1983 and 2001. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 22(1), 65-76.
- Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. (T. Oaks, Ed.) (2o Ed.). California: Sage Publications.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman.

## Legislação

- Decreto-Lei n.º 519-A2/79, 29 de dezembro de 1979. Diário da República n.º 299/1979, 8º Suplemento, Série I. Ministério do Trabalho. Lisboa <https://dre.pt/home/-/dre/157042/details/maximized> (acedido em 12/11/2016)
- Decreto-Lei n.º 247/89, 5 de agosto de 1989. Diário da República n.º 179/1989, Série I. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/618878/details/normal?q=Decreto-Lei+n%25C2%25BA%2520247%252F89> (acedido em 12/11/ 2016)
- Decreto-Lei 3/2008, 7 de janeiro Diário da República n.º 4/2008, Série I. Ministério da Educação. (acedido em 12/11/ 2016)
- Decreto-Lei n.º 54/2018, 6 de julho Diário da República n.º 129/2018, Série I. Presidência do Conselho de Ministros, Educação. (acedido em 12/11/ 2016)
- Decreto-lei 40/83, de 25 de Janeiro. Diário da República n.º 20/1983, Série I. Ministério do Trabalho. Lisboa <https://dre.tretas.org/dre/16569/decreto-lei-40-83-de-25-de-janeiro> (Acedidos em 10/11/ 2016)

Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de Fevereiro. Diário da República n.º 29/2001, Série I-A. Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública .Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/315563/details/maximized> (acedido em 10/11/ 2016)

Decreto-Lei n.º 110/2002 de 16 de Abril. Diário da República n.º 89/2002, Série I-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/304327/details/maximized> (acedido em 12/10/2016)

Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de fevereiro. Diário da República n.º 34/2001, Série I-A. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/319952/details/maximized> (acedido em 12/10/ 2016)

Decreto-Lei n.º 290/2009 de 12 de outubro. Diário da república n.º 197/2009, Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/491685/details/maximized> (acedido em 10/11/ 2016)

Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro de 2009. Diário da República n.º 197/2009, Série I. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/491685/details/maximized> (acedido em 12/10/ 2017)

Diário da República n.º 187/1997, Série I-B de 1997-08-14 <https://dre.pt/home/-/dre/115652961/details/maximized> (acedido em 10/10/ 2018)

Lei n.º 116/2019, 13 de setembro Diário da República n.º 176/2019, Série I. Assembleia da República. (acedido em 10/10/ 2018)

Lei n.º 2120, 19 de julho 1963 Diário do Governo n.º 169/1963, Série I. Presidência da República. (acedido em 10/10/ 2018)

Lei nº38/2004, 18 de agosto de 2004. Diário da República n.º 194/2004, Série I-A. Assembleia da república. Lisboa <https://dre.pt/pesquisa/-/search/480708/details/maximized> (acedido em 10/10/ 2016)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/97 de 14 de agosto de 1997. Diário da República n.º 187/1997, Série I-B. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/209057/details/maximized?dreId=107033> (acedido em 12/12/2016)

## Sites consultados

<http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/0015400164.pdf> (acedido em 09/01/2017).

[https://www.google.com/search?source=hp&ei=1BEpW-X4KKqNgAb76o-4CQ&q=A+tecelagem+e+desenvolvimento+econ%C3%B3mico+e+social+&oq=A+tecelagem+e+desenvolvimento+econ%C3%B3mico+e+social+&gs\\_l=psy-ab.3...4764.4764.0.6021.3.2.0.0.0.153.153.0j1.2.0....0...1.2.64.psy-ab..1.0.0.0...114.G1Yretu-K2U](https://www.google.com/search?source=hp&ei=1BEpW-X4KKqNgAb76o-4CQ&q=A+tecelagem+e+desenvolvimento+econ%C3%B3mico+e+social+&oq=A+tecelagem+e+desenvolvimento+econ%C3%B3mico+e+social+&gs_l=psy-ab.3...4764.4764.0.6021.3.2.0.0.0.153.153.0j1.2.0....0...1.2.64.psy-ab..1.0.0.0...114.G1Yretu-K2U) (acedido em 19/06/2018)

[http://www.atp.pt/fotos/editor2/Da%20Industria%20Textil%20a%20Industria%20da%20Moda\\_PV\\_apresentacao.pdf](http://www.atp.pt/fotos/editor2/Da%20Industria%20Textil%20a%20Industria%20da%20Moda_PV_apresentacao.pdf) (acedido em 19/06/2018)

<http://www1.seg-social.pt/left.asp?01.03.01> (acedido em 19/06/2017)

<https://docplayer.com.br/11416224-No-vai-e-vem-do-tear-manual-carro-do-rio-claro-por-designers-e-artesaos.html> (acedido em 3/1/2019)

<https://aldeiasdoxisto.pt/sites/default/files/files/5020/Curso%20de%20Tecelagem.pdf> (acedido em 5/1/2019)

<http://tipografos.net/bauhaus/missao-bauhaus.html> (acedido em 12/1/2019)

[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434398001\\_ARQUIVO\\_MulhereseaOficinadeTecelagemdaBauhaus2.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434398001_ARQUIVO_MulhereseaOficinadeTecelagemdaBauhaus2.pdf) (acedido em 12/1/2019)

<http://www.inr.pt/uploads/docs/editores/cadernos/cadernos3.pdf> (acedido em 22/2/2019)

<https://citacoes.in/citacoes/108466-charlie-chaplin-a-persistencia-e-o-caminho-do-exito/> (acedido em 09/01/2017).

<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Portugal/SistemaPolitico/dudh/Pages/DeclaracaoUniversalDoseDireitosHumanos.aspx> (acedido em 22/2/2019)

<https://www.cedr-alg.pt/site/info/documentario-tasa-tecnicas-ancestrais-solucoes-atuais> (acedido em 15/2/2019)

<https://barlavento.pt/destaque/projeto-tasa-coloca-a-tradicao-ainda-mais-na-moda-em-2018> (acedido em 15/2/2019)

<https://barlavento.pt/destaque/loule-design-lab-vai-transformar-instalacoes-do-antigo-inuaf-em-laboratorio-criativo> (acedido em 19/02/2019)

<http://projectotasa.com/content/uploads/2015/09/TASA-Livro.pdf> (acedido em 22/02/2019)

<https://www.ccdr-alg.pt/site/info/documentario-tasa-tecnicas-ancestrais-solucoes-atuais>  
(acedido em 15/2/2019)

<https://barlavento.pt/destaque/projeto-tasa-coloca-a-tradicao-ainda-mais-na-moda-em-2018> (acedido em 15/2/2019)

<https://algarveinformativo.blogspot.com/2016/04/artesanato-e-design-juntos-no-projeto.html> (acedido em 22/2/2019)

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25913/1/2012\\_Artigo\\_Vila\\_Real.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25913/1/2012_Artigo_Vila_Real.pdf) (acedido em 22/2/2019)

[http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815670/aula-estudo%20de%20caso\\_Yin.pdf](http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815670/aula-estudo%20de%20caso_Yin.pdf) (acedido em 21/4/2019)

<http://expressoemprego.pt/carreiras/emprego-para-portadores-de-deficiencia/5191>  
(acedido em 30/1/2019)

<https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>  
Constituição da República Portuguesa (acedido em 20/01/2019)

<https://www.iefp.pt/qualificacao-de-pessoas-com-deficiencia-e-incapacidade> (acedido em 19/01/2019)

<https://www.iefp.pt/reabilitacao-profissional> (acedido em 02/02/2019)

<http://expressoemprego.pt/noticias/governo-prepara-novos-incentivos-a-contratacao-de-portadores-de-deficiencia/4427>  
(acedido em 04/02/2019)

<http://www.cm-moita.pt/NR/rdonlyres/D52C78DF-87C4-4928-A193-6876BA7243C4/5280/artesanato.pdf> (acedido em /1/2019)

<https://educalingo.com/pt/dic-pt/tecelagem> (acedido em 20/2/17)

<http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> (acedido 23/ 07/17)

## Apêndices

**Apêndice A:** Quadro – Entidades Convidadas a participar no *workshop*

**Apêndice B:** Guião da entrevista

**Apêndice C:** Guião do questionário

**Apêndice D:** Entrevista ao diretor do centro de atividades ocupacionais (CAO)

**Apêndice E:** Entrevista a Henrique Ralheta (Loulé Design Lab)

**Apêndice F:** Entrevista artesãs – Romilisa- Arte em feltro

**Apêndice H:** Questionário I

**Apêndice I:** Questionário I I

**Apêndice J:** Programa *workshop*

## Anexos

**Anexo 1:** Certificado de apresentação de um *poster*, na 5ª Conferência Internacional para a inclusão (INCLUIT V). Instituto Politécnico de Leiria

**Anexo 2:** *Poster*, apresentado na 5ª Conferência Internacional para a inclusão (INCLUIT V). Instituto Politécnico de Leiria

**Anexo 3:** Certificado de apresentação na palestra “Da ideia à criação do produto”.  
Universidade do Algarve

## Apêndice A

### O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve

Mestranda Ana Isabel Rodrigues da Conceição

Orientadora Maria Caeiro M. Guerreiro

Quadro n.º1 – Entidades convidadas a participar na atividade

Entidade

Confirmado

Enviado

Fundação Helena Rolo e CAO (Macário Correia e)

Universidade do Algarve (Leonor Borges)

Câmara Municipal de Tavira

Direção Regional da Cultura do Algarve  
(DRCAlgarve) (Alexandra Gonçalves)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional do Algarve (CCDR)

Segurança Social

Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)

LabDesign (Henrique Ralheta)

Empresa Like Coork (Sandra Louro)

Empresário e designer Ricardo Durão

Associação do Artesanato de Tavira

(DUAL)

Artesãs

Projeto de investigação realizado no âmbito do curso de mestrado em Educação Especial – domínio cognitivo e motor. Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve

## **Apêndice B**

### **Guião das Entrevistas**

#### **Planeamento e desenho da entrevista**

##### **1 . Caracterização geral**

###### **1.1 Enquadramento da entrevista no estudo**

No estudo em causa, pretende-se conhecer quais foram as respostas dadas pelas diferentes entidades em relação ao projeto sobre o contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas portadoras de deficiência no meio profissional, na região do Algarve.

###### **1.2 Definição dos objetivos da entrevista:**

O principal objetivo da entrevista é compreender qual é a opinião de várias entidades e diferentes especialistas de áreas complementares (artesanato e design) sobre a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho com a técnica da tecelagem e com ela, poder proporcionar o desenvolvimento da região do Algarve

###### **1.3 Perfil do entrevistado**

- Diretor do Centro de Atividades Ocupacionais onde se realiza o workshop;
- Presidente do Lab Desing de Loulé;
- Artesas da técnica de feltro natural;

###### **1.4 Âmbito geográfico**

Algarve

##### **2. Caracterização metodológica**

###### **2.1. Amostragem**

*Universo do estudo:* Região do Algarve,

*Universo alvo:* Pessoas portadoras de deficiência da instituição FIR,

*Amostra:* Técnica da tecelagem elaborada por pessoas portadoras de deficiência.

Este trabalho tem como objetivo reconhecer a importância das atividades artesanais (tecelagem) efetuadas por pessoas portadoras de deficiência no desenvolvimento da região do Algarve.

Apostar no desenvolvimento do artesanato, na revitalização desta cultura e destes indivíduos. Pretende-se também com este projeto ligar especialistas de áreas diferentes mas complementares a este estudo, associar-se a este projeto de ligação de artes.

## **2.2. Questão e hipóteses da investigação**

### **Questão:**

Em que medida a técnica da tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve?

### ***Hipótese geral***

A técnica da tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve

### ***Hipótese operacional***

“A técnica da tecelagem promove a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve”

“A técnica da tecelagem desenvolve as competências básicas, essenciais à inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve”

## **3. Tempo médio para resposta à entrevista**

30 minutos.

## **3.4. Recolha de dados:**

**Período de referência:** 2018 (ano letivo 2017/2018)

**Período de recolha:** Setembro a Abril 2018 ?

**Contacto inicial:** carta/email

## **3.5. Método de recolha**

Entrevista presencial

**Espaço:** Entidades referidas anteriormente.

**Momento:** De acordo com a disponibilidade dos entrevistados

## **3.11 Tratamento de dados**

O tratamento de dados efetua-se em dois momentos:

Validação pela investigadora – a investigadora deverá criar um módulo de validação, onde poderá visualizar e fazer um registo primário dos dados, passando depois para uma observação mais exaustiva das respostas e dos erros detetados.

## Apêndice C

### Guião do questionário

#### Planeamento e desenho do questionário

##### 2. Caracterização geral

###### a) Enquadramento do questionário no estudo

No estudo em causa, pretende-se conhecer quais foram as respostas dadas pelas diferentes entidades em relação ao projeto / workshop sobre o contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve.

###### b) Definição dos objetivos do questionário:

O principal objetivo do questionário é compreender qual é a opinião de várias entidades e diferentes especialistas de áreas complementares (artesanato e design) sobre a inclusão de pessoas com NEE no mercado de trabalho com a técnica da tecelagem e com ela, poder proporcionar o desenvolvimento da região do Algarve

- Mostrar que indivíduos com NEE possuem conhecimentos e capacidades para desenvolver uma atividade profissional numa entidade como a técnica da tecelagem;
- Mostrar que a técnica da tecelagem tem um papel fundamental de auto estima e bem – estar para estas pessoas;
- Sensibilizar profissionais das áreas do artesanato e design para a possível junção das suas técnicas com a técnica da tecelagem;
- Identificar a opinião de profissionais/ entidades de vários setores, sobre o desenvolvimento da tecelagem na melhoria das capacidades motoras e cognitivas de pessoas com Necessidades Educativas Especiais.
- Sensibilizar profissionais do meio socioeconómico sobre a importância da introdução da técnica da tecelagem no desenvolvimento da região do Algarve;
- Identificar e analisar as diferentes condições de integração profissional de pessoas com NEE;
- Identificar e analisar se a técnica da tecelagem poderá ser uma forma de sustentabilidade para as pessoas com NEE após integração no mercado de trabalho;

### 1.3 Perfil do entrevistado / dos inqueridos

Diversas entidades do meio socioeconómico da região do Algarve:

- Diretor da Instituição onde se realiza o *workshop* ;
- Representante da segurança social;
- Representante do IEFP;
- Representante CMT;
- Representante DRT do Algarve;
- Representante do laboratório de Loulé;
- Artesas da técnica de feltro natural;
- Coordenadora da DUAL;
- Representante da CMF;

### 1.5 Âmbito geográfico

Algarve

## 2. Caracterização metodológica

### 2.1. Amostragem

**Universo do estudo:** Região do Algarve,

**Universo alvo:** Pessoas com NEE da instituição FIR,

**Amostra:** Técnica da tecelagem elaborada por pessoas com NEE.

Este trabalho tem como objetivo reconhecer a importância das atividades artesanais (tecelagem) efetuadas por pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no desenvolvimento da região do Algarve.

Apostar no desenvolvimento do artesanato, na revitalização desta cultura e nos indivíduos com NEE. Pretende-se também com este projeto ligar especialistas de áreas diferentes mas complementares a este estudo, associar-se a este projeto de ligação de artes.

## **2.2. Questão e hipóteses da investigação**

### **Questão:**

Em que medida a técnica da tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve?

### ***Hipótese geral***

A técnica da tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve

### ***Hipótese operacional***

“A técnica da tecelagem promove a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve”

“A técnica da tecelagem desenvolve as competências básicas, essenciais à inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na região do Algarve”

## **3 . Desenho do questionário**

### **3.1. Metodologia seguida para o desenho do questionário**

O questionário foi elaborado com base dos objetivos pretendidos para este projeto

### **3.2. Tempo médio para preenchimento do questionário**

15 a 20 minutos.

### **3.3. Validação (pré teste)**

Análise e crítica efetuada por uma amostra de pessoas ligadas à área do Ensino Especial e socioeconómica de Tavira.

### **3.4. Recolha de dados:**

**Período de referência:** 2018 (ano letivo 2017/2018)

**Período de recolha:** Setembro a Abril 2018 ?

**Contacto inicial:** carta/email

### **3.5. Método de recolha**

Questionário presencial

**Espaço:** Instituição FIR de Tavira.

**Momento:** manhã (disponibilidade dos formandos)

### **3.6 Insistências/Procedimento com recusas:**

Para os não respondentes prevê-se, globalmente, o envio mínimo de 3 recordatórias/insistências (via telefone, via correio eletrónico e correio).

### **3.7 Critério utilizado para fecho do questionário**

Taxa de resposta superior ou igual a 70%.

### **3.8 Disponibilidade de apoio aos participantes**

Será disponibilizado o contacto presencial para esclarecimento de dúvidas e para ajuda ao preenchimento do questionário.

### **3.9. Condições logísticas**

Impressão dos questionários

### **3.10 Estrutura do questionário**

- I - Identificação da técnica da tecelagem realizada por pessoas com NEE;
- II - Sensibilização de artesãos e designer pela técnica da tecelagem;
- III – Sensibilização das entidades socioeconómicas pela técnica da tecelagem para o desenvolvimento da região do Algarve;
- IV - Inclusão

### **3.11 Tratamento de dados**

O tratamento de dados efetua-se em dois momentos:

Validação pela investigadora – a investigadora deverá criar um módulo de validação, onde poderá visualizar e fazer um registo primário dos dados, passando depois para uma observação mais exaustiva das respostas e dos erros detetados.

Validação macro- apuramento dos resultados

## Apêndice D

Entrevista ao diretor do centro de atividade ocupacionais da FIR

O meu nome é Ana Isabel Conceição e esta entrevista desenvolve-se no âmbito da dissertação que estou a desenvolver no Curso de Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, sob a orientação da Professora Doutora Maria Caeiro Guerreiro.

O objetivo desta conversa/entrevista é apurar e recolher informação sobre a sua opinião acerca do, **“O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve”**

Consideramos que o seu contributo para esta investigação será uma mais-valia e, portanto, agradecemos imenso a sua disponibilidade para nos dar esta entrevista. Visto ter sido facultado um resumo sobre o que pretendo com o meu projeto de investigação, gostaria de saber a sua opinião em relação algumas questões como:

1. Qual a sua opinião sobre o projeto?
2. Sabe se existem outros investigadores ou designers ou profissionais (artesãos) a explorarem este tema?
3. Sabe se está a ser desenvolvido algum projeto no qual existe a inserção de pessoas com NEE no mercado de trabalho relacionado com o uso da técnica da tecelagem?
4. Na sua opinião, acha que a técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento a nível social, económico de indivíduos com NEE?
5. Acha que um individuo com NEE, que sabe trabalhar a tecelagem pode ser capaz de desenvolver esta atividade numa empresa?
6. Acha que a inclusão de pessoas com NEE numa empresa / projeto pode ajudar no aumento da sua auto estima e autonomia destas pessoas?

7. Na sua opinião acha que estas pessoas devem ter igualdade de oportunidades no mercado de trabalho? Porquê?
8. Na sua opinião, a inserção de pessoas com NEE, com formação e experiências na técnica da tecelagem, em empresas/ projetos pode ser uma mais-valia no mercado de trabalho para a nossa região?
9. Na sua opinião o que acha da ligação da técnica da tecelagem com outra técnica artesanal como por exemplo: a cestaria, o latão ou outra? Achava interessante?  
Sim/Não
10. Conhece algum artesão em que a sua arte poderia associar-se com a técnica da tecelagem?
11. Acha que a ligação de áreas como Design-tecelagem- indivíduos com NEE seria uma mais-valia para ambas as partes?
12. Na sua opinião, esta ideia teria pernas para andar?
13. Na sua opinião as duas técnicas juntas (A tecelagem e o design) poderão ser uma forma de desenvolvimento para ambas áreas?
14. Na sua opinião acha que a junção do artesanato (tecelagem) feita por pessoas com NEE e designers, poderá sensibilizar os meios socioeconómicos para o desenvolvimento da região do Algarve?
15. Conhece atividades ou projetos que estejam a desenvolver ou que já desenvolveram projetos similares àqueles que estão a desenvolver no Design Lab, nos quais existe a ligação entre áreas com o design e o artesanato?

## Apêndice E

Entrevista Henrique Ralheta

Loulé Design Lab

O meu nome é Ana Isabel Conceição e esta entrevista desenvolve-se no âmbito da dissertação que estou a desenvolver no Curso de Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, sob a orientação da Professora Doutora Maria Caeiro Guerreiro.

O objetivo desta conversa/entrevista é apurar e recolher informação sobre a sua opinião acerca de **“O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve”**.

Consideramos que o seu contributo para esta investigação será uma mais-valia e, portanto, agradecemos imenso a sua disponibilidade para nos dar esta entrevista. Visto ter sido facultado um resumo sobre o que pretendo com o meu projeto de investigação, gostaria de saber a sua opinião em relação algumas questões como:

1. Qual a sua opinião sobre o projeto?
2. Sabe se existem outros investigadores, designers ou profissionais (artesãos) a explorarem este tema?
3. Sabe se está a ser desenvolvido algum projeto no qual existe a inserção de pessoas com NEE no mercado de trabalho relacionado com o uso da técnica da tecelagem?
4. Na sua opinião o que acha da ligação da técnica da tecelagem com outra técnica artesanal como por exemplo: a cestaria, o latão ou outra. Achava interessante?  
Sim/Não
5. Conhece algum artesão, em que a sua arte poderia associar-se com a técnica da tecelagem?

6. Acha que a ligação de áreas, como Design- tecelagem- indivíduos com NEE- seria uma mais-valia para ambas as partes?
7. Na sua opinião, esta ideia teria pernas para andar?
8. Na sua opinião as duas técnicas juntas (A tecelagem e o design) poderão ser uma forma de desenvolvimento para ambas as áreas?
9. Ou Aceitava bem esta união de áreas tão diferentes, mas complementares?
10. Na sua opinião acha que a junção do artesanato (tecelagem) feita por pessoas com NEE e designers, poderá sensibilizar os meios socioeconómicos para o desenvolvimento da região do Algarve?
11. Conhece atividades ou projetos que estejam a desenvolver ou que já desenvolveram projetos similares àqueles que estão a desenvolver aqui no vosso laboratório Design Lab, nos quais existe a ligação entre áreas como o design e o artesanato?
12. Na sua opinião, acha que a técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento a nível social, económico de indivíduos com NEE?
13. Acha que um individuo com NEE, que sabe trabalhar a tecelagem pode ser capaz de desenvolver esta atividade numa empresa?
14. Acha que a inclusão de pessoas com NEE numa empresa / projeto pode ajudar no aumento da sua auto estima e autonomia destas pessoas?
15. Na sua opinião, acha que estas pessoas devem ter igualdade de oportunidades no mercado de trabalho? Porquê?

16. Na sua opinião, a inserção de pessoas com NEE, com formação e experiências na técnica da tecelagem, em empresas/ projetos pode ser uma mais-valia no mercado de trabalho para a nossa região?

## Apêndice F

### Entrevista artesãs – Romilisa- Arte em feltro

O meu nome é Ana Isabel Conceição e esta entrevista desenvolve-se no âmbito da dissertação que estou a desenvolver no Curso de Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, sob a orientação da Professora Doutora Maria Caeiro Guerreiro.

O objetivo desta conversa/entrevista é apurar e recolher informação sobre a sua opinião acerca do, “ **O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, na região do Algarve**”.

Consideramos que o seu contributo para esta investigação será uma mais-valia e, portanto, agradecemos imenso a sua disponibilidade para nos dar esta entrevista. Visto ter sido facultado um resumo sobre o que pretendo com o meu projeto de investigação, gostaria de saber a sua opinião em relação algumas questões como:

1. Qual a sua opinião sobre o projeto?
2. Sabe se está a ser desenvolvido algum projeto no qual existe a inserção de pessoas com NEE no mercado de trabalho relacionado com o uso da técnica da tecelagem?
3. Acha que a técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento a nível social, económico de indivíduos com NEE?
4. Na sua opinião acha que uma pessoa com NEE poderia trabalhar em conjunto consigo?
5. E a ligação da técnica da tecelagem com a sua, qual a sua opinião?
6. Se junta-se a tecelagem, a sua técnica com um designer, e daí produzir-se peças diferentes do habitual, achava interessante?

7. Acha que esta ligação seria uma mais-valia para ambas as partes?
8. Eles sabendo trabalhar a tecelagem poderiam ser capazes de desenvolver esta atividade numa empresa?
9. Acha que a inclusão de pessoas com NEE numa empresa / projeto pode ajudar para o aumento da sua auto estima e autonomia destas pessoas?
10. Na sua interpretação estas pessoas devem ter igualdade de oportunidades no mercado de trabalho? Um emprego? Porquê?
11. Na sua opinião acha que a junção do artesanato (tecelagem), feita por pessoas com NEE e designers, poderá sensibilizar os meios socioeconómicos para o desenvolvimento da região do Algarve?
12. Conhece atividades ou projetos que estejam a desenvolver ou que já desenvolveram projetos similares ao que pretendo desenvolver com este estudo / projeto?
13. Na sua opinião acha que uma pessoa com NEE poderia trabalhar em conjunto consigo?
14. E a ligação da técnica da tecelagem com a sua, qual a sua opinião?

## Apêndice G

### Questionário

Caro convidado (a),

O presente questionário desenvolve-se no âmbito do estudo que estou a desenvolver no curso de Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, sob a orientação da Professora Doutora Maria Caeiro Guerreiro.

O objetivo do nosso estudo é apurar e recolher informação sobre o contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no meio profissional, na região do Algarve. Neste âmbito foi definido como amostra um grupo de indivíduos no domínio cognitivo.

Como consideramos que a sua participação para esta investigação é muito importante, agradecemos desde já a sua colaboração.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. O preenchimento do referido questionário demorará entre 10 a 15 minutos.

#### Dados Biográficos

1- Sexo: Masculino  Feminino

#### 2- Idade:

de 21 a 30 anos

de 31 a 40 anos

de 41 a 50 anos

superior a 50 anos

#### 3- Área da entidade

Social  Económica  Cultural  Tecnológica

## I – A técnica da tecelagem / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

Refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das seguintes afirmações

NOTA: *Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.A tecelagem é uma área de trabalho que poderá proporcionar a inclusão, na sociedade e no mercado de trabalho, de indivíduos com Necessidades Educativas Especiais?

Sim

Não

Não sei

2.No âmbito das técnicas artesanais, os apoios governamentais que existem são suficientes para que, a técnica da tecelagem proporcione desenvolvimento na região do Algarve.

Sim

Não

Não sei

3.Existe apoio governamental e formação suficiente, relativamente à técnica da tecelagem para indivíduos com NEE.

Sim

Não

Não sei

4.A técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento social de indivíduos com NEE.

Sim

Não

Não sei

5.A técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento económico de indivíduos com NEE.

Sim

Não

Não sei

## II – Áreas e técnicas diferentes / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

De acordo com a escala refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das afirmações

NOTA: *Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.A ligação da técnica da tecelagem com outra técnica artesanal, atribui maior valor à tecelagem.

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

---

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

2.A união da técnica da tecelagem com a área do Design, valoriza e dá mais credibilidade à técnica da tecelagem.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

3.A ligação de áreas tão diferentes como o Design e a tecelagem, através de indivíduos com NEE, constitui uma mais-valia para ambas.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

4.A união de duas áreas diferentes como o design e a tecelagem, proporciona o desenvolvimento de ambas na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

5.A introdução de produtos criados e produzidos por designers e indivíduos com NEE, é uma mais-valia socioeconómica para o desenvolvimento da região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

6.A adaptação da comunidade empresarial a ideias novas, como a união de áreas como o design e a tecelagem, é um processo com facilidade de aceitação na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

7.A presente ideia, relativa à união de áreas como a tecelagem e o design com o apoio de indivíduos com NEE, é um tema relevante para o desenvolvimento de um projeto de investigação sólido e sustentável.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

### III – Inclusão / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

De acordo com a escala refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das afirmações

*NOTA: Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.No mercado de trabalho deve existir a inclusão de indivíduos com NEE.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

2.A inserção de indivíduos com NEE, com formação e experiência na técnica da tecelagem, em entidades / empresas / projetos pode ser uma mais-valia no mercado de trabalho na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

3.Atualmente, o apoio que as entidades/ empresas facultam a indivíduos com NEE, que trabalham na área da tecelagem, é suficiente.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

4.Atualmente, o apoio disponibilizado pelos projetos existentes destinados a indivíduos com NEE que trabalham na área da tecelagem, são suficientes.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

5.A inclusão de indivíduos com NEE numa empresa, proporciona o aumento da sua auto estima e autonomia.

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio  
profissional na Região do Algarve

---

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

## Apêndice H

### Questionário II

Caro convidado (a),

O presente questionário desenvolve-se no âmbito do estudo que estou a desenvolver no curso de Mestrado de Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, na Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve, sob a orientação da Professora Doutora Maria Caeiro Guerreiro.

O objetivo do nosso estudo é apurar e recolher informação sobre o contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no meio profissional, na região do Algarve. Neste âmbito foi definido como amostra um grupo de indivíduos no domínio cognitivo.

Como consideramos que a sua participação para esta investigação é muito importante, agradecemos desde já a sua colaboração.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. O preenchimento do referido questionário demorará entre 10 a 15 minutos.

#### Dados Biográficos

1- **Sexo:** Masculino  Feminino

2- **Idade:**

- de 21 a 30 anos  
 de 31 a 40 anos  
 de 41 a 50 anos  
 superior a 50 anos

3- **Área da entidade**

Social  Económica  Cultural  Tecnológica

## I – A técnica da tecelagem / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

Refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das seguintes afirmações

NOTA: *Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.A tecelagem é uma área de trabalho que poderá proporcionar a inclusão, na sociedade e no mercado de trabalho, de indivíduos com Necessidades Educativas Especiais?

Sim

Não

Não sei

2.A técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento social de indivíduos com NEE.

Sim

Não

Não sei

3.A técnica da tecelagem pode proporcionar o desenvolvimento económico de indivíduos com NEE.

Sim

Não

Não sei

## II – Áreas e técnicas diferentes / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

De acordo com a escala refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das afirmações

NOTA: *Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.A ligação da técnica da tecelagem com outra técnica artesanal, atribui maior valor à tecelagem.

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

---

Discordo

Não discordo/Nem concordo

concordo

2.A união da técnica da tecelagem com a área do Design, valoriza e dá mais credibilidade à técnica da tecelagem.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

3.A ligação de áreas tão diferentes como o Design e a tecelagem, através de indivíduos com NEE, constitui uma mais-valia para ambas.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

4.A união de duas áreas diferentes como o design e a tecelagem, proporciona o desenvolvimento de ambas na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

5.A introdução de produtos criados e produzidos por designers e indivíduos com NEE, é uma mais-valia socioeconómica para o desenvolvimento da região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

6.A adaptação da comunidade empresarial a ideias novas, como a união de áreas como o design e a tecelagem, é um processo com facilidade de aceitação na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

7.A presente ideia, relativa à união de áreas como a tecelagem e o design com o apoio de indivíduos com NEE, é um tema relevante para o desenvolvimento de um projeto de investigação sólido e sustentável.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

### III – Inclusão / Indivíduos com necessidades Educativas Especiais

De acordo com a escala refira a sua opinião, assinalando uma cruz em cada uma das afirmações

*NOTA: Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.No mercado de trabalho deve existir a inclusão de indivíduos com NEE.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

2.A inserção de indivíduos com NEE, com formação e experiência na técnica da tecelagem, em entidades / empresas / projetos pode ser uma mais-valia no mercado de trabalho na região do Algarve.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

3.Atualmente, o apoio que as entidades/ empresas facultam a indivíduos com NEE, que trabalham na área da tecelagem, é suficiente.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

4.Atualmente, o apoio disponibilizado pelos projetos existentes destinados a indivíduos com NEE que trabalham na área da tecelagem, são suficientes.

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

---

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

5.A inclusão de indivíduos com NEE numa empresa, proporciona o aumento da sua auto estima e autonomia.

Discordo

Não discordo/Nem concordo

Concordo

#### IV – A Técnica da tecelagem realizado por indivíduos com NEE

Refira a sua opinião assinalando uma cruz, em cada uma das seguintes afirmações, tendo por base o que observou

*NOTA: Necessidades Educativas Especiais (NEE), no domínio cognitivo.*

1.A partir do que observei, considero que indivíduos com NEE ao nível do domínio cognitivo, possuem as condições necessárias para serem incluídos no mercado de trabalho.

Sim

Não

Não sei

2.As pessoas com NEE que observei, que sabem trabalhar a técnica da tecelagem, são capazes de desenvolver esta atividade numa empresa.

Não sei

3.Os formadores mostraram satisfação, por terem demonstrado possuir capacidades de trabalharem a técnica da tecelagem.

Sim

Não

Não sei

4.Deveria haver mais apoios para a formação da técnica da tecelagem, visto ser uma técnica em vias de extinção?

O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

---

Sim                       Não                       Não sei

5. Este tipo de projeto pode ser uma valorização significativa para indivíduos com NEE?

Sim                       Não                       Não sei

6. Este tipo de projeto pode ser uma mais-valia para o desenvolvimento da técnica da tecelagem na região do Algarve.

Sim                       Não                       Não sei

#### **V – Conceito de colaboração**

1. Considera que a entidade que representa poderá apoiar, ou criar forma (s) de inserir indivíduos com NEE no meio profissional?

Sim                                            Não                     

Como:

---

---

Muito Obrigado!

## Apêndice I



## WORKSHOP

### “Formação em tecelagem sob a orientação de pessoas com NEE”

Dia: 12|03|2018

Local: Fundação Irene Rolo - Tavira

## PROGRAMA

09H30 - **Receção dos convidados**

10H00 - **Auditório da FIR**

Apresentação do projeto de investigação

10H30 - **Sala de Teares da FIR**

*Workshop*

11H45- *Coffee Break*

12H00 - **Auditório da FIR**

Debate

12H 30 - **Encerramento**

**Fundação Irene Rolo.**

Morada: Rua Feixinho de Vides nº19 8800-365 Tavira.

Coordenadas: 37.128864, -7.646110

**Coordenação do Workshop**

Ana Conceição (965886424)

Maria Caeiro (962707211)

**Apoio:**



Anexo 1



23 a 24 de novembro, 2018

**V Conferência Internacional  
para a Inclusão**

---

Escola Superior de Educação e  
Ciências Sociais

Instituto Politécnico de Leiria



**CERTIFICADO**

---

Certifica-se que

**Ana Conceição**

apresentou o poster **O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional - região do Algarve**, na 5ª Conferência Internacional para a Inclusão (INCLUDiT V), que decorreu nos dias 23 e 24 de novembro de 2018, na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

A Diretora da ESECS-IPLeiria,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sandrina Milhano".

Sandrina Milhano

# O Contributo da Técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional na Região do Algarve

## Anexo 2



**INCLUDiT**  
Conferência Internacional  
para a Inclusão



**UALg ESEC**  
UNIVERSIDADE DO ALGARVE  
EScola Superior de Educação e Comunicação  
Universidade do Algarve

**Área Académica**  
Mestrado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor  
Escola Superior de Educação e Comunicação  
Universidade do Algarve

**O contributo da técnica da tecelagem na inclusão de pessoas com NEE no meio profissional – região do Algarve**

**The contribution of the weaving technique to the inclusion of people with SEN in the professional environment in the Algarve region**



**Palavras-chave**  
Inclusão  
Necessidades educativas especiais  
Técnica da tecelagem  
Desenvolvimento profissional  
Oportunidade profissional

**Resumo**  
A atividade de teatralizar a tecelagem é uma atividade relevante na tradição e cultura da região do Algarve. Esta atividade, ao ser desenvolvida em contextos de inclusão, pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da atividade de teatralizar a tecelagem para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional. O estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa, com base em entrevistas e observações. Os resultados indicam que a atividade de teatralizar a tecelagem pode contribuir para a inclusão de pessoas com NEE no meio profissional, promovendo o desenvolvimento profissional e a inclusão social.

**Palavras-chave**  
Inclusion  
Special Educational Needs  
Craft/Weaving  
Professional development  
Career guidance

**Abstract**  
Weaving is a craft activity that has acquired a place of importance in the region of Algarve, permitting great social and community integration. This activity, when developed in inclusive contexts, can contribute to the professional inclusion of people with Special Educational Needs. Although we live in a globalized society, the social environment, we should invest in the development of crafts and to work with Special Educational Needs.









Anexo 3

